UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL:

Estudo de caso da Casa de Cultura Silvio Romero em Lagarto/SE

MILENA NASCIMENTO NOGUEIRA CRUZ

São Cristóvão/SE
2026

MILENA NASCIMENTO NOGUEIRA CRUZ

Preservação do ambiente construído como prática sustentável:
estudo de caso da Casa de Cultura Silvio Romero em Lagarto/SE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Sergipe como requisito final para obtenção do grau de Mestra em Engenharia Civil.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Vitor Sousa Ribeiro

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Carolina Marques Chaves Galvão

São Cristóvão/SE
2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Cruz, Milena Nascimento Nogueira
C957p Preservação do ambiente construído como prática sustentável: estudo de caso da Casa de Cultura Silvio Romero em Lagarto/SE / Milena Nascimento Nogueira Cruz ; orientador Pedro Vitor Sousa Ribeiro. - São Cristóvão, 2026.
136 f. : il.

Dissertação (mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Engenharia civil. 2. Patrimônio cultural. 3. Lagarto (SE). I. Ribeiro, Pedro Vitor Sousa Orient. II. Título.

CDU 625

“The Greenest Building Is…One That Is Already Built.”

(Carl Elefant)

RESUMO

A construção civil constitui um dos setores de maior impacto ambiental, em decorrência do consumo intensivo de recursos naturais, à geração de resíduos sólidos e às emissões de CO_2 associadas aos seus processos produtivos. Nesse contexto, a preservação do ambiente construído é compreendida como prática sustentável, por contribuir para a redução de demolições e da demanda por novos recursos, o prolongamento da vida útil do estoque edificado e a valorização dos recursos materiais e construtivos incorporados aos edifícios. Quando o ambiente construído possui valor histórico e cultural, sua preservação não se restringe à permanência física do edifício, mas envolve a continuidade dos valores históricos, simbólicos e sociais que fundamentam seu reconhecimento como patrimônio. Esta dissertação analisa a intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero, único bem tombado de Lagarto/SE, à luz da preservação do ambiente construído como prática sustentável, considerando a articulação entre adaptação ao uso, soluções materiais e construtivas e preservação dos valores patrimoniais. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com ênfase no estudo de caso. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão documental, análise do projeto executivo e do memorial descritivo, visitas técnicas, registros fotográficos e comparação entre projeto e obra executada. A análise demonstrou que a intervenção se constitui prática sustentável ao recuperar uma edificação histórica em estado de abandono e reinseri-la em condições de uso no contexto urbano. Contudo, a comparação entre projeto e execução evidenciou diferentes níveis de adequação dos elementos estudados quanto à qualidade da intervenção, capazes de comprometer sua integridade material, legibilidade histórica, valores históricos e conservação ao longo dos anos. As esquadrias, ferragens e o piso de madeira mostraram-se adequados; a fachada, a cobertura e as inserções contemporâneas, parcialmente adequadas; enquanto o forro de madeira e o reboco de base cimentícia nas alvenarias internas revelaram inadequações. Observou-se, ainda, a mudança do uso cultural previsto para uma função administrativa pública. Desse modo, a intervenção evidencia que a preservação do ambiente construído como prática sustentável não se limita à recuperação física do edifício, mas exige a articulação entre qualidade das decisões projetuais, efetividade da execução e coerência do uso, condições fundamentais para assegurar sua conservação ao longo do tempo.

Palavras-chave: preservação; ambiente construído; prática sustentável; patrimônio; Casa de Cultura Silvio Romero.

ABSTRACT

The construction industry is one of the sectors with the greatest environmental impact due to intensive consumption of natural resources, generation of solid waste, and CO_2 emissions from its production processes. In this context, the preservation of the built environment is understood as a sustainable practice, as it contributes to reducing demolitions and the demand for new resources, extending the service life of the building stock, and valuing the material and construction resources incorporated into buildings. When the built environment has historical and cultural significance, its preservation is not limited to the building's physical permanence but involves the continuity of historical, symbolic, and social values that underpin its recognition as heritage. This dissertation analyzes the intervention at Casa de Cultura Silvio Romero, the only listed heritage property in Lagarto, Sergipe, Brazil, considering built environment preservation as a sustainable practice and the relationship between adaptation to use, material and construction solutions, and the preservation of heritage values. The qualitative, exploratory, and descriptive research emphasized a case study. Methods included a bibliographic and documentary review, analysis of the executive design and descriptive memorial, technical visits, photographic records, and comparison between the design and completed work. The analysis demonstrated that the intervention is sustainable by recovering an abandoned historic building and restoring it to usable conditions within the urban context. However, comparison between design and execution revealed different levels of adequacy among the elements examined regarding the quality of the intervention, which may compromise the building's material integrity, historical legibility, historical values, and long-term conservation. The window and door frames, metal fittings, and wooden flooring were considered adequate; the façade, roof, and contemporary additions were considered partially adequate; whereas the wooden ceiling and the use of cement-based plaster on the internal masonry walls revealed inadequacies. A change from the intended cultural use to a public administrative function was also observed. Therefore, the intervention demonstrates that the preservation of the built environment as a sustainable practice is not limited to the physical recovery of the building but requires the integration of the quality of design decisions, the effectiveness of execution, and the coherence of its use, which are fundamental conditions for ensuring its long-term conservation.

Keywords: preservation; built environment; sustainable practice; heritage; Casa de Cultura Silvio Romero

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ONU Organização das Nações Unidas

WCED World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial em Meio Ambiente e Desenvolvimento)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……..……...07
2 OBJETIVOS……..…12
2.1 Geral……...…12
2.2 Específicos……...……..12
3 SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO……...13
3.1 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável……...…….13
3.2 Preservação do ambiente construído como prática sustentável.……....……15
3.3 Patrimônio Cultural e Sustentabilidade……...……...…….17
4 CASA DE CULTURA SILVIO ROMERO: histórico e caracterização tipológica…....29
4.1 Transformações e usos ao longo do tempo ……...….29
4.1.1 Processos de degradação e abandono…….……...…31
4.1.2 Análise tipológica e arquitetônica da edificação…….……..…34
4.1.3 Estado de conservação anterior à restauração: levantamento fotográfico e mapa de danos……...……..38
5 METODOLOGIA……...……...……...……..43
6 PROJETO DE INTERVENÇÃO DA CASA DE CULTURA SILVIO ROMERO…...47
6.1 Diretrizes gerais da intervenção e adaptação ao uso……...……..47
6.2 Soluções materiais e construtivas previstas no projeto……...……...49
7 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROJETO E EXECUÇÃO DA OBRA…….….55
7.1 Pintura e elementos cromáticos da fachada……...……..……...55
7.2 Forro de madeira……..……...…….....58
7.3 Piso de madeira……...……..61
7.4 Pintura das paredes internas……...……...……..……...63
7.5 Esquadrias de madeira……...…….....66
7.6 Ferragens e serralherias……...……..…….70
7.7 Cobertura……...……...……..…73
7.8 Inserções contemporâneas……...……...…….77
7.9 Síntese avaliativa……..…..85
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS ……...……..….88
REFERÊNCIAS……..……....91
APÊNDICE A ……..……...…95
ANEXO A….....118

INTRODUÇÃO

O debate sobre a sustentabilidade se consolidou ao longo do século XX em resposta aos impactos ambientais decorrentes da poluição atmosférica e do consumo acelerado de matérias-primas e bens naturais. Nesse percurso, a preocupação com a finitude dos recursos naturais e com as consequências sociais e econômicas do modelo de desenvolvimento dominante ocupou posição central nas discussões internacionais (WCED, 1987; Sachs, 2008).

A sustentabilidade passou, então, a ser compreendida de modo mais amplo, vinculada à necessidade de compatibilizar preservação ambiental, justiça social e viabilidade econômica, em uma perspectiva que articula diferentes dimensões do desenvolvimento e supera abordagens parciais do problema (Sachs, 2008). Nesse contexto, uma das formulações mais influentes desse debate foi a noção de desenvolvimento sustentável, amplamente difundida a partir do Relatório Brundtland, ao propor a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras suprirem as suas próprias necessidades (WCED, 1987; Esteves; Souza, 2024).

Entre os marcos mais relevantes desse processo, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, reforçando a necessidade de integrar proteção ambiental e desenvolvimento por meio de instrumentos como a Declaração do Rio e a Agenda 21. Posteriormente, essa perspectiva foi ampliada no âmbito das Nações Unidas com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais consolidaram a sustentabilidade como compromisso global no início do século XXI, articulando dimensões ambientais, sociais e econômicas em uma agenda internacional comum (ONU, 1992; ONU, 2015). Desse modo, a sustentabilidade deixou de se restringir ao campo ambiental estrito e passou a orientar reflexões mais abrangentes sobre os modos de produzir, ocupar e transformar o espaço.

O ambiente construído, então, assumiu posição estratégica. A construção civil, por sua escala e intensidade material, constitui-se como um dos setores de maior impacto ambiental, uma vez que envolve a extração de matéria-prima, a fabricação de materiais, a execução de obras, o uso das edificações e, eventualmente, sua demolição, com consequente geração de resíduos sólidos. Nesse contexto, o setor responde globalmente por cerca de 34% a 37% das emissões de CO_2, revelando uma elevada pegada de carbono e evidenciando o peso do ambiente construído na crise climática contemporânea (UNEP; GlobalABC, 2025). Tal cenário torna incontornável a necessidade de repensar o papel da arquitetura, da urbanização e da própria construção civil no campo da sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, o próprio conceito de sustentabilidade passou por deslocamentos importantes ao longo dos anos. Se, em um primeiro momento, esteve mais associado à contenção dos danos ambientais e à preservação dos recursos naturais, progressivamente assumiu uma acepção ampliada, capaz de incorporar dimensões sociais, econômicas, culturais e territoriais. A sustentabilidade veio, então, a ser compreendida de modo mais holístico, como princípio relacional e sistêmico, exigindo que os processos de desenvolvimento fossem analisados em sua complexidade e em suas múltiplas escalas (Sachs, 2009; Esteves; Souza, 2024). Essa ampliação é particularmente relevante para o campo do patrimônio, pois impede que a sustentabilidade seja reduzida a critérios exclusivamente técnicos, energéticos ou materiais.

Nessa perspectiva ampliada, a preservação do ambiente construído passa a adquirir centralidade no debate. À medida que as abordagens sobre sustentabilidade se tornam mais complexas, torna-se inconsistente falar em redução de impactos ambientais sem considerar a permanência e o aproveitamento das edificações já existentes. A discussão deixa de se concentrar apenas na construção de novos edifícios mais eficientes e passa a incorporar a necessidade de conservar, adaptar e prolongar a vida útil do estoque construído. Assim, a preservação do ambiente construído começa a ser compreendida não apenas como ação de memória ou permanência material, mas também como prática ambientalmente responsável (Kruger; Seville, 2016; Elefante, 2007).

Essa compreensão ganha ainda mais relevância diante do peso ambiental da construção civil na pegada de carbono global. Se o setor responde por parcela expressiva das emissões de gases de efeito estufa, a lógica de substituição constante das edificações torna-se ambientalmente problemática, uma vez que implica renovação contínua dos ciclos de extração, produção, transporte e descarte de materiais. Nesse sentido, a permanência do ambiente construído adquire valor estratégico dentro da sustentabilidade, pois reduz a demanda por novos recursos e evita a multiplicação de impactos associados à renovação do estoque edificado (Kruger; Seville, 2016). Dialogar sobre sustentabilidade, portanto, sem incorporar a discussão sobre o ambiente construído e sua preservação revela-se uma abordagem limitada.

Além disso, toda a mobilização de recursos, energia e trabalho humano necessária para construir já contém em si um impacto ambiental acumulado (Elefante, 2007). Desse modo, demolir e reconstruir significa reativar cadeias produtivas intensivas em matéria-prima, consumo energético e emissão de carbono, ainda que as novas edificações apresentem melhor desempenho técnico ou energético. É nesse sentido que ganha força o argumento de que o

edifício existente deve ser reconhecido como ativo ambiental. Conforme Carl Elefante (2007, p. 26), "O edifício mais verde é… aquele que já está construído"[1], justamente porque sua permanência evita a ampliação dos impactos já incorporados ao ambiente construído. Essa perspectiva desloca o debate da produção do novo para o reconhecimento do valor do existente, aproximando o campo da sustentabilidade das práticas de conservação e restauro do patrimônio edificado.

Nesse sentido, o reuso adaptativo, entendido por Elefante (2007) como a adaptação de edifícios para novos usos, tem sido amplamente reconhecido como uma alternativa à construção de novos edifícios, contribuindo para a redução de impactos ambientais, a conservação de recursos e a extensão da vida útil das edificações existentes (Plevoets; Van Cleempoel, 2019; Wilkinson *et al*., 2014). Assim, esta ação emerge como uma estratégia central, uma vez que edifícios desocupados tendem à degradação, enquanto sua permanência está diretamente associada à sua capacidade de se manterem em uso (Elefante, 2007). Dessa forma, mais do que um critério a ser verificado, a sustentabilidade aplicada ao ambiente construído constitui, portanto, o fundamento que justifica a própria escolha pela preservação de edificações existentes, especialmente aquelas de interesse cultural.

Quando esse ambiente construído possui valor histórico e cultural, a questão se torna mais complexa. O patrimônio edificado não se restringe à sua materialidade, mas constitui também um conjunto de elementos de representação cultural, portador de valores históricos, simbólicos, sociais e identitários (Jokilehto, 2002; Mason, 2002). Sua preservação implica, portanto, lidar com preocupações que extrapolam o desempenho técnico, uma vez que a adaptação para novos usos e a incorporação de exigências contemporâneas não podem comprometer os valores históricos do bem. Além disso, os desafios ambientais e a crescente incorporação da sustentabilidade ao campo da conservação e restauro tornam ainda mais evidente a necessidade de abordagens críticas e contextualizadas nas intervenções patrimoniais (Pinheiro *et al*., 2024)

Nesses casos, o patrimônio deve ser compreendido como um sistema de valores, cuja conservação exige abordagens específicas, críticas e contextualizadas (Jokilehto, 2002; Mason, 2002). Essa percepção também se aproxima da leitura institucional que associa patrimônio, território, cidadania e desenvolvimento sustentável, especialmente ao reconhecer que a política patrimonial deve ultrapassar a noção de excepcionalidade e dialogar com a construção do futuro e com a vida social contemporânea (IPHAN, 2012).

Todavia, a necessidade de adaptação de edificações históricas assim como as decisões relativas às soluções materiais e construtivas da intervenção, introduzem desafios que

[1] Tradução de "The Greenest Building Is…One That Is Already Built" (Elefant, 2007).

tensionam os princípios teóricos da conservação e do restauro. Conforme apontado por Prudon (2008), as intervenções em edificações históricas implicam necessariamente escolhas que articulam permanência e transformação, não sendo possível dissociar completamente as necessidades de atualização funcional e ambiental das exigências de preservação. Nesse sentido, a integração de estratégias voltadas ao desempenho ambiental em edifícios históricos requer abordagens cuidadosas, capazes de equilibrar tais demandas sem comprometer os valores culturais do bem (Macdonald, 2011; Pinheiro *et al*., 2024).

Dessa forma, a presente pesquisa parte do entendimento de que a preservação do ambiente construído constitui, em si, uma prática sustentável. É neste enquadramento que se insere o objeto de estudo deste trabalho: a intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero, em Lagarto/SE. A problemática da pesquisa fundamenta-se na necessidade de compreender como a adaptação ao uso e as soluções materiais e construtivas foram incorporadas ao projeto de conservação e restauro da edificação. Diante disso, evidencia-se uma questão inerente a qualquer intervenção em patrimônio edificado: a qualidade da intervenção.

Assim, o objetivo da pesquisa é analisar a intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero, compreendendo-a como resultado de estratégias de adaptação, permanência e conservação do patrimônio edificado. Interessa, sobretudo, examinar de que modo as soluções adotadas no projeto e materializadas na obra se articulam com a preservação dos valores patrimoniais e se refletem na qualidade da intervenção. Não se trata, portanto, de aferir tecnicamente o desempenho dessas soluções, mas de compreender como foram formuladas, integradas e operacionalizadas no conjunto da intervenção, à luz da preservação do ambiente construído como prática sustentável. Parte-se da hipótese de que tais estratégias tendem a se configurar de maneira não plenamente articulada, revelando tensões entre permanência e transformação, o que repercute diretamente na qualidade da intervenção.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão documental, além do estudo de caso da intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero. A partir desse recorte, busca-se compreender, na prática, como se articulam adaptação ao uso, soluções materiais e construtivas e preservação dos valores patrimoniais no processo de intervenção, contribuindo para o debate sobre a qualidade das intervenções no patrimônio edificado.

Para além da Introdução, o presente trabalho está organizado em mais seis capítulos. O primeiro apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, discutindo sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, preservação do ambiente construído, reuso adaptativo e sua

relação com o patrimônio cultural. O segundo capítulo contextualiza a Casa de Cultura Silvio Romero, abordando sua inserção histórica e urbana, sua trajetória de usos, os processos de degradação e abandono e sua caracterização tipológica e arquitetônica. O terceiro capítulo expõe o percurso metodológico adotado. O quarto capítulo analisa o projeto de intervenção da Casa de Cultura Silvio Romero. O quinto capítulo apresenta a análise comparativa entre o projeto executivo e a obra executada, examinando os principais sistemas e componentes da edificação e culminando em uma síntese avaliativa sobre a qualidade da intervenção. Por fim, as considerações finais retomam os principais resultados da pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar a intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero, em Lagarto/SE, à luz da preservação do ambiente construído como prática sustentável, considerando a articulação entre adaptação ao uso, soluções materiais e construtivas e a preservação dos valores patrimoniais.

2.2 Específicos

- Discutir a relação entre sustentabilidade, preservação do ambiente construído, reuso adaptativo e conservação do patrimônio edificado;
- Contextualizar a Casa de Cultura Silvio Romero, considerando sua trajetória histórica, seus usos, sua relevância cultural e seu estado de conservação anterior à intervenção;
- Identificar e analisar, no projeto, as estratégias de adaptação ao uso e as soluções materiais e construtivas, destacando os elementos preservados, reconstituídos, substituídos e as inserções contemporâneas;
- Analisar comparativamente o projeto e a execução da obra, verificando a correspondência entre as diretrizes projetuais e as soluções efetivamente executadas;
- Discutir as potencialidades, os limites e as tensões da intervenção, considerando a qualidade da intervenção em patrimônio edificado sob o viés da sustentabilidade.

3 SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

A compreensão dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável é fundamental para situar a preservação do ambiente construído como prática sustentável. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre o papel das edificações existentes diante dos impactos ambientais da construção civil, considerando a permanência, o reuso e o prolongamento da vida útil dos edifícios como estratégias de redução do consumo de recursos e da geração de resíduos. A partir dessa perspectiva, o capítulo discute as relações entre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, patrimônio cultural e conservação do patrimônio edificado, evidenciando os desafios envolvidos nas intervenções em bens de valor histórico e cultural.

3.1 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

As discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, embora frequentemente aproximadas, não são equivalentes e exigem distinções conceituais importantes para a compreensão de seus usos teóricos e políticos. De modo geral, a sustentabilidade pode ser compreendida como um horizonte associado a uma condição desejável de equilíbrio entre diferentes dimensões da vida social (Sachs, 2008), enquanto o desenvolvimento sustentável diz respeito ao processo, aos meios e às estratégias mobilizadas para alcançar esse horizonte (WCED, 1987). Nessa perspectiva, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não constituem noções excludentes, mas sim articuladas: a primeira relaciona-se ao estado almejado, e a segunda, ao percurso necessário para alcançá-lo (Cereto; Mello, 2026).

A formulação mais difundida de desenvolvimento sustentável foi apresentada no Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ao defini-lo como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades, o relatório estabeleceu um marco decisivo para a consolidação do tema na agenda internacional (WCED, 1987). A partir de então, o conceito ganhou ampla circulação em organismos multilaterais, políticas públicas e debates acadêmicos, tornando-se referência central para as discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento.

No plano político-institucional, a consolidação desse debate pode ser observada em marcos internacionais importantes. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, reforçou a necessidade de integrar

proteção ambiental e desenvolvimento, dando origem a instrumentos como a Declaração do Rio e a Agenda 21 (ONU, 1992). Esses documentos contribuíram para afirmar o desenvolvimento sustentável não apenas como formulação conceitual, mas também como diretriz orientadora de políticas e ações em diferentes escalas, ao articular compromissos globais e estratégias de implementação em nível local.

Posteriormente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ampliou esse horizonte ao consolidar uma agenda global estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orientados pela articulação entre proteção ambiental, redução das desigualdades, promoção do bem-estar e fortalecimento de formas mais integradas de governança (ONU, 2015). Nesse sentido, os ODS expressam uma compreensão ampliada do desenvolvimento sustentável, ao reconhecer a interdependência entre diferentes dimensões da vida social e a necessidade de respostas articuladas para desafios contemporâneos de escala global.

Em abordagens mais recentes, contudo, o desenvolvimento sustentável deixa de ser compreendido apenas como diretriz geral de conciliação entre necessidades presentes e futuras e passa a ser interpretado de maneira mais complexa. De acordo com Cereto e Mello (2026), esse conceito deve ser compreendido como um sistema complexo, adaptativo e multidisciplinar, no qual as dimensões ambiental, social e econômica não se articulam de forma linear, mas por interdependência. Tal perspectiva desloca o enfoque de uma lógica de ação e efeito para uma abordagem relacional, sensível às especificidades históricas, territoriais e institucionais de cada contexto. Assim, mais do que um modelo fixo, o desenvolvimento sustentável é compreendido como uma construção processual, dinâmica e em constante reelaboração.

Quanto à evolução teórica do conceito de sustentabilidade, observa-se que sua compreensão não poderia permanecer restrita à relação entre crescimento econômico e preservação ambiental. Nessa direção, Sachs (2008) destaca a necessidade de compreendê-la de maneira multidimensional, superando leituras parciais e reconhecendo a interdependência entre os diversos aspectos que estruturam o desenvolvimento. Em desdobramento dessa perspectiva, Esteves e Souza (2024) ressaltam que a sustentabilidade deve ser compreendida para além da gestão racional dos recursos, exigindo articulação entre preservação ambiental, justiça social e viabilidade econômica. Mais recentemente, Cereto e Mello (2026) observam que o conceito foi sendo ampliado ao longo das últimas décadas, incorporando progressivamente dimensões sociais, culturais, territoriais, institucionais e políticas.

Entretanto, esses conceitos adquirem maior densidade quando relacionados a realidades materiais concretas. Nesse sentido, o ambiente construído constitui um campo relevante para a discussão sobre sustentabilidade, pois envolve processos intensivos de extração de recursos, consumo de energia, transformação material e geração de impactos ambientais (Kruger; Seville, 2016). Tal constatação desloca a reflexão do plano normativo para a consideração do estoque edificado existente, permitindo reconhecer que a preservação do ambiente construído não se restringe ao campo da memória ou da conservação física, mas pode também ser compreendida como prática sustentável, ao favorecer o prolongamento da vida útil das edificações e a redução da demanda por novos recursos materiais e energéticos (Rodwell, 2007).

3.2 Preservação do ambiente construído como prática sustentável

É inconsistente tratar da sustentabilidade sem considerar o campo do ambiente construído, tendo em vista a intensidade dos impactos materiais e ambientais associados à dinâmica da construção civil. Esse setor mobiliza grandes quantidades de matérias-primas, energia, água e trabalho, além de gerar resíduos e emissões em diferentes etapas do processo construtivo, desde a extração de recursos e a produção de materiais até a execução das obras, o uso das edificações, sua manutenção e eventual demolição (Agopyan; John, 2011). Nesse sentido, refletir sobre sustentabilidade no ambiente construído implica reconhecer os impactos associados não apenas à construção de novos edifícios, mas também às decisões relativas à permanência, ao uso e à transformação do estoque existente.

Esse quadro torna-se ainda mais relevante diante do peso da construção civil na crise ambiental. O setor responde por parcela expressiva das emissões de gases de efeito estufa, além de comprometer o meio ambiente por meio do consumo intensivo de recursos naturais e da geração de grandes volumes de resíduos sólidos. Tais impactos não se restringem ao momento da construção, mas se estendem ao longo de todo o ciclo de vida da edificação, exigindo uma revisão crítica dos modelos tradicionais de crescimento urbano e da lógica de constante substituição do estoque construído.

Diante disso, a preservação do ambiente construído passa a adquirir centralidade na discussão sobre sustentabilidade. Isso porque os edifícios já existentes incorporam um volume expressivo de materiais, energia e trabalho humano, o que torna sua permanência uma alternativa mais coerente do que a lógica de demolição e reconstrução contínuas. Nessa direção, Elefante (2007) argumenta que a extensão da vida útil do estoque edificado constitui uma medida de bom senso, de boa gestão e de responsabilidade no uso dos recursos. Sua

crítica à crença de que seria possível alcançar a sustentabilidade apenas por meio da construção de novos edifícios é importante justamente por evidenciar que construir também significa consumir mais recursos, gerar novos resíduos e intensificar impactos ambientais. Assim, a preservação deixa de ser apenas uma reação à perda do passado e passa a ser compreendida também como uma escolha ambientalmente estratégica.

Essa mesma compreensão aparece em Rodwell (2007), ao aproximar conservação, restauro e sustentabilidade. Para o autor, a preservação de edifícios históricos contribui para o prolongamento de sua vida útil e para a redução da necessidade de novos recursos materiais e energéticos. Sob essa perspectiva, conservar não significa apenas manter uma materialidade antiga, mas reconhecer o valor do que já foi construído e sua capacidade de continuar em uso. A permanência das edificações existentes passa, portanto, a ser entendida como parte de uma gestão mais responsável dos recursos, deslocando o foco da sustentabilidade da produção do novo para o aproveitamento qualificado do estoque edificado.

É nesse ponto que o reuso adaptativo se torna relevante. Ao tratar da adaptação de edifícios existentes para novos usos, Plevoets e Van Cleempoel (2011) mostram que a reutilização adaptativa se consolidou, especialmente a partir da segunda metade do século XX, como tema importante no campo da arquitetura e da conservação. Para os autores, essa prática não deve ser compreendida apenas como resposta técnica à obsolescência de determinados edifícios, mas como processo mais complexo, que envolve diferentes abordagens e estratégias de intervenção. Nesse sentido, a adaptação de um edifício exige leitura interdisciplinar e atenção não apenas aos aspectos funcionais e construtivos, mas também ao significado do bem e aos valores que ele incorpora.

Essa dimensão é importante porque o reuso adaptativo não se resume a ajustar um edifício para que ele volte a funcionar. Trata-se, antes, de uma forma de prolongar sua permanência por meio da atribuição de novos usos, evitando abandono, degradação e substituição. Como observam Plevoets e Van Cleempoel (2011), muitas abordagens da reutilização adaptativa concentraram-se em questões tipológicas, técnicas ou estratégicas, mas nem sempre enfrentaram de forma suficiente os significados do edifício existente. Essa observação é relevante porque evidencia que a adaptação ao uso não deve ser pensada apenas em termos operacionais, mas também em relação ao modo como a intervenção incide sobre a matéria existente, sua leitura e seus valores.

Além disso, o reaproveitamento de edifícios existentes pode ser relacionado a uma lógica mais ampla de economia circular, na medida em que contribui para a preservação de recursos e para a redução de resíduos (MacArthur, 2013; Ghisellini; Cialani; Ulgiati, 2016).

No caso de áreas urbanas consolidadas, a reabilitação de edifícios pode ainda favorecer a permanência de usos, a vitalidade dos centros e a continuidade de determinadas dinâmicas urbanas. Como destaca Feilden (2003), a conservação de edificações históricas não se restringe à manutenção de identidades culturais, podendo também constituir alternativa técnica e ambientalmente viável diante dos impactos da construção convencional. Ainda assim, como aponta Brum (2010), essa abordagem continua enfrentando entraves técnicos, institucionais e culturais, o que demonstra que a preservação do ambiente construído como prática sustentável ainda demanda maior consolidação no campo profissional e nas políticas públicas.

Assim, pensar a preservação do ambiente construído como prática sustentável implica reconhecer que a permanência, o prolongamento da vida útil e a adaptação ao uso das edificações existentes podem constituir respostas mais coerentes diante dos impactos da construção civil. Contudo, quando essas edificações possuem valor histórico e cultural, a discussão torna-se mais complexa, pois a permanência do bem não se relaciona apenas à redução de impactos e à gestão de recursos, mas também à preservação de valores, significados e referências coletivas. É justamente nessa articulação entre ambiente construído, permanência e valor cultural que a sustentabilidade passa a dialogar de forma mais direta com o campo do patrimônio.

3.3 Patrimônio Cultural e Sustentabilidade

A relação entre patrimônio cultural e sustentabilidade introduz um nível adicional de complexidade à discussão sobre o ambiente construído. Isso se deve, em parte, ao fato de que o conceito de patrimônio cultural resulta de uma construção histórica, marcada por disputas simbólicas, políticas e epistemológicas. Ao longo do tempo, esse conceito foi ampliado para além da monumentalidade, da antiguidade e do valor estético, passando a incorporar bens, práticas, saberes e referências coletivas socialmente reconhecidas (IPHAN; OEC, 2025).

No caso das edificações reconhecidas como patrimônio, a noção de permanência adquire uma dimensão que ultrapassa a conservação dos recursos materiais e a mitigação dos impactos ambientais. Ela passa a abranger a continuidade dos atributos históricos, culturais e simbólicos associados ao bem. Sob essa ótica, o bem edificado não pode ser reduzido à sua dimensão material ou funcional, mas deve ser compreendido como suporte de memória, identidade e representação social (Mason, 2002). A sustentabilidade, nesse campo, não se limita, portanto, à continuidade física do edifício, mas exige considerar a permanência dos valores que legitimam sua preservação.

Essa compreensão encontra respaldo no próprio campo do patrimônio. Conforme destaca Fonseca (1997), quando determinados bens passam a ser reconhecidos como de interesse coletivo, é precisamente seu valor cultural que fundamenta seu reconhecimento e sua proteção pelo Estado. No contexto brasileiro, essa perspectiva é ampliada pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que reconhece diferentes dimensões do patrimônio cultural. Entre elas, incluem-se formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais, bem como conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988). Tal formulação evidencia que o patrimônio cultural ultrapassa a noção restrita de monumento isolado, devendo ser compreendido como campo multifacetado, no qual se articulam valores, memórias, identidades e práticas sociais.

Nessa direção, o patrimônio edificado não se reduz à sua dimensão material, pois incorpora significados históricos, simbólicos, sociais e identitários compartilhados. Mason (2002) contribui para compreendê-lo como sistema de valores, cuja conservação não se limita à preservação de uma matéria antiga, mas envolve decisões interpretativas sobre aquilo que deve permanecer, ser transmitido e continuar a fazer sentido no presente. Essa leitura pode ser reforçada por abordagens mais recentes, que tratam a conservação em edifícios históricos como prática sociocultural, dinâmica e sistêmica, articulando materiais, competências, recursos, valores, espaço e tempo, e não apenas respostas técnicas isoladas (Fouseki *et al*., 2020). Nessa perspectiva, conservar implica também lidar com os modos pelos quais diferentes sujeitos atribuem significado ao bem e negociam sua permanência no presente.

Essa perspectiva também permite compreender o patrimônio cultural como campo plural, no qual se articulam práticas sociais, saberes, memórias, identidades e sujeitos envolvidos em sua produção, reprodução e preservação (IPHAN; OEC, 2025). Trata-se, assim, de um campo atravessado por diferentes valores, interesses e formas de apropriação, no qual a atribuição de significado aos bens culturais não se dá de forma neutra nem homogênea. De modo semelhante, Katapidi (2023) demonstra que as próprias políticas de conservação influenciam as compreensões locais de patrimônio e podem afetar essas leituras quando não equilibram adequadamente a preservação e as dimensões vivas do bem.

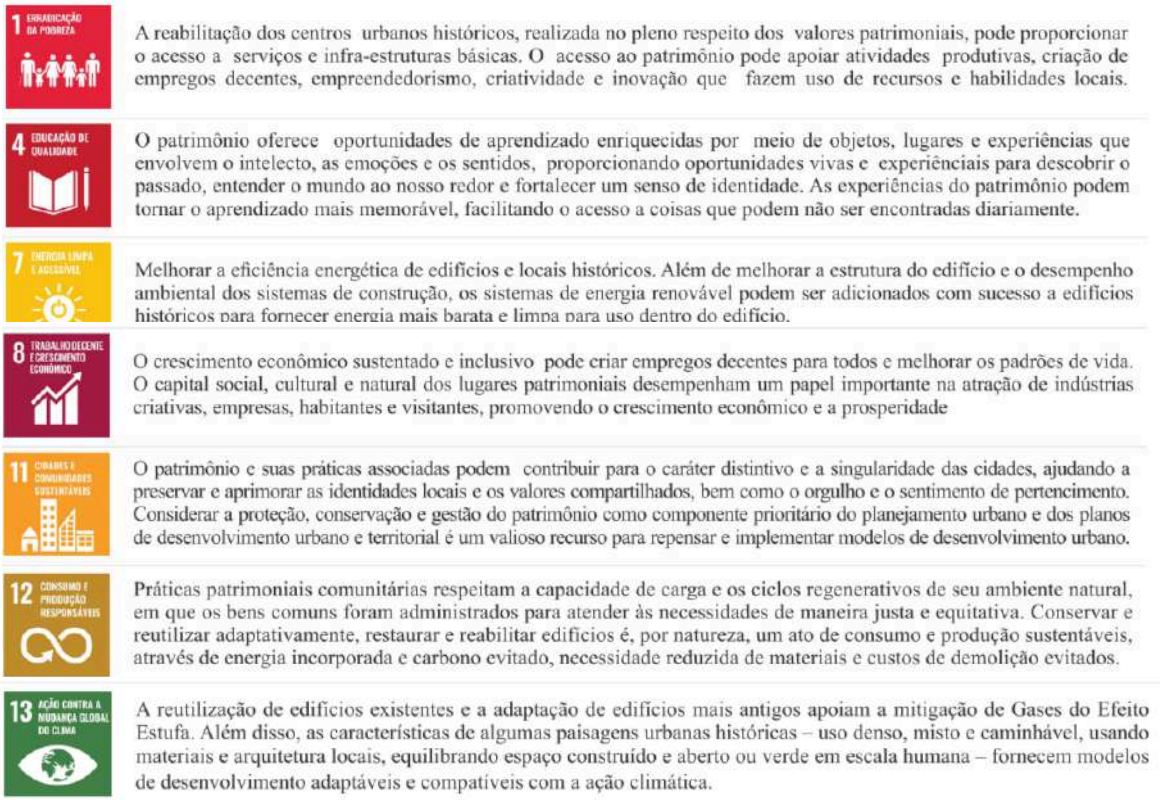
Essa discussão relaciona-se à legibilidade histórica do bem, compreendida, a partir de Brandi (2004), como a possibilidade de reconhecer, em sua materialidade e configuração formal, os elementos que testemunham sua trajetória e seus valores histórico-estéticos, sem produzir falso histórico ou apagar as marcas legítimas de sua passagem no tempo. Assim, a

conservação do patrimônio exige abordagens críticas e contextualizadas, capazes de considerar tanto os valores atribuídos socialmente ao bem quanto as condições que permitem sua leitura e permanência no presente.

O patrimônio como campo de valores e significados também se reflete em sua inserção nas agendas internacionais de desenvolvimento sustentável. Embora o patrimônio não figure como objetivo autônomo entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sua relevância foi explicitamente reconhecida na meta 11.4 da Agenda 2030, que propõe fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo (ONU, 2015). Posteriormente, esse enquadramento foi aprofundado por organismos internacionais, como o ICOMOS, que passaram a enfatizar o potencial do patrimônio cultural para contribuir de forma transversal para o desenvolvimento sustentável, não apenas no âmbito da proteção de bens, mas também em questões ligadas ao bem-estar, à coesão social, ao uso responsável dos recursos e à sustentabilidade das cidades (Labadi, 2021).

Além da meta 11.4, Neves e Patissi (2023) indicam que a conservação do patrimônio cultural edificado também dialoga com outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles relacionados à educação, ao trabalho e crescimento econômico, ao consumo e produção responsáveis e à ação climática, conforme sintetizado na Figura 01. Na mesma direção, Rodríguez e Ruiz-Santaella (2024) defendem a necessidade de ferramentas de gestão capazes de alinhar os recursos patrimoniais à Agenda 2030 no cotidiano das instituições responsáveis por sua preservação.

Figura 01 - Contribuições do patrimônio cultural edificado para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

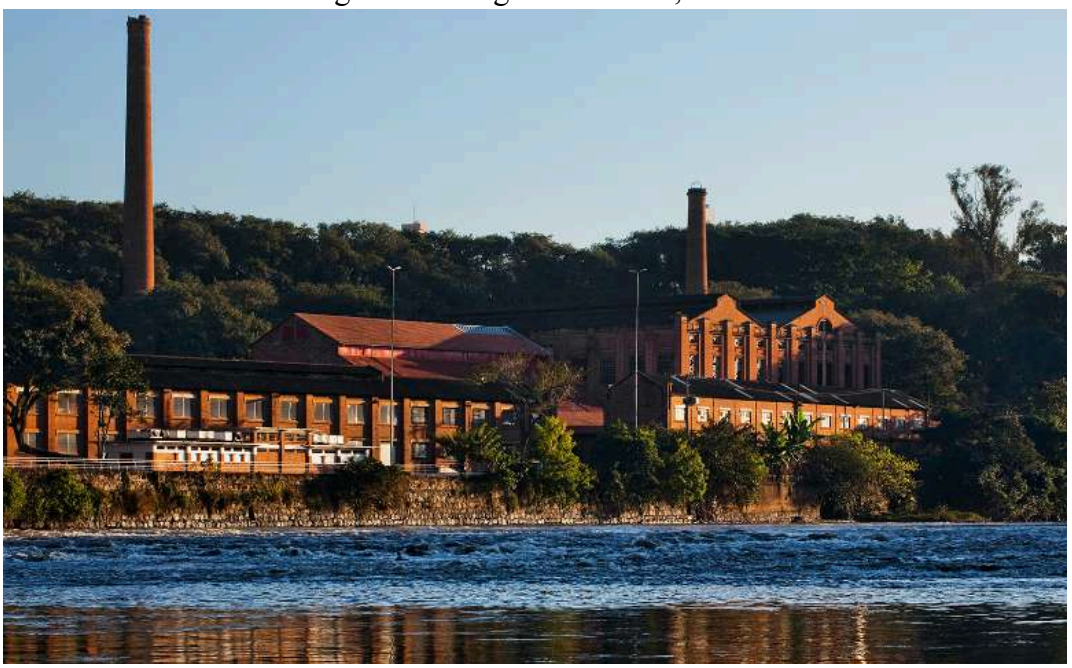


Fonte: Neves e Patissi, 2023.

A leitura conjunta desses objetivos evidencia que o patrimônio cultural edificado não ocupa posição periférica nas agendas de sustentabilidade. Sua contribuição se dá de maneira transversal, articulando preservação de valores culturais, fortalecimento de vínculos identitários, dinamização econômica, qualificação urbana, uso responsável de recursos e mitigação de impactos ambientais. Sob essa ótica, conservar, restaurar e reabilitar edificações históricas não corresponde apenas à proteção de bens do passado, mas à ativação de recursos culturais, sociais e espaciais relevantes para a construção de formas mais sustentáveis de desenvolvimento.

Essa compreensão pode ser observada de forma mais clara em intervenções que articulam conservação, permanência de valores patrimoniais e continuidade de uso. É o caso do Engenho Central (figura 02), em Piracicaba/SP, antigo complexo industrial voltado à produção de açúcar e álcool, tombado e posteriormente requalificado para usos culturais, de lazer e de convivência social. Em 2002, Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, do escritório Brasil Arquitetura, em parceria com colaboradores locais, elaboraram o plano diretor para a área, com o objetivo de orientar as futuras intervenções no conjunto e estabelecer diretrizes para sua preservação e reinserção na dinâmica urbana contemporânea.

Figura 02 - Engenho Central, 2009.



Fonte: Arquitetura Brasil, 2024.

Foi nesse contexto que, em 2009, o chamado “Armazém 6”, um dos galpões que compõem o antigo complexo e que possui 2.850 m² de área construída, foi restaurado e adaptado para abrigar o Theatro Erotídes de Campos (figura 03). A escolha do edifício não decorreu apenas de sua disponibilidade para um novo programa, mas do reconhecimento de seus atributos históricos, espaciais e simbólicos no interior do conjunto. Como enfatizado pelo escritório Brasil Arquitetura, um dos aspectos centrais do Engenho Central não estava apenas nas edificações remanescentes consideradas isoladamente, mas na relação espacial entre elas, capaz de revelar a lógica da antiga produção e suas transformações ao longo do tempo, configurando aquilo que os autores denominaram “urbanismo industrial”. Assim, a preservação dos valores patrimoniais do antigo armazém relaciona-se também à manutenção de sua leitura como parte de um sistema produtivo mais amplo, e não apenas como edifício isolado.

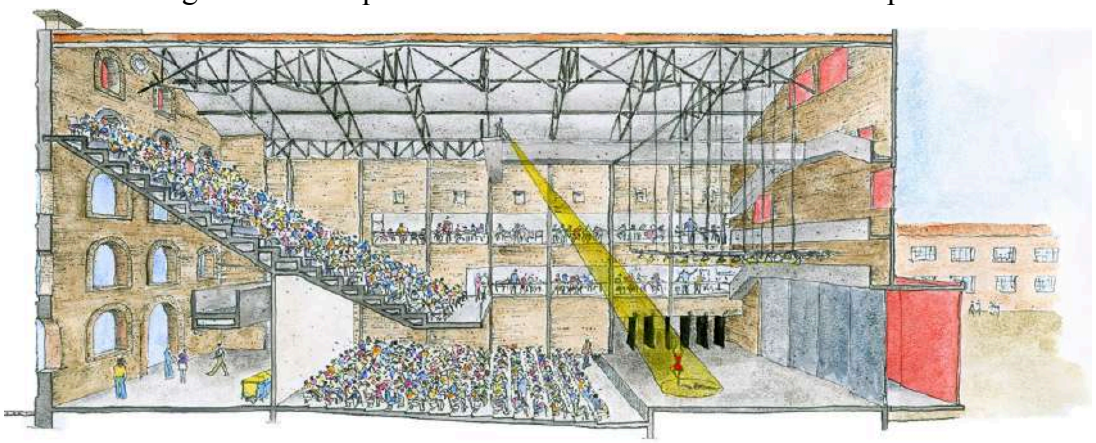
Figura 03 - Teatro Erotídes de Campos antes e depois da intervenção.



Fonte: Acervo de Débora Mayrasa, 2019 e Archdaily, 2012.

A adaptação do antigo galpão foi conduzida de modo a preservar atributos espaciais e materiais preexistentes, como os tijolos aparentes, as telhas de barro, as vigas de ferro, os grandes vãos, o pé-direito elevado e a escala espacial do antigo galpão, agora articulados a um novo uso cultural (figuras 04, 05 e 06). A permanência desses elementos contribui para a legibilidade histórica do bem, pois permite reconhecer sua origem industrial e compreender sua inserção no conjunto do Engenho Central. Quanto à adaptação ao uso, o novo programa foi inserido por meio de uma estratégia projetual desenvolvida a partir do interior do edifício, convertendo seus vazios em hall público, plateia, palco, salas acusticamente equipadas, camarins e ambientes de apoio, sem anular a espacialidade industrial original.

Figura 04 - Croqui do interior do Teatro Erotídes de Campos.



Fonte: Brasil Arquitetura, 2009.

Figura 05 - Fachada lateral do Teatro Erotídes de Campos.



Fonte: Brasil Arquitetura, 2009.

Figura 06 - Vista interna da cobertura do Teatro Erotídes de Campos.



Fonte: Brasil Arquitetura, 2009.

Ao mesmo tempo, a intervenção incorporou novos elementos em vermelho, visíveis nos planos que vedam algumas aberturas, nos portões, na escada externa e na estrutura do palco. Esses elementos contrastam com a materialidade original do galpão sem descaracterizá-lo, marcando a temporalidade da nova inserção e preservando a identidade visual do conjunto. Entre essas decisões, destaca-se o palco, cuja configuração amplia as possibilidades de uso do edifício e reforça sua articulação com a praça do Engenho Central. Ao projetar o espetáculo também para o espaço externo, a intervenção faz com que a experiência do teatro ultrapasse o interior da edificação, incorporando a praça e permitindo que o antigo armazém seja percebido em relação ao conjunto industrial do qual faz parte.

Nessa perspectiva, a adaptação do antigo armazém em teatro multifuncional reinscreveu o edifício na dinâmica urbana contemporânea, transformando um espaço anteriormente vinculado ao trabalho industrial em lugar de cultura, criação, celebração e convivência social. Desse modo, a intervenção evidencia como a preservação pode manter o edifício ativo na vida urbana e social, reafirmando sua presença no conjunto do Engenho Central e sua capacidade de continuar produzindo sentido no presente.

Essa mesma articulação entre permanência e transformação pode ser observada na Sala São Paulo, instalada no edifício da antiga Estação Júlio Prestes (figura 07), na capital paulista. Inaugurada em 1938, a antiga estação ferroviária, tombada como patrimônio, foi requalificada, em 1999, para sediar a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. A intervenção, desenvolvida por Nelson Dupré e Luizette Davini, buscou conciliar a preservação das características arquitetônicas e históricas do edifício com as exigências técnicas impostas pela implantação de uma sala de concertos (Zein; Di Marco, 2001). Dessa forma, foram incorporadas soluções altamente especializadas, necessárias ao adequado funcionamento do novo programa, especialmente no que se refere à acústica e ao desempenho da sala.

Figura 07 - Estação Júlio Prestes.



Fonte: Sala São Paulo, 2024.

A antiga plataforma ferroviária foi transformada em sala sinfônica, com a preservação de elementos originais, como colunas, vitrais e ornamentos decorativos, enquanto novas soluções, como o forro acústico móvel, os balcões inseridos entre as grandes colunas e a laje flutuante, permitiram adequar o edifício às exigências técnicas de seu novo uso. A manutenção desses elementos contribuiu para a preservação dos valores patrimoniais associados à antiga estação, mantendo reconhecíveis suas características arquitetônicas e históricas mesmo diante das transformações necessárias à implantação do novo programa.

Nesse caso, a intervenção demonstra que a adaptação de uma edificação histórica a um programa altamente especializado pode demandar transformações significativas sem, necessariamente, comprometer a legibilidade da preexistência, uma vez que as principais exigências acústicas foram resolvidas por meio de dispositivos contemporâneos concebidos para preservar as fachadas internas do antigo pátio e a manter visíveis seus elementos históricos, como se pode observar na figura 08.

Figura 08 - Sala São Paulo.



Fonte: Sala São Paulo, 2024.

A Praça das Artes, em São Paulo, amplia essa discussão ao articular conservação, restauro, inserções contemporâneas e requalificação urbana em um mesmo conjunto. O projeto, idealizado por Marcos Cartum em parceria com o escritório Brasil Arquitetura no ano de 2006, incorporou o antigo Conservatório Dramático Musical de São Paulo, edifício tombado, a um novo complexo cultural composto por volumes contemporâneos, espaços de convivência e equipamentos voltados à música, à dança e a outras atividades artísticas (figuras 09 e 10). A intervenção não se restringiu à preservação do edifício histórico, mas o integrou a uma estratégia mais ampla de revitalização do centro da cidade, articulada a novos volumes contemporâneos e espaços de convivência, evidenciando a adaptação do conjunto às demandas contemporâneas de uso cultural.

Figura 09 - Croqui da Praça das Artes.



Fonte: Brasil Arquitetura, 2024.

Figura 10 - Fachadas frontal e lateral da Praça das Artes.



Fonte: Brasil Arquitetura, 2024.

O Conservatório, edifício construído em 1896 e destinado ao ensino musical a partir de 1909, foi conservado e restaurado (figura 11), preservando seu valor histórico e sua memória ligada à formação musical. A comparação entre os registros anteriores e posteriores à restauração permite observar a permanência de elementos relevantes da ambiência interna do salão, como o forro ornamentado em caixotões, as cimalhas, molduras, frisos e relevos decorativos nas paredes, além do ritmo dos vãos verticais e das aberturas em arco. Também se mantém reconhecível a espacialidade do antigo salão, marcada pelo pé-direito elevado, pela organização longitudinal do ambiente e pela presença da caixa cênica. Esses elementos

contribuem para a legibilidade histórica do bem, pois permitem que sua trajetória ligada ao ensino e à prática musical continue perceptível no novo conjunto cultural.

Figura 11 – Interior da sala do Conservatório pré e pós restauração.



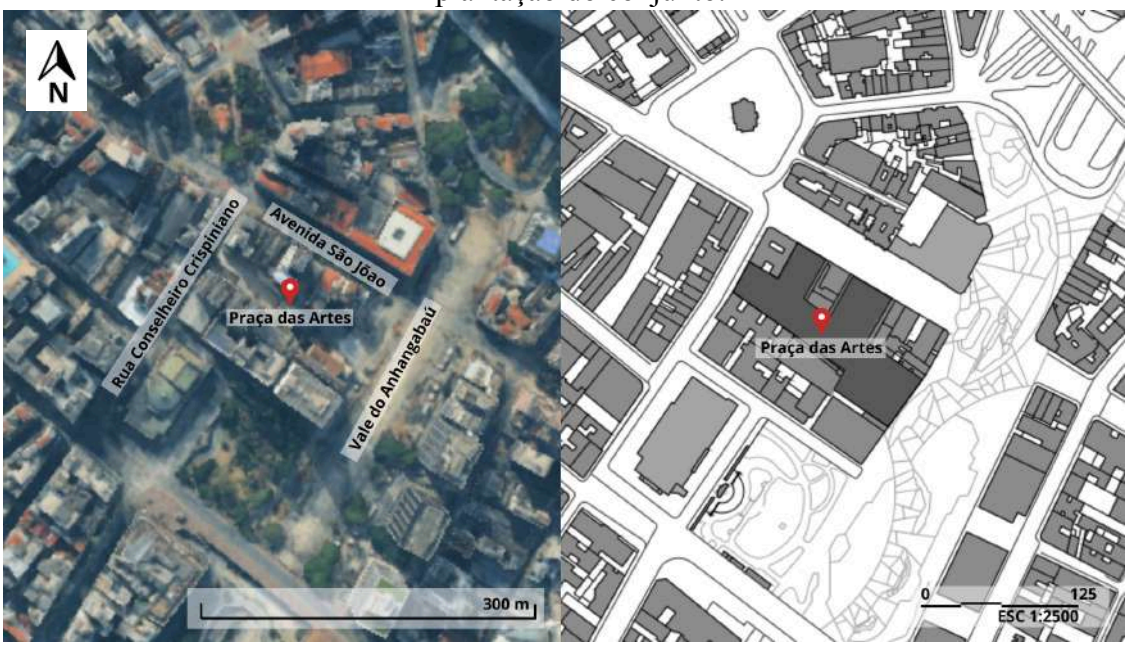
Fonte: Acervo do Theatro Municipal, 2022.

Ao mesmo tempo, o Conservatório passou a integrar um conjunto arquitetônico mais amplo, composto por novos volumes em concreto aparente pigmentado. A distinção entre a edificação histórica restaurada e as estruturas contemporâneas permite reconhecer as diferentes temporalidades presentes na intervenção, sem que o edifício preexistente seja visualmente apagado. Essa articulação entre patrimônio e arquitetura contemporânea aproxima-se da discussão desenvolvida por Kerr (2018), para quem a análise da Praça das Artes evidencia a importância da intervenção arquitetônica na transformação e na atualização do patrimônio urbano. Dessa forma, o projeto demonstra que a preservação dos valores patrimoniais não depende apenas da conservação do edifício isolado, mas também da maneira como ele é articulado a novas estruturas, usos e espaços urbanos.

Em relação à inserção urbana do conjunto, a Praça das Artes localiza-se em área densamente consolidada, marcada por forte adensamento construtivo e pela presença de diferentes preexistências, como se observa na figura 12. Em resposta a essa condição, o projeto organizou os novos edifícios nas bordas do terreno e preservou vazios no nível térreo, conformando uma passagem pública e espaços de circulação e estar que funcionam como continuidade do espaço urbano. Segundo o escritório responsável, o conjunto se desenvolve a partir do centro da quadra em direção ao Vale do Anhangabaú, à Avenida São João e à Rua Conselheiro Crispiniano, estabelecendo novo diálogo com os edifícios remanescentes da

quadra e do entorno através de criação de espaços de travessia e convivência que conectam o conjunto à vida pública do centro.

Figura 12 – Inserção urbana da Praça das Artes no centro de São Paulo: imagem de satélite e implantação do conjunto.



Fonte: Google Earth e Libório Gândara Arquitetura. Adaptado pela autora, 2026.

Os três casos evidenciam que, no campo do patrimônio edificado, a sustentabilidade não pode ser reduzida à permanência física da construção ou à economia de recursos materiais, embora essas dimensões sejam relevantes. Ela envolve também a capacidade de conservar valores culturais, assegurar a legibilidade histórica do bem e reinscrevê-lo em dinâmicas contemporâneas de uso, apropriação e significado. Nesse sentido, pensar a conservação do patrimônio edificado à luz da sustentabilidade exige compreender sua continuidade simultaneamente como permanência material, preservação de valores e possibilidade de atualização responsável. A qualidade da intervenção, portanto, reside na forma como essas dimensões são articuladas.

4 CASA DE CULTURA SILVIO ROMERO: histórico e caracterização tipológica

A análise histórica e tipológica do Grupo Escolar Silvio Romero permite compreender a relevância cultural e arquitetônica do edifício, único bem tombado[2] da cidade de Lagarto, em nível estadual. A contextualização de sua construção evidencia o papel desempenhado pela arquitetura escolar nas políticas públicas do início do século XX, enquanto a caracterização tipológica destaca elementos formais, espaciais e construtivos que expressam valores educacionais e simbólicos daquele período. O estudo do imóvel como tipologia edificada contribui para a reflexão sobre sua permanência e transformação no tempo, oferecendo subsídios para sua preservação compatível com os princípios da sustentabilidade aplicada ao patrimônio.

4.1 Transformações e usos ao longo do tempo

Na década de 1920, o Estado de Sergipe vivenciou um período de intensa expansão educacional, marcado pela implantação de diversos grupos escolares. Segundo Santos (2014), durante o governo de Graccho Cardoso (1921–1923), inúmeras cidades sergipanas transformaram-se em grandes canteiros de obras, em um processo que articulava modernização, embelezamento urbano e investimento em equipamentos públicos. Esse movimento atingiu não apenas a capital, mas também municípios do interior do estado.

O antigo Grupo Escolar Silvio Romero, localizado em Lagarto, integrou esse processo, constituindo-se como uma das oito unidades implantadas no interior, dentre as dez construídas em Sergipe. Conforme Santos (2009), sua inauguração ocorreu em 23 de dezembro de 1924 (figura 13). Implantado na Rua Major Mizael Mendonça, em região central da cidade, o edifício ocupa área de fácil acesso, o que lhe confere posição estratégica no núcleo consolidado de Lagarto (figura 14). A instituição recebeu o nome do escritor, professor e político lagartense Sílvio Romero e foi concebida como a primeira escola pública da cidade, instalada no local anteriormente ocupado pela antiga cadeia municipal.

[2] Bem tombado em nível estadual pelo Governo do Estado de Sergipe, por meio do Decreto nº 15.552, de 20 de outubro de 1995, com inscrição no Livro do Tombo Geral, nº 01-Geral, fl. 19.

Figura 13 – Inauguração do Grupo Escolar Silvio Romero, 1924.



Fonte: Revista FON-FON. Ano XIX, nº 35, Rio de Janeiro - RJ. 29.08.1925, p. 56.

Figura 14 – Inauguração do Grupo Escolar Silvio Romero, 1924.



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora, 2026.

O contexto da política sanitarista da época influenciou significativamente as transformações urbanas. Conforme Santos (2014), a modernização das cidades não se restringia à reestruturação viária e à demolição de casarões antigos, mas também buscava afastar camadas sociais consideradas indesejadas das áreas centrais. Nesse contexto, durante o governo de Graccho Cardoso, antigas cadeias foram transformadas em instituições de ensino,

e o Grupo Escolar Silvio Romero passou a simbolizar, no âmbito local, os ideais de progresso e modernização (figura 15).

Figura 15 - Cadeia Pública de Lagarto nos anos 20.



Fonte: Silva, 1920.

Os edifícios escolares construídos nessa gestão apresentavam características arquitetônicas padronizadas, com composição simétrica, fachadas ornamentadas e a presença recorrente da escultura da águia, símbolo da administração de Graccho Cardoso (Santos, 2014). Essas construções não apenas atendiam às demandas educacionais, mas também materializavam os ideais de civilização e modernização do Brasil da Primeira República.

Apesar de sua importância histórica, o funcionamento da escola foi posteriormente interrompido em razão de mudanças políticas. Segundo Bastos (2015), a descontinuidade da instituição esteve relacionada à ascensão de governos alinhados ao getulismo, os quais buscaram apagar marcas das gestões anteriores. Entre as décadas de 1960 e 1980, com a construção de uma nova sede para a Escola Estadual Silvio Romero, o edifício original deixou de exercer sua função escolar inicial, passando a abrigar cursos profissionalizantes e, posteriormente, uma escola particular até ser desativado.

4.1.1 Processos de degradação e abandono

A partir da década de 1990, a edificação entrou em processo de abandono, tornando-se alvo de ocupação irregular e progressiva degradação. Nesse período, iniciou-se um movimento em defesa da preservação do imóvel, com participação da comunidade local e atuação de Luiz Antônio Barreto junto à Câmara Municipal de Lagarto. O processo de tombamento, identificado pelo nº 036/90/CEC, teve origem na solicitação do vereador

lagartense José Dias dos Santos e, após tramitação junto ao Conselho Estadual de Cultura, recebeu parecer favorável em 1991. A proteção do imóvel foi posteriormente formalizada pelo Governo do Estado de Sergipe no ano de 1995 (SANTOS, 2024). Em 1999, sob a gestão do secretário de Educação Luiz Antônio Barreto, o imóvel foi restaurado para abrigar o Memorial de Lagarto e a Biblioteca Pública, o que representou uma tentativa de reativação de seu uso institucional e cultural (figura 16).

Figura 16 – Inauguração do Memorial e a Biblioteca Pública, 1999.



Fonte: Acervo de Eduardo Bastos, 2015.

Entretanto, segundo Bastos (2015), em 2010 o edifício foi novamente desocupado para uma nova intervenção, a qual não chegou a ser concluída. Nesse período, surgiram críticas relacionadas à acessibilidade do prédio, com questionamentos quanto à ausência de condições adequadas para pessoas com mobilidade reduzida, como cadeirantes e idosos. A interrupção da obra e a ausência de encaminhamento efetivo para o problema contribuíram para o retorno do abandono e para o agravamento do processo de deterioração do imóvel (figura 17).

Figura 17 - O Antigo Grupo Escolar Silvio Romero em 2022.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Durante esse período de abandono, a edificação foi atingida por dois incêndios. O primeiro ocorreu em maio de 2018, com início em uma das salas de aula do prédio, sendo controlado pelo Corpo de Bombeiros, conforme noticiado pelo Portal Lagarto Notícias (2018). Três anos depois, em 2021, um novo incêndio atingiu a antiga secretaria do Grupo Escolar (figura 18), conforme reportado pelo Portal A8SE (2021). Na mesma reportagem, Claudefranklin Monteiro, membro da Academia Lagartense de Letras, atribuiu o ocorrido ao descaso do poder público em relação à conservação do imóvel, que se encontrava abandonado havia anos. Os incêndios reforçam, assim, o quadro de vulnerabilidade do edifício e evidenciam os efeitos da descontinuidade das ações de preservação.

Figura 18 – Grupo Escolar Silvio Romero, 2022.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Em 2023, após anos de mobilização da sociedade civil e da Academia Lagartense de Letras, o governo estadual autorizou a restauração e ampliação do edifício. Segundo Monteiro (2023), a assinatura da ordem de serviço resultou diretamente dessa pressão social. As obras foram concluídas em 2024, devolvendo à população lagartense um importante marco de sua história. Com a reinauguração, o edifício passou a abrigar a Casa de Cultura Silvio Romero, reafirmando, ao menos em nível formal, sua destinação como espaço de memória e promoção cultural no município.

Todavia, o uso da edificação foi desvirtuado. Em visita técnica realizada em 14 de outubro de 2025, observou-se que a edificação exercia predominantemente função administrativa pública, abrigando o Gabinete do Governo, a Secretaria de Governo e Inovações, a Secretaria de Comunicação e a Secretaria de Planejamento e Orçamento. Tal configuração difere substancialmente da destinação prevista no projeto de restauração, que atribuía ao edifício uso cultural e educativo. Das seis salas existentes, apenas duas

permaneciam reservadas à Academia Lagartense de Letras, a qual, segundo informações coletadas in loco, ainda não possuía previsão de transferência definitiva para o espaço.

Em entrevista concedida à rádio local, Claudefranklin, presidente da Academia Lagartense de Letras, manifestou preocupação quanto ao uso então atribuído ao imóvel, defendendo sua devolução à classe artística e aos agentes culturais de Lagarto. Segundo seu posicionamento, a coexistência entre funções administrativas e culturais compromete o desenvolvimento das atividades previstas para a Academia, uma vez que o uso institucional contínuo tende a restringir o acesso público e a enfraquecer a vocação cultural do edifício. À luz da presente análise, a predominância do uso administrativo tensiona o propósito original da restauração, na medida em que desloca o bem patrimonial de sua função social e simbólica como equipamento cultural de uso coletivo.

4.1.2 Análise tipológica e arquitetônica da edificação

O lote da edificação possui área total de 1.525,97 m², com 297,65 m² de área construída (figura 19). A fachada nordeste, fachada de acesso principal, está voltada para a Praça Manoel Filho de Carvalho, popularmente conhecida como Praça do Rosário, onde também se situam o Colégio Nossa Senhora da Piedade e a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, esta última datada do século XIX. A Casa de Cultura Silvio Romero, portanto, não se configura como edificação isolada, mas integra um conjunto urbano e arquitetônico formado pela praça e pela igreja, ambos igualmente submetidos a recentes processos de intervenção.

Figura 19 - Imagem satélite da Casa de Cultura Silvio Romero e seu entorno, 2025.



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora, 2025.

A fachada noroeste confronta a Praça Possidônio Rocha, atualmente utilizada como estacionamento, enquanto a lateral direita limita-se com residências da Travessa do Rosário. Já a fachada posterior confronta imóveis voltados para a Rua Acrísio Garcês. O entorno imediato caracteriza-se por uso misto, reunindo atividades comerciais, clínicas, escolas, templos religiosos e residências, com edificações vizinhas que variam entre um e dois pavimentos.

A edificação apresenta traços do ecletismo com influências neoclássicas, perceptíveis na simetria da composição e na expressividade da fachada principal (figura 20). O volume é definido por linhas retas, formas geométricas regulares e elementos ornamentais em estuque, como guirlandas, florões e gradis de ferro forjado, que remetem ao repertório decorativo do Rococó. Implantado sobre porão alto, o edifício encontra-se recuado em relação aos limites do lote e é cercado por muro de alvenaria com gradis metálicos. O acesso se dá por quatro escadas, uma frontal, duas laterais e uma posterior, que solucionam o desnível entre o terreno e o piso principal.

Figura 20 – Casa de Cultura Silvio Romero pós intervenção, 2024.



Fonte: Acervo de Max Carlos, 2024.

Na entrada principal, duas colunas de fuste liso e capitéis jônicos sustentam o frontão triangular neoclássico (figura 21), encimado por uma escultura de águia de asas abertas, símbolo da gestão do então governador Graccho Cardoso. A composição reforça o caráter monumental do edifício e sua inserção no conjunto de grupos escolares erguidos no contexto da modernização educacional sergipana.

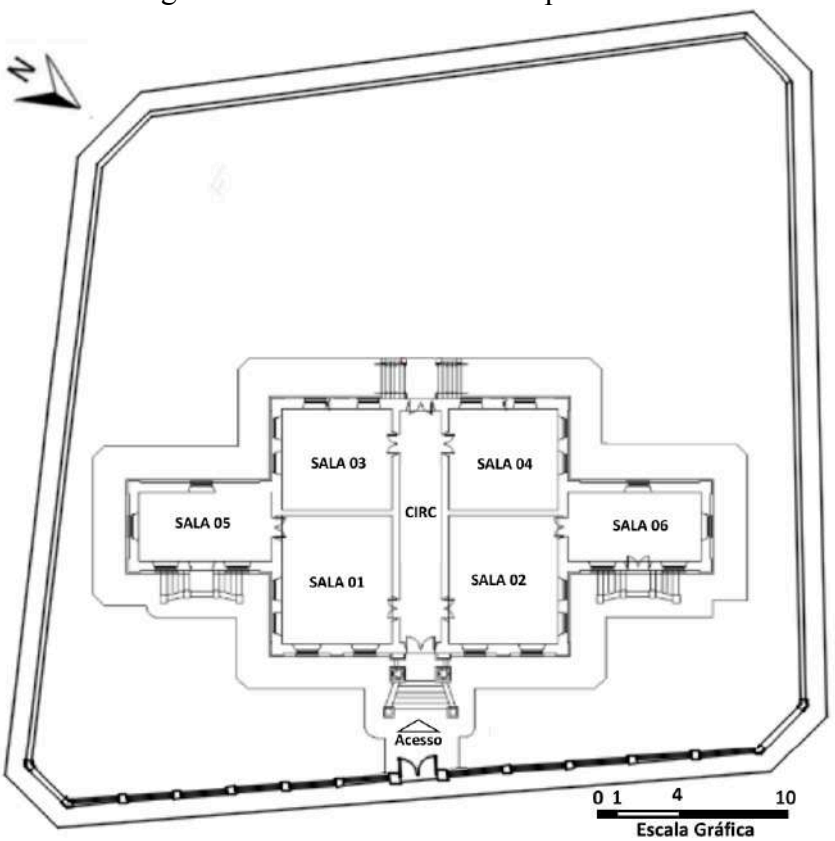
Figura 21 – Casa de Cultura Silvio Romero pós intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025

A organização interna da planta é simétrica, estruturada por corredor longitudinal central que conecta a entrada principal às dependências posteriores (figura 22). Quatro salas de aula distribuem-se lateralmente, duas de cada lado do corredor. Destacam-se os acabamentos em madeira de lei, como o assoalho com tábuas maciças e os forros com padronagem geométrica, elementos que conferem unidade e qualidade construtiva ao interior da edificação.

Figura 22 - Planta Baixa do Grupo Escolar.

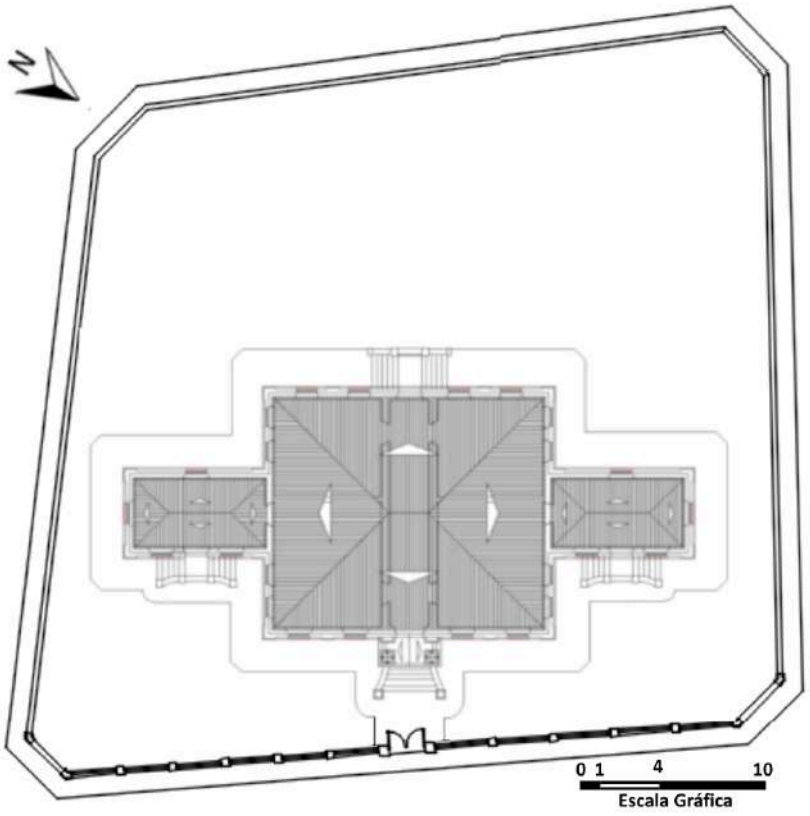


Fonte: Elaboração da autora, 2021.

A porta principal possui duas folhas almofadadas, com bandeira em gradil de ferro forjado. As janelas, também em madeira, são compostas por duas folhas almofadadas com vidro transparente e bandeiras superiores com detalhes em vidro. Os peitoris apresentam ornamentos florais em estuque, com elementos decorativos de inspiração barroca. A ventilação natural é favorecida pela disposição estratégica das esquadrias, assegurando a circulação de ar em todos os ambientes, em consonância com os princípios higienistas da época, que valorizavam edificações bem ventiladas para promover melhores condições sanitárias.

A cobertura é composta por telhados de quatro águas sobre o volume principal e sobre os volumes laterais (figura 23), com telhas cerâmicas do tipo capa e canal. O sistema de calhas e condutores assegura a drenagem pluvial, enquanto a platibanda apresenta ornamentação rica em motivos geométricos, fitomorfos, zoomorfos e antropomorfos, além de frisos florais, guirlandas e cornija ovalada. Tais elementos são recorrentes em edificações de destaque do período eclético e contribuem para afirmar o valor arquitetônico e simbólico do imóvel.

Figura 23 - Planta de Cobertura do Grupo Escolar.



Fonte: Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas, 2006.

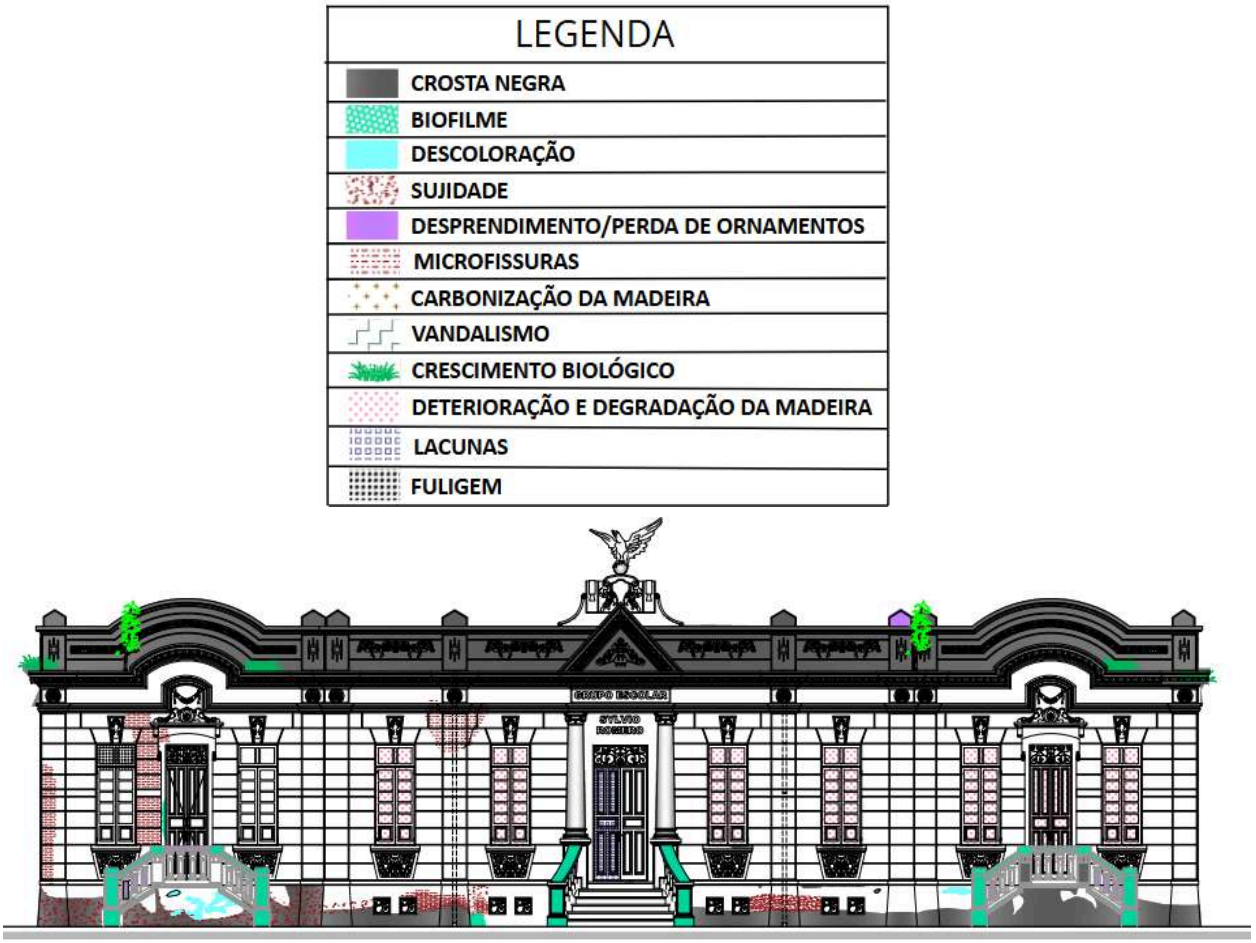
4.1.3 Estado de conservação anterior à restauração: levantamento fotográfico e mapa de danos

O estado de conservação do antigo Grupo Escolar Silvio Romero, anterior à restauração, foi analisado com base no levantamento fotográfico realizado no trabalho de conclusão de curso da autora, em 2022, por meio de fichas fotográficas apresentadas no Anexo A desta dissertação. Esse levantamento permitiu diagnosticar as principais manifestações patológicas e os desgastes decorrentes do abandono, da exposição prolongada às intempéries, do vandalismo e da ausência de manutenção, fatores que comprometeram progressivamente a integridade do edifício.

As fichas fotográficas são compostas por imagens digitais, descrição do estado de conservação do imóvel, planta esquemática com indicação da tomada fotográfica correspondente e informações básicas sobre a edificação, além da data de registro. Em razão da impossibilidade de acesso ao interior do prédio no momento da coleta, devido à presença de pessoas em situação de rua que se abrigavam no imóvel, não foi possível realizar o registro fotográfico interno em 2022. Assim, para complementar a análise, foram utilizadas imagens internas extraídas do trabalho de conclusão de curso do arquiteto e urbanista Alysson Barbosa, formado pela Universidade Tiradentes, elaborado em 2019.

Para complementar essa leitura, serão apresentadas as peças gráficas das quatro fachadas referentes ao mapa de danos, elaborado pelo escritório responsável pelo projeto de conservação e restauro. De acordo com Bathel, Lins e Pestana (2009), o mapa de danos consiste na representação gráfica dos danos existentes na edificação, relacionando-os a seus agentes e causas. No documento analisado, os danos foram classificados por meio de legenda específica, contemplando manifestações como crosta negra, biofilme, descoloração, sujidade, desprendimento e perda de ornamentos, microfissuras, carbonização da madeira, vandalismo, crescimento biológico, deterioração e degradação da madeira, lacunas e fuligem.

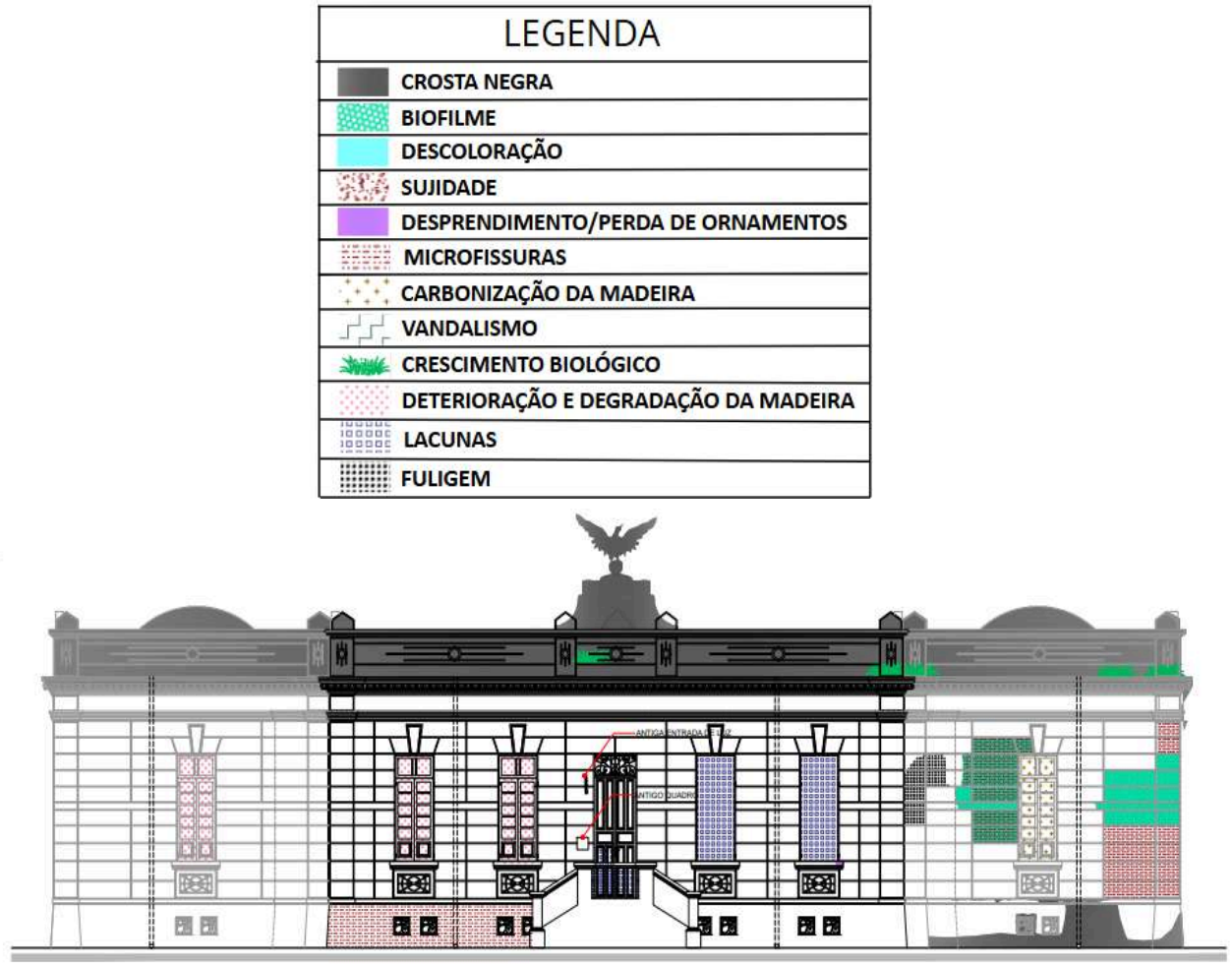
Figura 24 - Mapa de danos da fachada frontal.



Fonte: Adaptado de Libório Gândara Arquitetura, 2021.

No mapa de danos referente a fachada posterior (Figura 25), observa-se a presença de crosta negra tanto no embasamento, quanto na parte superior, especialmente nos elementos de coroamento; biofilme na alvenaria; descoloração da pintura; crescimento biológico na parte superior da fachada; microfissuras e fuligem na alvenaria; carbonização da madeira; e deterioração e degradação das esquadrias de madeira e a perda de algumas delas.

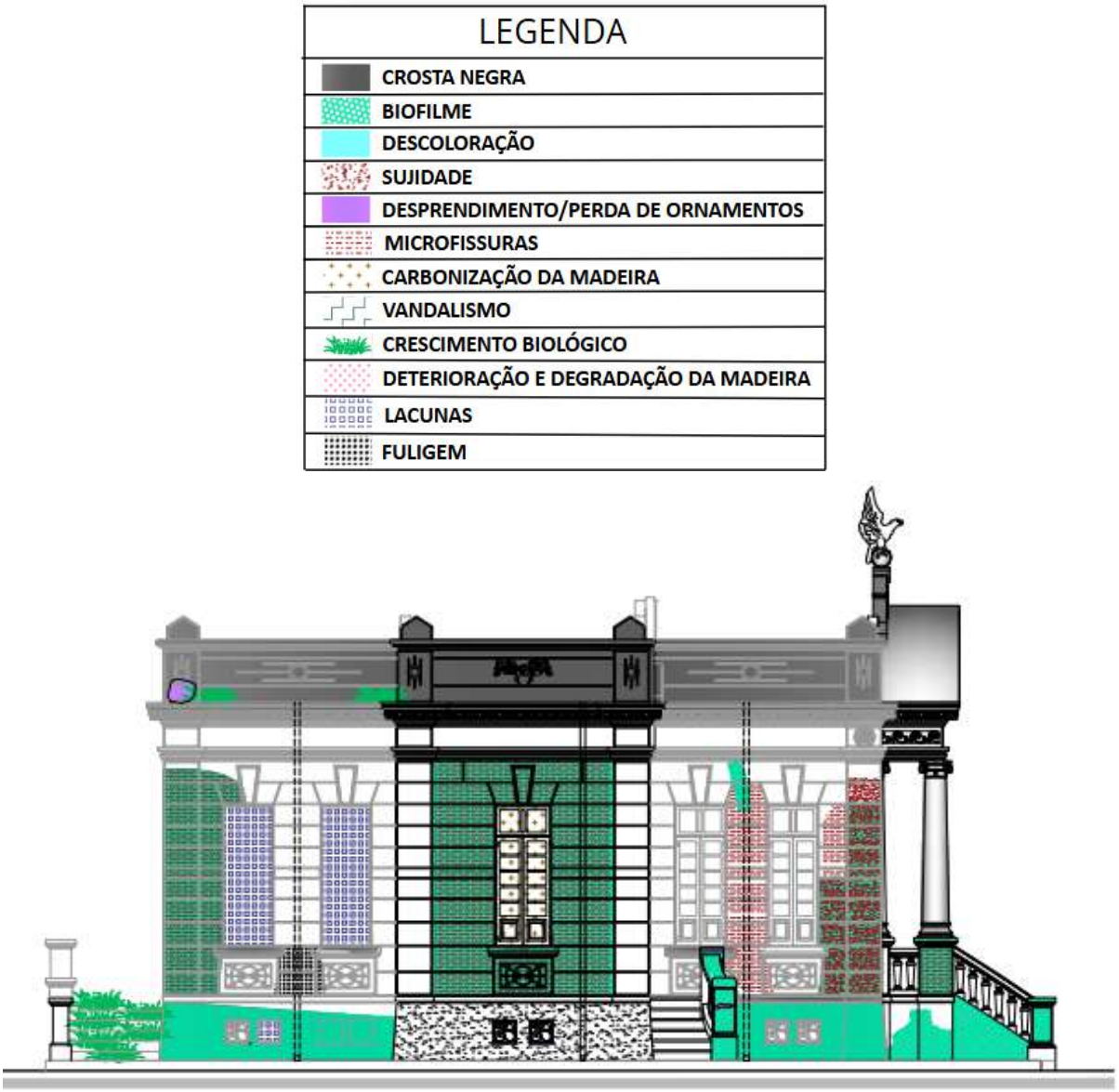
Figura 25 - Mapa de danos da fachada sul.



Fonte: Adaptado de Libório Gândara Arquitetura, 2021.

Já na fachada oeste da edificação (Figura 26), observa-se a presença de crosta negra tanto no embasamento, quanto na parte superior, especialmente nos elementos de coroamento; perda de ornamentos na parte superior; biofilme na base, alvenaria e guarda-copo; descoloração da pintura; sujidade na base da edificação; crescimento biológico na base e parte superior da fachada; microfissuras na alvenaria; fuligem no embasamento; carbonização da madeira; e deterioração e degradação das esquadrias de madeira e a perda de algumas delas.

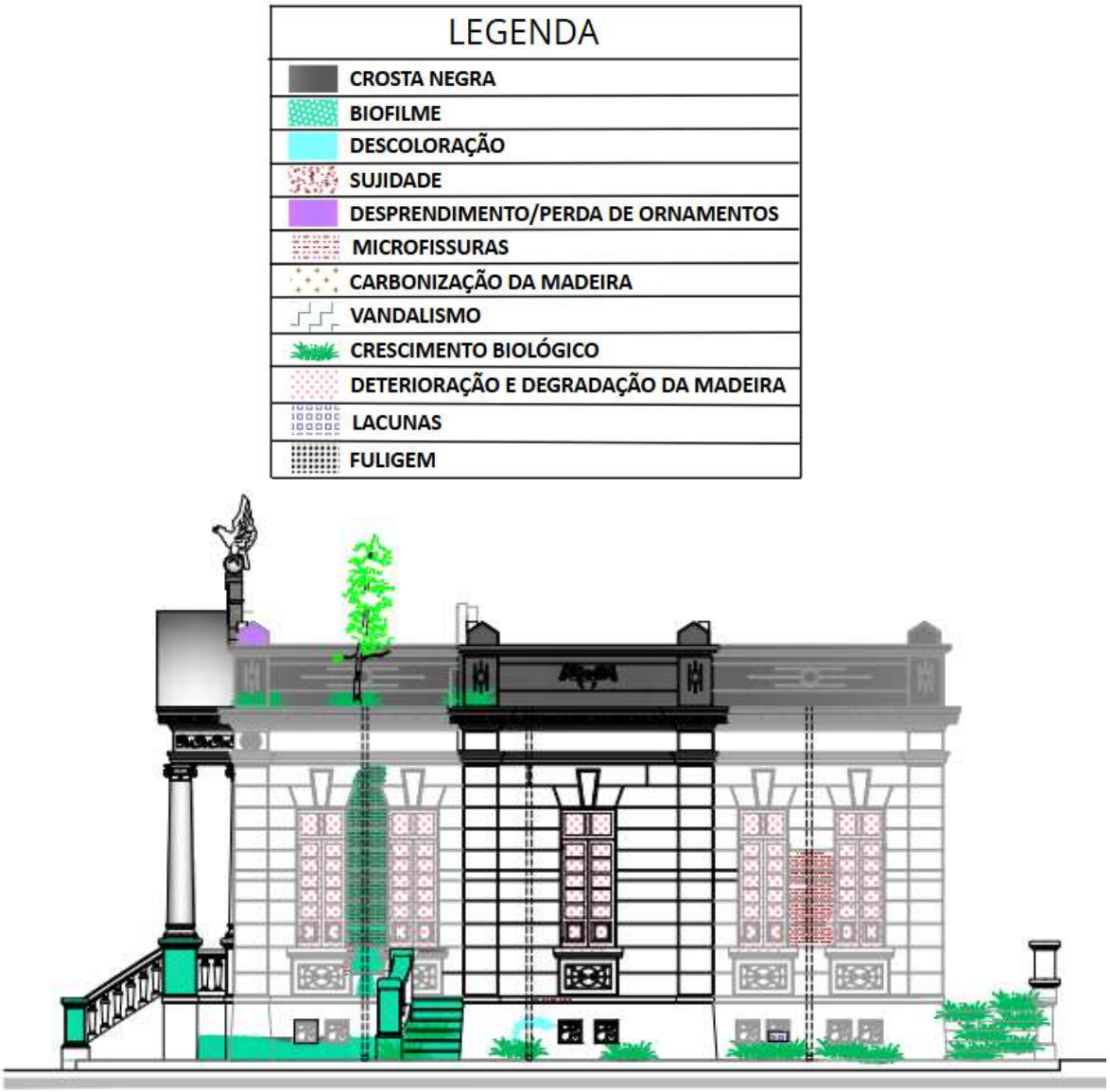
Figura 26 - Mapa de danos da fachada lateral esquerda.



Fonte: Adaptado de Libório Gândara Arquitetura, 2021

Por fim, na fachada lateral direita (Figura 27), observa-se a presença de crosta negra tanto no embasamento, quanto na parte superior, especialmente nos elementos de coroamento; perda de ornamentos na parte superior; biofilme na base, alvenaria e guarda-copo; descoloração da pintura; sujidade na base da edificação; crescimento biológico na base e parte superior da fachada; microfissuras na alvenaria; e deterioração e degradação das esquadrias de madeira.

Figura 27 - Mapa de danos da fachada lateral direita.



Fonte: Adaptado de Libório Gândara Arquitetura, 2021

Esse quadro de degradação evidencia a condição de vulnerabilidade em que se encontrava o imóvel antes da intervenção.

5 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com ênfase no estudo de caso da intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero, em Lagarto/SE. A pesquisa buscou compreender como as estratégias de adaptação ao uso e as soluções materiais e construtivas foram formuladas, articuladas e materializadas no projeto de conservação e restauro da edificação, à luz da preservação do ambiente construído como prática sustentável.

A escolha pela abordagem qualitativa justificou-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as especificidades e complexidades do objeto de estudo, favorecendo uma leitura crítica e contextualizada da intervenção analisada. O caráter exploratório mostrou-se adequado por permitir maior aproximação com o fenômeno investigado e por oferecer subsídios para a interpretação do problema de pesquisa. O caráter descritivo, por sua vez, possibilitou caracterizar o objeto, os documentos analisados, as estratégias projetuais e os elementos observados em campo. O estudo de caso, enquanto estratégia metodológica, permitiu a investigação detalhada de um contexto específico e concreto, sendo especialmente pertinente quando se pretendeu compreender intervenções em situações reais (Yin, 2015; Gil, 2017).

Embora tenha se tratado de um estudo de caso único, a escolha da Casa de Cultura Silvio Romero justificou-se por seu relevante valor histórico, cultural e urbano para o município de Lagarto, bem como por sua condição de edificação recentemente submetida a uma intervenção de conservação e restauro. Originalmente concebida como Grupo Escolar Silvio Romero, a edificação apresentou uma trajetória associada à memória educacional e urbana da cidade, o que permitiu analisar os limites e potencialidades da articulação entre conservação patrimonial, adaptação ao uso e preservação do ambiente construído.

O método científico adotado foi o hipotético-dedutivo, conforme proposto por Popper (1975). A pesquisa partiu da identificação de um problema relacionado à qualidade das intervenções em edificações históricas diante da necessidade de adaptação ao uso e da definição de soluções materiais e construtivas compatíveis com a preservação do bem. A partir desse problema, formulou-se a hipótese de que as estratégias de adaptação ao uso, as soluções materiais e construtivas e as ações voltadas à preservação dos valores patrimoniais, incorporadas ao projeto de conservação e restauro da Casa de Cultura Silvio Romero e posteriormente materializadas na obra, não estariam plenamente articuladas entre si, o que poderia revelar tensões entre permanência e transformação, com possíveis repercussões sobre a qualidade da intervenção.

Para fins analíticos, a pesquisa considerou a sustentabilidade não como um conjunto de critérios técnicos a serem aferidos isoladamente, mas como uma premissa associada à preservação do ambiente construído, à permanência das edificações existentes e ao prolongamento de sua vida útil. Desse modo, a análise apoiou-se na articulação entre sustentabilidade, conservação do patrimônio edificado e reuso adaptativo, tomando como referência autores como Elefante (2007), Rodwell (2007), Plevoets e Van Cleempoel (2019), Wilkinson *et al*. (2014), Jokilehto (2002), Mason (2002), Prudon (2008), Macdonald (2011) e Pinheiro *et al*. (2024).

A partir desse referencial, a intervenção foi examinada com base em três âmbitos de análise. O primeiro referiu-se à adaptação ao uso e à permanência da edificação, contemplando a compatibilidade do novo programa com o edifício existente, a organização dos espaços e sua inserção no contexto urbano e social. O segundo voltou-se às soluções materiais e construtivas da intervenção, considerando os elementos preservados, restaurados, reconstituídos, substituídos ou acrescidos, bem como a compatibilidade entre materiais novos e preexistentes. O terceiro correspondeu à preservação dos valores patrimoniais e à qualidade da intervenção, analisando de que modo as estratégias adotadas preservaram, transformaram ou tensionaram os valores históricos, culturais, materiais e espaciais da edificação.

A investigação desenvolveu-se por meio de três procedimentos complementares: revisão bibliográfica e documental, análise empírica do estudo de caso e interpretação qualitativa dos dados obtidos. A revisão bibliográfica teve como objetivo oferecer o suporte teórico necessário à compreensão crítica da intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero. Para isso, foram mobilizados autores clássicos e contemporâneos que discutem a sustentabilidade e o ambiente construído, o reuso adaptativo, a permanência das edificações existentes, a conservação e o restauro do patrimônio edificado, bem como a qualidade das intervenções em bens culturais. Paralelamente, foram analisados documentos oficiais, normativas técnicas e diretrizes relacionadas à conservação, ao restauro, à sustentabilidade e à intervenção em edificações de interesse cultural.

A análise empírica foi realizada a partir do estudo de caso da intervenção na Casa de Cultura Silvio Romero. Inicialmente, desenvolveu-se a contextualização histórica da edificação, considerando sua origem como antigo Grupo Escolar Silvio Romero, sua trajetória de usos, sua relevância histórica, cultural e urbana e seu estado de conservação anterior à intervenção. Essa etapa teve como finalidade compreender as condições físicas, funcionais e simbólicas que antecederam o projeto e que orientaram as decisões projetuais e executivas.

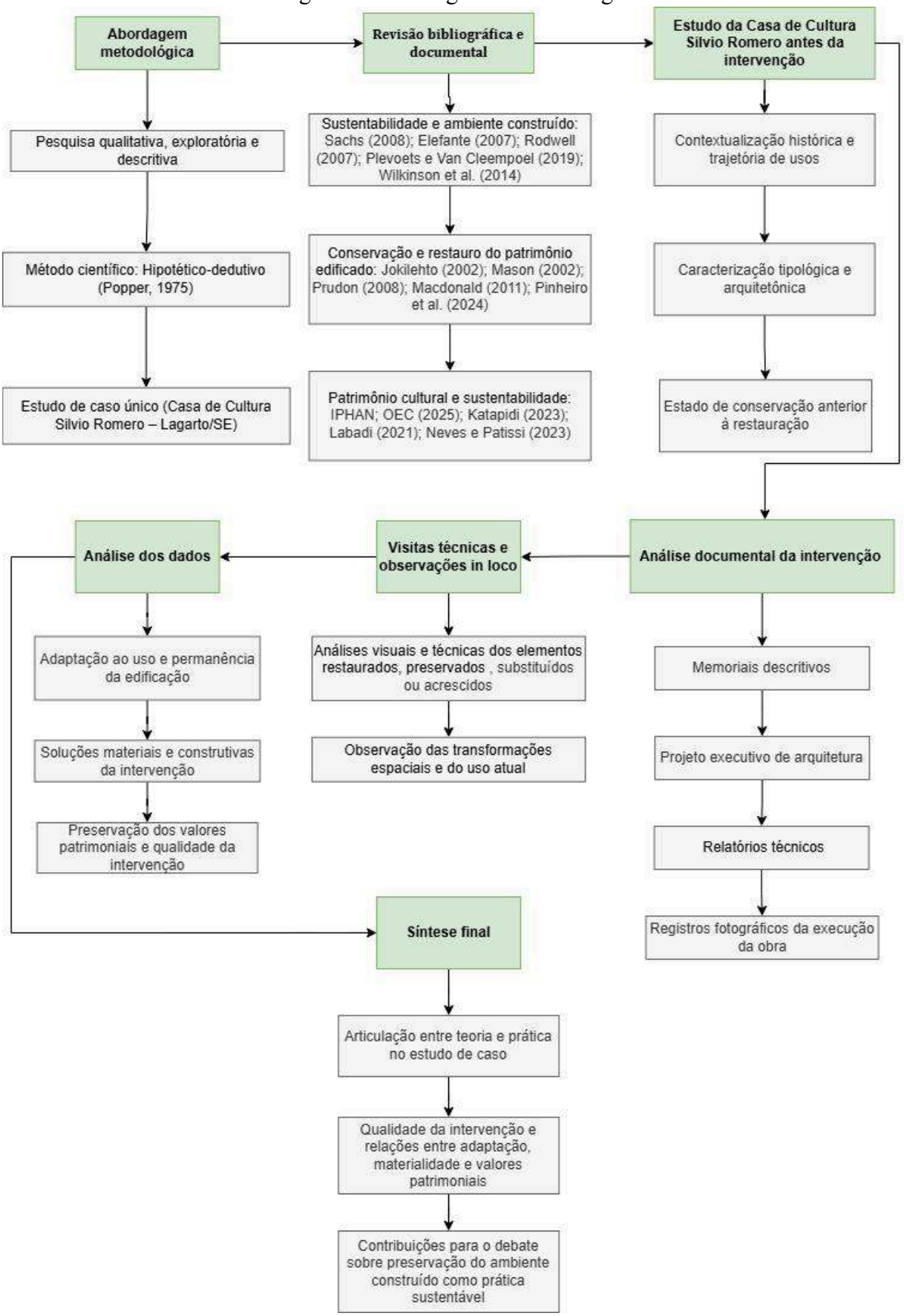
Em seguida, foi realizada a análise documental da intervenção, com base no exame de projetos arquitetônicos, memoriais descritivos, relatórios técnicos, registros fotográficos e demais documentos relacionados ao processo de conservação e restauro. O objetivo foi compreender como as estratégias de adaptação ao uso e as soluções materiais e construtivas foram formuladas no projeto e materializadas na obra, considerando sua articulação com a preservação dos valores históricos, culturais, materiais e espaciais do bem.

Complementarmente, foram realizadas visitas técnicas e observações in loco, voltadas à leitura dos elementos preservados, restaurados, substituídos ou modificados. Nessa etapa, observaram-se as transformações espaciais, a compatibilidade entre materiais novos e preexistentes, as decisões de recomposição e substituição, a adequação dos espaços ao uso atual e a relação da edificação com o contexto urbano e social em que está inserida. Ressalta-se que tais observações não tiveram como finalidade aferir tecnicamente o desempenho da edificação, mas compreender como essas questões foram incorporadas ao conjunto da intervenção.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizado no fluxograma metodológico apresentado na Figura 28. As informações coletadas foram organizadas em categorias temáticas definidas a partir dos componentes do objeto de estudo, cuja leitura foi orientada pelos seguintes critérios: preservação dos valores patrimoniais, legibilidade histórica do bem, e adaptação ao uso. Essa organização permitiu compreender como as estratégias de intervenção foram formuladas, integradas e operacionalizadas no projeto e na obra, bem como reconhecer possíveis tensões, limites e potencialidades no processo de conservação e restauro.

Os dados obtidos por meio da análise documental e das visitas técnicas foram confrontados com os referenciais teóricos previamente discutidos, possibilitando estabelecer relações críticas entre teoria e prática. Ao final, foi elaborada uma síntese avaliativa sobre a qualidade da intervenção realizada na Casa de Cultura Silvio Romero, a partir de três critérios de análise: a preservação dos valores patrimoniais, a legibilidade histórica do bem e a adaptação ao uso. Para cada critério, os resultados foram classificados em três categorias: adequada, adequada parcialmente e inadequada. Como desdobramento, buscou-se oferecer subsídios teóricos e analíticos para futuras intervenções em bens históricos, bem como para práticas projetuais comprometidas com a integração entre memória e permanência.

Figura 28 - Fluxograma metodológico.



Fonte: autora, 2025.

6 PROJETO DE INTERVENÇÃO DA CASA DE CULTURA SILVIO ROMERO

Este capítulo analisa o projeto de intervenção da Casa de Cultura Silvio Romero, com o objetivo de compreender as diretrizes que orientaram a adaptação do antigo Grupo Escolar à sua nova função cultural e as soluções materiais e construtivas previstas para sua conservação e restauração. A análise se concentra, inicialmente, nas diretrizes gerais da intervenção e na adaptação ao uso, para, em seguida, examinar as soluções projetuais relativas às fachadas, aos acabamentos internos, às esquadrias, à estrutura, à cobertura e às inserções contemporâneas. Busca-se, assim, identificar de que modo o projeto procurou compatibilizar a preservação da integridade arquitetônica do bem com as exigências funcionais e normativas decorrentes de sua requalificação.

6.1 Diretrizes gerais da intervenção e adaptação ao uso

A análise do projeto de intervenção da Casa de Cultura Silvio Romero foi realizada com base no memorial descritivo e no projeto executivo elaborados pelo escritório Libório Gândara Arquitetura, contratado por meio de licitação pública em 2023. A execução da obra foi concluída em 2025 (Figura 29). Conforme os documentos técnicos consultados, a proposta teve como premissa o respeito a integridade formal, material e estilística do edifício, reconhecido por seu valor histórico, arquitetônico e simbólico para a cidade de Lagarto. De acordo com o memorial descritivo, a intervenção teve como objetivo conservar e restaurar a edificação, interrompendo o processo de abandono e deterioração progressiva a que vinha sendo submetida nos últimos anos, em decorrência da falta de uso.

Figura 29 – Casa de Cultura Silvio Romero, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

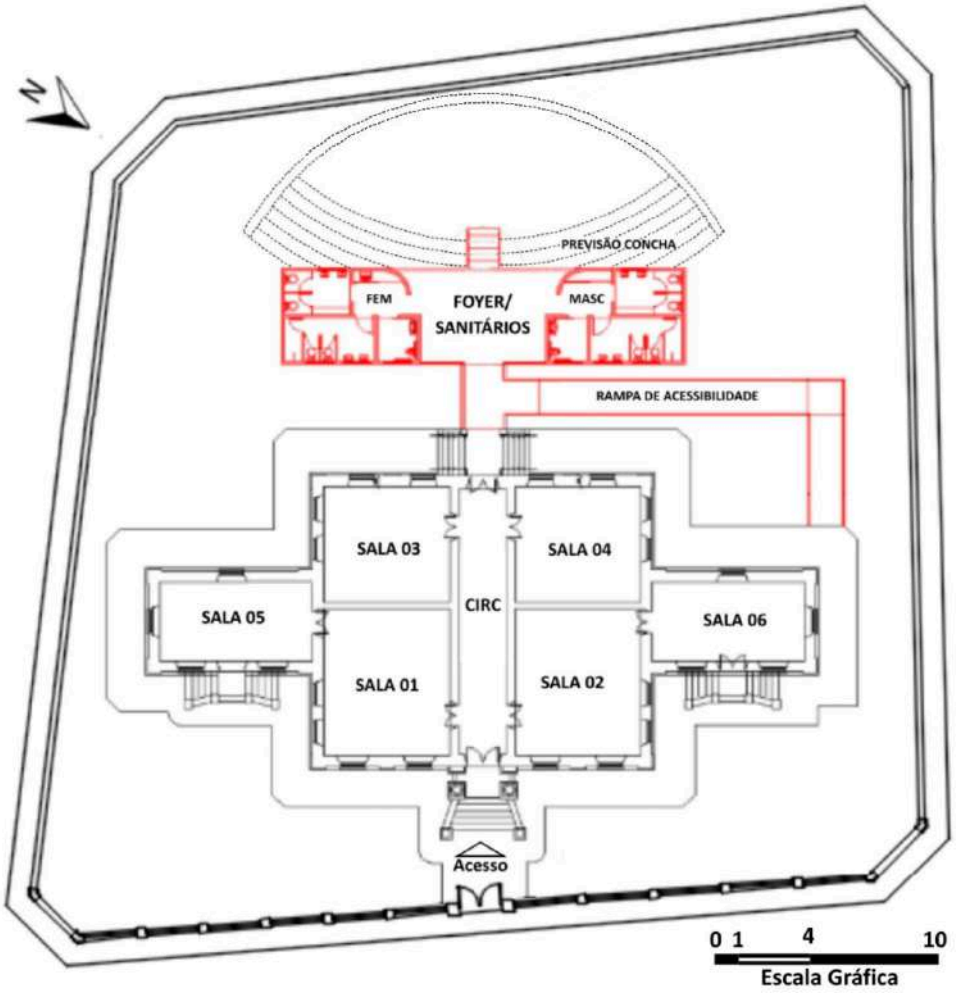
Além da conservação e restauração da edificação, o projeto previu sua ampliação por meio da implantação de um volume anexo destinado a sanitários masculinos e femininos, incluindo unidades acessíveis. Conforme o termo de declaração circunstanciado elaborado pelo escritório responsável, o imóvel havia sofrido modificações em décadas anteriores, sobretudo nos anos 1980, quando as instalações sanitárias foram demolidas. Diante disso, o projeto propôs a reconstituição desse volume com base em registros fotográficos e levantamentos históricos, buscando recompor a leitura do conjunto e restabelecer sua funcionalidade, devolvendo ao edifício condições adequadas de uso e permanência.

A adaptação do edifício para sediar a Academia Lagartense de Letras, instituição cultural de caráter público, constituiu um dos eixos centrais da intervenção. Segundo o memorial descritivo, o programa de necessidades foi definido de forma participativa, a partir de reuniões entre a Academia e a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, responsável pela execução da obra. Buscou-se, assim, compatibilizar as demandas do novo uso com a preservação da integridade arquitetônica do bem tombado.

A organização espacial proposta manteve o traçado original do edifício e distribuiu o programa de necessidades a partir da compartimentação preexistente, conforme indicado na Figura 27. Na ala direita, a sala 02 foi destinada à sala de reuniões da Academia Lagartense de Letras, a sala 03 à biblioteca da instituição e a sala 04 ao setor administrativo. Na ala esquerda, a sala 01 foi destinada às atividades de oficinas, cursos e exposições, a sala 05 ao memorial e a sala 06 ao arquivo, à reserva técnica e à copa. Ainda na Figura 27, observa-se a inserção de rampa acessível, em conformidade com as normas técnicas vigentes, como parte das adequações propostas para o conjunto.

Segundo o memorial descritivo, no processo de elaboração do projeto, a Academia Lagartense de Letras sugeriu a inclusão de um auditório na parte posterior do terreno. Em resposta, o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) indicou, como alternativa, a implantação de uma concha acústica ao ar livre. Essa estrutura, entretanto, não foi incorporada ao escopo da obra executada, permanecendo indicada apenas em tracejado nas plantas como previsão futura, conforme a Figura 30.

Figura 30 – Planta baixa da Casa de Cultura Silvio Romero, 2023.



Fonte: Libório Gândara Arquitetura (adaptado pela autora), 2025.

No entanto, a viabilidade futura dessa estrutura é comprometida, uma vez que os degraus da arquibancada são interrompidos em razão dos volumes dos banheiros. Essa condição compromete a continuidade dos assentos e reduz o aproveitamento do espaço destinado ao público, prejudicando a compatibilidade entre os elementos previstos para o conjunto. Tal situação indica que, embora a proposta buscasse responder à demanda por um espaço de apresentações, sua implantação poderia ter sido desenvolvida de modo mais integrado com o anexo e com melhor aproveitamento do terreno disponível.

6.2 Soluções materiais e construtivas previstas no projeto

As soluções materiais e construtivas previstas no projeto foram analisadas a partir das especificações apresentadas no memorial descritivo, documento no qual se explicitam os procedimentos propostos para o tratamento das patologias existentes, a conservação dos elementos remanescentes e a incorporação de adequações necessárias ao novo uso do edifício.

O memorial organiza tais procedimentos por meio de ações preventivas, procedimentos restaurativos, especificações para esquadrias e ferragens, intervenções contemporâneas e observações complementares, oferecendo base para compreender como as diretrizes gerais da proposta se desdobram em soluções projetuais.

Como etapa preliminar, o memorial previu medidas emergenciais voltadas à proteção do imóvel antes do início da obra, reconhecendo que a edificação permanecia exposta a novas invasões, vandalismo e sinistros. Entre essas ações, destacam-se a vedação completa do imóvel com fechamento das esquadrias, a instalação de cerca protetiva no muro baixo e a proteção geral do edifício contra novos danos. Também foram especificadas limpezas mecânicas nas superfícies com camadas de sujeira, fungos, líquens e microrganismos, com recomendação expressa de utilização de produtos "os mais delicados possíveis", a fim de evitar danos ao reboco original. Essas medidas indicam que o projeto atribuiu caráter preventivo à intervenção, buscando controlar os agentes de degradação antes mesmo do restauro propriamente dito.

No que se refere às alvenarias e aos rebocos, o memorial identifica um quadro de infiltração descendente, fissuras, destacamentos pontuais e perda de aderência em alguns trechos, especialmente associados à deficiência da cobertura e ao crescimento biológico nas superfícies. Para o tratamento dessas patologias, o projeto propôs a vedação de rachaduras com argamassa de cal e areia, o preenchimento de brechas com massa de cal, a consolidação de áreas descoladas por meio de injeção manual de argamassa e a recomposição dos rebocos com materiais semelhantes aos originais. O documento é particularmente enfático ao recomendar que não se utilize cimento, sob o argumento de que esse material impediria a transpiração das alvenarias, provocaria fissuras nas junções com a matéria antiga e criaria novas brechas para infiltração. Tal orientação evidencia a preocupação com a compatibilidade física entre materiais novos e preexistentes, aspecto central nas práticas de conservação e restauro.

Em relação aos elementos em madeira, o projeto parte do diagnóstico de perdas expressivas decorrentes da ação combinada dos incêndios, das intempéries e de agentes xilófagos, especialmente na ala esquerda do edifício. O memorial registra que o fogo[3] atingiu pisos, forros, respectivas estruturas de apoio, madeiramento da cobertura e esquadrias, destruindo por completo alguns compartimentos e comprometendo severamente outros. Diante desse quadro, o projeto previu a restauração de todas as peças originais passíveis de

[3] Referente aos incêndios que atingiram o edifício nos anos de 2018 e 2021.

recuperação, mediante tratamento contra insetos xilófagos, embrechamento, enceramento e polimento, com substituição apenas das partes apodrecidas ou irreversivelmente danificadas.

Nos pisos, a orientação foi restaurar os trechos remanescentes e substituir apenas as partes comprometidas; nos forros, entretanto, a diretriz foi de reconstituição integral, em razão do elevado grau de deterioração. Também se determinou a reconstituição do madeiramento afetado e a recomposição de portas, janelas, grades, pisos e forros consumidos pelo fogo, sempre tomando como referência os modelos originais ainda existentes. Essas medidas demonstram a intenção de restituir a integridade formal e material do conjunto, priorizando a manutenção da matéria autêntica sempre que possível.

No campo das superfícies e acabamentos, o projeto prevê uma série de operações destinadas a recuperar a leitura material e visual do edifício. Nas fachadas, o memorial determina a raspagem das sucessivas camadas de tinta acumuladas ao longo do tempo, com o objetivo de resgatar a textura original do imóvel. Após esse procedimento, recomenda-se a reconstituição pontual das superfícies e a aplicação de uma ou duas demãos de caiação branca para proteção das alvenarias, seguida da pintura com pigmentos minerais específicos para edifícios históricos. O documento define, ainda, referências cromáticas para o conjunto, indicando branco neve para os elementos decorativos, castor para os panos de parede e vermelhão para a base do edifício, além de registrar a intenção de recuperar a antiga pintura em “escaiola” identificada nas colunas do pórtico e na faixa abaixo das cornijas. Também são previstas prospecções pictóricas na platibanda e nas colunas do portal de entrada, com abertura de janelas estratigráficas destinadas à identificação de cores, tipos de pintura e número de camadas.

No interior da edificação, o memorial determina a preservação da configuração original da pintura em PVA, em tom *“off white”,* admitindo ajustes conforme os resultados das prospecções. Registra-se ainda a recomendação de preservação das inscrições e desenhos presentes em uma das salas, reconhecidos como reminiscências do período de abandono do imóvel.

Observa-se, ainda, que o memorial estabelece diretrizes específicas para esquadrias, ferragens e grades, priorizando a manutenção das peças originais sempre que possível. As portas e janelas preservadas deveriam receber tratamento de proteção, reintegração de lacunas e substituição de vidros quebrados, sendo reaproveitadas. Já as peças retiradas, carbonizadas ou totalmente perdidas deveriam ser reconstituídas conforme os modelos originais remanescentes. As ferragens, por sua vez, deveriam ser avaliadas individualmente para verificação de seu nível de aproveitamento, enquanto as grades deveriam ser lixadas, tratadas

contra oxidação e pintadas. O memorial define inclusive a paleta cromática dessas peças, indicando esmalte sintético na cor Vermelho Goya ou equivalente técnico para as esquadrias, vermelho Chevrolet para os caixões e grafite escuro para as grades. Tais especificações evidenciam uma abordagem orientada à recomposição da leitura formal do conjunto, com ênfase na continuidade estética entre os elementos novos e preexistentes.

Em relação às inserções contemporâneas, o projeto previu a adoção de revestimentos descritos como neutros e atemporais no volume anexo dos sanitários, a aplicação de piso vinílico LVT na copa sobre o assoalho reconstituído, a atualização integral das instalações elétricas e hidrossanitárias, a previsão de programação visual com rotas acessíveis e de fuga, bem como a construção de rampa de acessibilidade com acesso ao patamar dos dois prédios. No caso da copa, a sobreposição do piso vinílico ao assoalho reconstituído introduz uma solução que tende a enfraquecer a leitura da materialidade tradicional do edifício, ao recobrir um elemento cuja recomposição buscaria, em princípio, restituir a continuidade material do conjunto.

O memorial descritivo também prevê medidas complementares voltadas ao controle de agentes de degradação e à mitigação de patologias recorrentes. Entre elas, destacam-se a impermeabilização da platibanda com vedação prévia de fissuras e posterior recobrimento com manta asfáltica, chapa metálica ou concreto impermeabilizado; a instalação de ralos semi esféricos flexíveis nos tubos de queda para minimizar infiltrações descendentes provocadas pelo transbordamento das calhas; a remoção delicada da vegetação incrustada e a limpeza do crescimento biológico; e a execução de barreira química contra cupins no entorno do edifício, por meio da perfuração do solo e da injeção de produto específico. Essas ações reforçam o caráter preventivo e técnico da proposta, revelando a intenção de estabilizar a edificação e evitar o reaparecimento de manifestações patológicas.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas no memorial descritivo, as informações contidas nas pranchas do projeto executivo permitiram sistematizar, de forma mais objetiva, os principais serviços previstos para a intervenção, especialmente no que se refere às fachadas, aos acabamentos internos e às esquadrias. Com o objetivo de sintetizar essas informações e orientar a leitura dos subitens seguintes, apresenta-se, a seguir, um quadro com os principais serviços previstos no projeto.

Quadro 01 – Síntese dos serviços previstos na fachada, acabamentos internos e esquadrias.

Categoria	Serviços Previstos
Fachadas	- Tratamento da infiltração por respingo, com limpeza, desumidificação e impermeabilização do respaldo para evitar novos focos de umidade; - Limpeza, desumidificação, consolidação e impermeabilização dos elementos sacados de concreto; - Repintura com tinta de pigmentos minerais específica para edifícios históricos (linha Arcádia/Ibratin ou equivalente técnico); - Limpeza, tratamento e reparação de áreas com desprendimento superficial de pintura e/ou reboco; - Vedação de microfissuras em paredes, ornamentos, portas e janelas; - Repintura de acordo com a paleta cromática resultante da prospecção pictórica; - Limpeza, tratamento antiferrugem e repintura de portões e grades decoradas em esmalte sintético fosco na cor cinza grafite escuro; - Reconstituição dos elementos constitutivos danificados da cimalha; - Reconstituição dos elementos decorativos das fachadas, com raspagem, lixagem e avivamento de quinas; - Reconstituição de peitoris, frisos e molduras conforme o modelo original existente; - Reconstituição dos rebocos das alvenarias, molduras dos vãos e elementos decorativos danificados; - Vedação das microfissuras existentes, com reconstituição dos elementos da platibanda, cimalha e cunhais; - Reconstituição e reprodução de elementos ornamentais conforme o modelo original existente.
Acabamentos internos	- Recuperação do assoalho existente, com complementação pontual, embrechamento, lixamento e enceramento com cera de carnaúba; - Reconstituição de novo assoalho em madeira com lixamento e enceramento em cera de carnaúba; - Assentamento de porcelanato retificado natural 60 x 60 cm, em padrão xadrez, nas cores nude e chumbo; - Aplicação de ladrilho hidráulico 20 x 20 cm, tipo “trottoir”, padrão existente, com junta seca tipo dama, nas cores vermelho e cinza, incluindo sinalização tátil; - Aplicação de piso vinílico LVT colado sobre o assoalho a ser executado; - Execução de piso em cimento desempenado; - Execução de piso de concreto com acabamento vassourado; - Restauro e limpeza do ladrilho hidráulico estampado existente, com tratamento em cera;

Acabamentos internos	- Pintura em tinta PVA nas cores palha e branco, com faixa decorativa, conforme cortes e prospecção; - Aplicação de duas demãos de caiação branca e pintura dos painéis das paredes com tinta mineral, em cor definida conforme prospecção cromática; - Aplicação de revestimento cerâmico nas paredes, com acabamento superior em rato; - Reconstituição do forro de madeira conforme modelo pré existente tipo “saia e camisa”, com emassamento e pintura em esmalte sintético branco neve fosco; - Execução de novo forro de madeira tipo “saia e camisa” com emassamento e pintura em esmalte sintético branco neve; - Previsão de telhado aparente em telha cerâmica vermelha tipo capa e canal.
Esquadrias	- Revisão das esquadrias em madeira em bom estado de conservação, com lixagem, emassamento e pintura; - Substituição de vidros quebrados; - Revisão e substituição de ferragens quebradas ou danificadas; - Complementação de partes faltantes em esquadrias parcialmente preservadas; - Reconstituição de folhas faltantes, portinholas e bandeiras recortadas de madeira, conforme o modelo existente; - Reconstituição integral de esquadrias carbonizadas nos incêndios de 2018 e 2021, conforme o modelo original; - Reconstituição de esquadrias com perda parcial decorrente da queima da face interna; - Previsão de novas ferragens nas peças integralmente recompostas; - Tratamento antiferrugem das grades metálicas.

Fonte: Projeto Executivo da Casa de Cultura Silvio Romero, 2021.

De modo geral, as informações constantes nas pranchas do projeto executivo mostram-se coerentes com as diretrizes estabelecidas no memorial descritivo, ao detalhá-las em especificações técnicas e serviços previstos para os diferentes sistemas e componentes da edificação. Em conjunto, esses documentos evidenciam atenção ao tratamento das patologias diagnosticadas, à compatibilidade entre materiais e sistemas construtivos, à recuperação da leitura formal do edifício e à incorporação de adequações necessárias ao novo uso. Ainda assim, algumas definições projetuais demandam análise mais detida quanto aos seus efeitos sobre a leitura material e visual do conjunto, o que será aprofundado por meio da análise comparativa entre o previsto em projeto e o que se materializou na obra executada.

7 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROJETO E EXECUÇÃO DA OBRA

A comparação entre o projeto executivo de restauração da Casa de Cultura Silvio Romero e a obra efetivamente executada permite verificar em que medida as diretrizes projetuais foram materializadas na intervenção realizada. Mais do que aferir correspondências técnicas entre o previsto e o executado, busca-se compreender como as soluções adotadas na obra se articulam à preservação da matéria remanescente, a recomposição de elementos perdidos, a adaptação ao novo uso e a manutenção dos valores patrimoniais da edificação. Para isso, foram confrontadas as informações constantes nas pranchas e no memorial descritivo com os registros fotográficos da obra concluída, de modo a identificar continuidades, alterações, simplificações, acréscimos e possíveis tensões entre projeto e execução.

A análise foi estruturada a partir de categorias correspondentes aos principais sistemas e componentes da intervenção, abrangendo fachadas e elementos cromáticos, acabamentos internos, esquadrias e ferragens, estrutura e cobertura, bem como inserções contemporâneas. A leitura desses elementos considera: a preservação dos valores patrimoniais de natureza histórica e cultural; a legibilidade histórica do bem; e a adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo. Essa organização permite examinar, de forma comparativa, os elementos preservados, reconstituídos, substituídos e acrescidos, favorecendo a compreensão de como as decisões executivas repercutem na leitura material, formal, visual e funcional do conjunto.

Nessa perspectiva, a comparação entre projeto e obra constitui etapa fundamental para a avaliação da qualidade da intervenção, na medida em que possibilita discutir não apenas o grau de coerência entre concepção e execução, mas também as potencialidades, os limites e as tensões resultantes da articulação entre conservação, permanência e transformação. Ao mesmo tempo, permite examinar em que medida as soluções executadas se alinham à preservação do ambiente construído como prática sustentável, sobretudo no que se refere à permanência do edifício, à adaptação ao uso e à preservação de seus valores patrimoniais. Assim, busca-se evidenciar de que modo a obra executada confirma, altera ou tensiona as diretrizes formuladas no projeto, oferecendo base para a interpretação qualitativa desenvolvida ao final da análise.

7.1 Pintura e elementos cromáticos da fachada

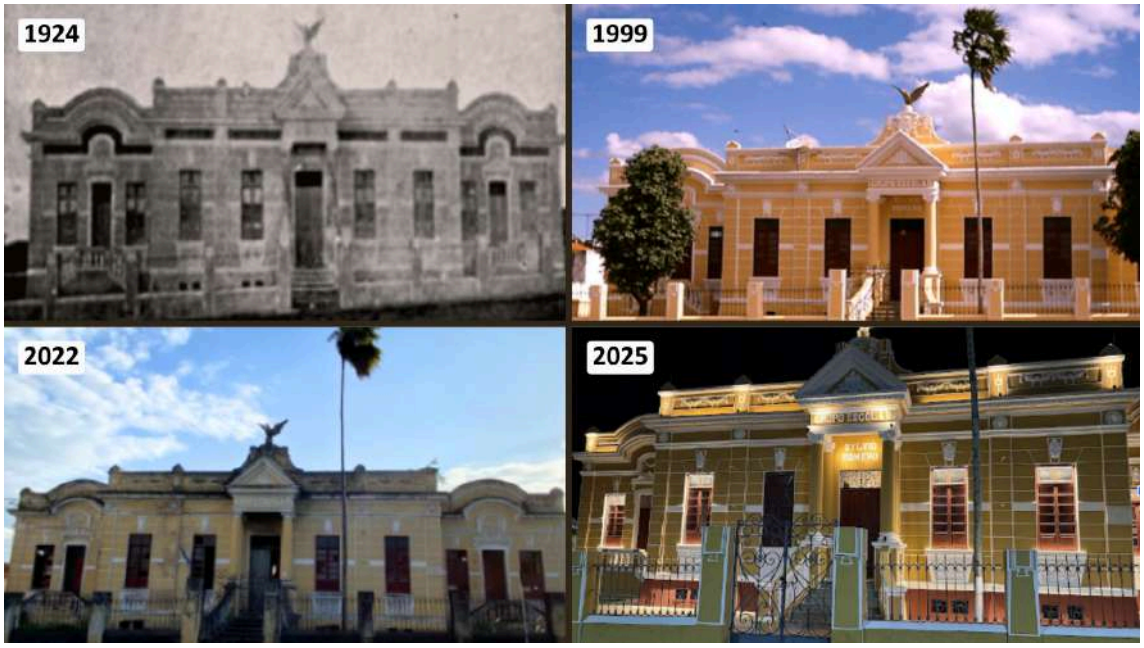
A comparação entre o projeto executivo e a obra executada nas fachadas da Casa de Cultura Silvio Romero evidencia correspondência quanto ao tratamento das superfícies, à recomposição dos elementos decorativos e à definição cromática adotada na intervenção.

Conforme previsto nas pranchas e no memorial descritivo, a proposta contemplava a limpeza das fachadas, a vedação de microfissuras, a reparação de áreas com desprendimento superficial de pintura e reboco, a reconstituição de ornamentos e a repintura com tinta de pigmentos minerais, segundo paleta definida a partir da prospecção pictórica. A obra concluída materializou essas diretrizes ao apresentar superfícies recompostas, molduras e frisos recuperados, além da aplicação de nova pintura com contraste marcado entre panos de parede, base e elementos decorativos.

No que se refere à execução, observa-se aderência à solução projetual, especialmente no emprego de tonalidade amarelada nos panos de parede, branco nos ornamentos e vermelho no embasamento. A recuperação das molduras, frisos, cimalhas, peitoris e demais elementos decorativos em branco contribui para reforçar a leitura arquitetônica do conjunto, uma vez que evidencia a composição formal da fachada e restitui a visibilidade de elementos que participam da caracterização estilística do edifício. Nesse aspecto, a intervenção contribui para a preservação dos valores patrimoniais associados à imagem histórica da antiga edificação escolar, ao restabelecer a leitura de sua fachada principal como elemento de representação urbana e simbólica.

Entretanto, a análise comparativa com os registros históricos, apresentados na figura 31, suscita questionamentos quanto à coerência da solução cromática adotada, especialmente no caso da base vermelha da fachada da edificação. Ainda que a fotografia de 1924 seja monocromática, sua leitura em escala de cinza permite observar que o embasamento não se destaca tonalmente do restante do corpo da fachada, apresentando continuidade com os demais planos do edifício. Do mesmo modo, os registros coloridos de 1999 e 2022 não evidenciam a presença dessa base avermelhada, como se observa no registro posterior à intervenção.

Figura 31 – Fachada principal da Casa de Cultura Silvio Romero nos anos de 1924, 1999, 2022 e 2025.



Fonte: Adaptado pela autora, 2025.

Nesse sentido, a principal questão identificada não diz respeito a um afastamento entre projeto e execução, mas à própria definição cromática prevista no projeto e materializada na obra. Na fotografia de 1924, observa-se uma faixa de tonalidade mais escura localizada na parte superior da fachada. Por se tratar de um registro fotográfico em preto e branco, não é possível determinar a coloração original desse elemento, sendo possível identificar apenas sua diferença tonal em relação às demais superfícies da fachada. Essa faixa, contudo, não é identificada nas demais imagens históricas analisadas.

Na intervenção, por sua vez, foi executada uma faixa de cor vermelha na parte inferior da fachada, em posição distinta daquela observada no registro de 1924. Dessa forma, o uso do tom vermelho na base da fachada não encontra, na documentação analisada, justificativa técnica ou respaldo histórico claramente demonstrado. Sua introdução, ausente nas referências históricas disponíveis e nos registros fotográficos de intervenções anteriores, interfere na leitura do embasamento e altera a percepção da fachada em relação à configuração anteriormente documentada.

Essa questão se relaciona diretamente ao princípio da legibilidade histórica discutido por Brandi (2004), segundo o qual a intervenção deve possibilitar o reconhecimento da trajetória histórica do bem, evitando tanto a criação de uma configuração que produza uma leitura histórica equivocada quanto a supressão dos elementos que permitem compreender sua constituição ao longo do tempo. No caso analisado, embora a nova pintura não implique necessariamente a criação de um falso histórico, a ausência de fundamentação documental

para a faixa vermelha reduz a coerência entre a solução adotada e os registros que permitem compreender a configuração cromática da fachada em diferentes períodos.

Assim, embora a intervenção contribua para a preservação do ambiente construído ao recuperar a fachada existente, recompor elementos formais e restabelecer sua presença urbana, a solução cromática adotada no embasamento tensiona a preservação dos valores patrimoniais do bem. A sustentabilidade da intervenção, nesse caso, não se relaciona apenas à permanência física da edificação, mas também à manutenção de sua legibilidade histórica e dos significados associados à sua imagem arquitetônica. Sob essa perspectiva, a qualidade da intervenção mostra-se adequada parcialmente: adequada na recuperação material e formal da fachada, mas limitada pela adoção de uma escolha cromática cuja fundamentação histórica não se apresenta de forma suficientemente demonstrada.

7.2 Forro de madeira

No que se refere ao forro de madeira, a comparação entre o projeto executivo e os registros anteriores à intervenção revela uma divergência importante quanto à caracterização do elemento original. Embora o projeto de restauração o descrevesse como do tipo “saia e camisa”, a análise dos registros fotográficos anteriores à intervenção, apresentados na figura 32, aponta para uma configuração distinta. As imagens indicam a presença de um sistema inclinado em réguas corridas de madeira, acompanhando o caimento do telhado e compondo desenho em espinha de peixe, solução recorrente em edificações escolares do início do século XX (Motta, 2002).

Figura 32 - Forro original da Casa de Cultura Silvio Romero.

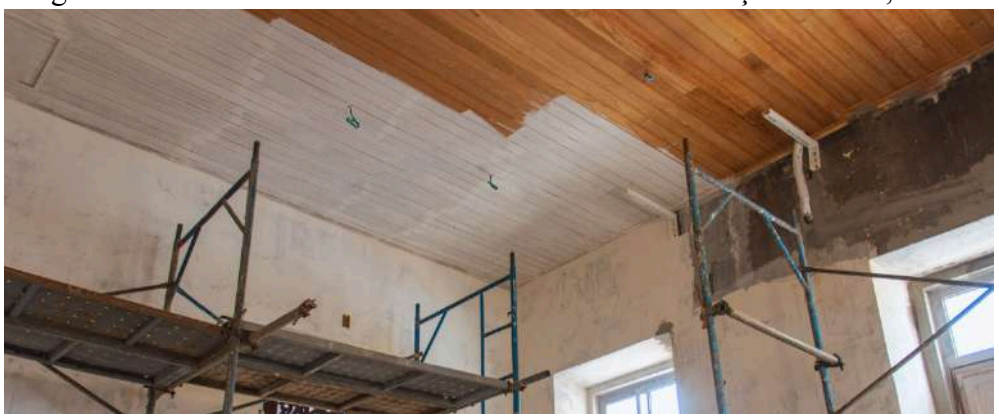


Fonte: Memorial Descritivo, 2021.

Essa divergência sugere uma imprecisão na caracterização do elemento arquitetônico original, o que pode ter contribuído para a adoção de uma solução distinta daquela evidenciada nos registros anteriores à intervenção. O modelo original, inclinado e articulado ao caimento da cobertura, desempenhava papel relevante na conformação espacial do ambiente, em sua ventilação e ambiência acústica, além de expressar técnicas construtivas recorrentes em edificações públicas sergipanas do início do século XX. Nesse sentido, o forro não constituía apenas um elemento de acabamento, mas um componente importante para a leitura da lógica construtiva e da espacialidade interna da edificação, participando da preservação de seus valores patrimoniais.

Todavia, conforme se observa nas figuras 33 e 34, a obra executada adotou um forro plano em madeira tipo macho e fêmea, pintado em tonalidade clara, solução que não corresponde nem à configuração original identificada nos registros anteriores à intervenção nem à tipologia descrita no projeto executivo. O elemento implantado apresenta superfície uniforme e contínua, sem inclinação, afastando-se da solução originalmente existente e também daquela prevista pelos arquitetos. Embora o uso da madeira mantenha alguma aproximação material com o elemento anterior e contribua para recompor a ambiência interna do edifício, a alteração do sistema construtivo e da volumetria interna compromete a leitura da configuração original da edificação e reduz a possibilidade de compreender o funcionamento espacial e ambiental anteriormente associado ao forro.

Figura 33 - Pintura do forro de madeira durante a execução da obra, 2024.



Fonte: Acervo de Arthuro Paganini, 2024.

Figura 34 - Forro de madeira com acabamento finalizado, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Desse modo, a análise do forro evidencia uma dupla incongruência na intervenção: de um lado, o projeto partiu de uma caracterização imprecisa do elemento original; de outro, a obra executada também não correspondeu à tipologia indicada nas peças projetuais. O resultado foi a adoção de uma solução que se afasta simultaneamente da preexistência histórica e da própria diretriz formulada para sua restauração. A situação interfere diretamente na legibilidade histórica do bem, uma vez que o forro constituía parte da configuração espacial e construtiva da edificação e sua substituição por uma solução plana dificulta o reconhecimento dessa característica. Nesse sentido, a alteração compromete a legibilidade histórica discutida por Brandi (2004), uma vez que modifica características formais e construtivas relevantes do elemento original.

Essa questão pode ser relacionada às intervenções analisadas no Teatro Erotídes de Campos, no Engenho Central, em que a inserção de novos elementos ocorre de maneira identificável e contrastante, sem eliminar as características espaciais e materiais que permitem reconhecer a preexistência industrial. No caso da Casa de Cultura Silvio Romero, diferentemente, a solução executada não apenas introduz uma nova camada, mas substitui uma configuração espacial anteriormente documentada por outra, dificultando seu reconhecimento.

Sob a perspectiva da sustentabilidade, embora a intervenção tenha contribuído para a continuidade de uso do edifício, a permanência física do bem não foi acompanhada pela preservação integral de um atributo significativo de sua configuração interna. Assim, quanto à legibilidade histórica e à preservação dos valores patrimoniais associados ao forro, a qualidade da intervenção mostra-se inadequada nesse aspecto, pois a solução executada se distancia da configuração histórica documentada.

7.3 Piso de madeira

Em relação ao piso de madeira, o projeto executivo previa uma solução combinada, envolvendo tanto a recuperação do assoalho existente quanto a reconstituição de novos trechos em madeira, de acordo com o grau de comprometimento observado. Entretanto, os registros anteriores à intervenção, apresentados nas figuras 35 e 36, evidenciam um quadro de degradação severa, marcado por apodrecimento, perda de tábuas, desagregação da madeira e comprometimento generalizado do piso. Esse estado de conservação indica que, embora o projeto privilegie a preservação das partes remanescentes sempre que possível, a extensão dos danos tornava necessária a substituição de parcelas significativas do assoalho.

Figuras 35 e 36 - Condições do piso de madeira antes da restauração.



Fonte: Termo de Declaração Circunstanciada, 2020.

Tais condições ajudam a compreender a adoção, pela construtora, da substituição integral do piso, constatada durante a visita in loco realizada após a inauguração do edifício. As figuras 37 e 38 permitem acompanhar, respectivamente, a execução dessa substituição e o resultado final da intervenção. Observa-se que o novo piso em madeira manteve a disposição longitudinal das tábuas e certa coerência visual com o padrão construtivo do edifício, preservando a continuidade estética do ambiente. Essa recomposição contribuiu para restabelecer as condições físicas de uso dos espaços internos, favorecendo a permanência da edificação em funcionamento e sua adaptação ao novo programa cultural.

Figura 37 - Piso de madeira durante a execução da obra, 2024.



Fonte: Acervo de Arthuro Paganini, 2024.

Figura 38 - Piso de madeira pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Nesse sentido, a solução executada se mostra compatível com as diretrizes gerais do projeto, uma vez que o próprio projeto admitia a reconstituição dos trechos comprometidos. Conforme discutido por Jokilehto (2002), a conservação do patrimônio envolve a manutenção dos valores históricos e culturais expressos nos atributos materiais do bem. Nesse caso, embora a materialidade original não tenha sido preservada, a permanência da configuração e das características visuais do piso contribuiu para manter parte de seu valor como elemento constitutivo da espacialidade histórica do edifício.

A solução também se relaciona à legibilidade histórica discutida por Brandi (2004), uma vez que a manutenção de características formais relevantes permite conservar referências para a compreensão da trajetória do bem. Além disso, a substituição do piso contribuiu para garantir segurança, estabilidade e funcionalidade aos ambientes internos. Pela perspectiva da preservação do ambiente construído como prática sustentável, a qualidade da intervenção mostra-se adequada, visto que assegura a recomposição funcional e visual do espaço, prolonga a vida útil do edifício e contribui para interromper o processo de degradação que comprometia sua utilização.

7.4 Pintura das Paredes Internas

A análise da pintura interna das paredes da Casa de Cultura Silvio Romero permite compreender de que modo a intervenção atuou sobre a recuperação dos paramentos e sobre a redefinição da ambiência dos espaços internos. Conforme indicado no memorial descritivo, o projeto previa a preservação da configuração original da pintura em PVA, em tons claros, admitindo ajustes conforme os resultados das prospecções. No caso dos revestimentos, também se recomendava a recomposição dos rebocos com materiais compatíveis com a alvenaria existente, evitando-se o uso de cimento, de modo a não comprometer a transpiração das alvenarias. Essa diretriz é relevante sob a ótica da sustentabilidade, pois a compatibilidade entre materiais antigos e novos contribui para a durabilidade da intervenção, reduzindo o risco de patologias futuras e a necessidade de novas ações corretivas.

Os registros anteriores à intervenção, apresentados na figura 39, evidenciam o avançado estado de degradação da Sala 05, com fissuras, destacamentos de reboco, perda de aderência do revestimento, manchas de umidade e camadas antigas de pintura em tons amarelados. Esse quadro justificava a necessidade de raspagem, recomposição das superfícies e redefinição do acabamento interno, de modo a restituir condições adequadas de uso e leitura espacial ao ambiente. Nesse sentido, a recuperação dos paramentos internos contribui para a permanência do edifício em uso, ao recompor superfícies deterioradas sem descaracterizar a ambiência geral dos espaços.

Figura 39 - Condições da Sala 05 antes da restauração, 2022.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Na etapa de execução da obra, observada na figura 40, percebe-se a regularização das superfícies internas. Entretanto, a tonalidade acinzentada do reboco destacada na imagem permite considerar a aplicação de material de base cimentícia, solução contrária à recomendação expressa no memorial descritivo. Pela perspectiva da preservação do ambiente construído, essa incompatibilidade é significativa, pois o emprego de materiais inadequados pode comprometer o desempenho das paredes ao longo do tempo, favorecer novas patologias e reduzir a vida útil da intervenção. Segundo Groot et al. (2022), a compatibilidade entre as argamassas de reparo e os materiais constituintes das alvenarias históricas é fundamental para a durabilidade das intervenções.

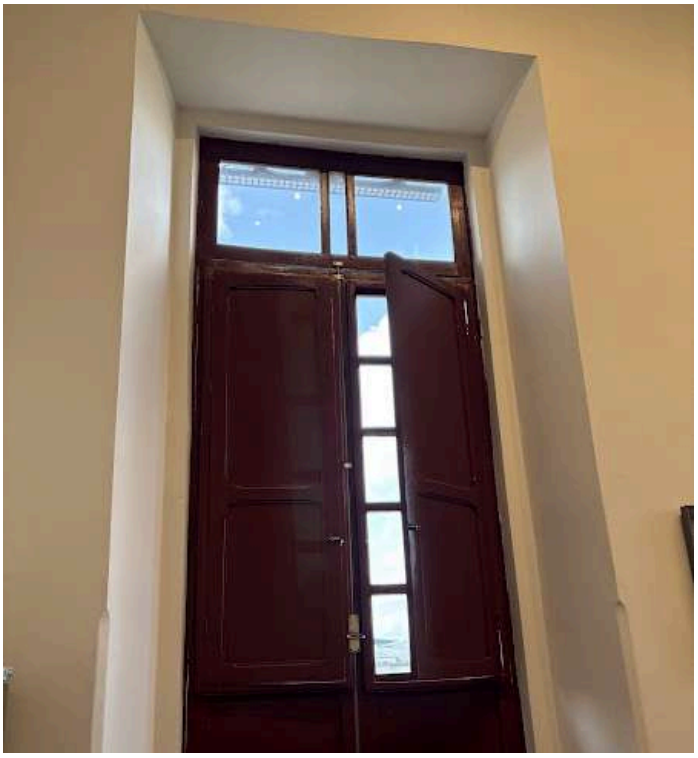
Figura 40 - Condições da Sala 05 durante a execução da obra, 2024.



Fonte: Acervo de Arthuro Paganini, 2024.

Após a conclusão da obra, a figura 41 mostra um ambiente com superfícies uniformizadas e pintura clara, compatível com a diretriz geral de adoção de tonalidades suaves no interior da edificação. Do ponto de vista visual, a intervenção restabelece a unidade do espaço e produz uma ambiência mais ordenada, que dialoga com os demais elementos restaurados, como esquadrias, piso e forro. As cores claras também favorecem a leitura desses componentes, sem introduzir contrastes excessivos no ambiente interno, contribuindo para a legibilidade dos espaços e para sua adaptação ao novo uso cultural.

Figura 41 - Revestimento da Sala 05 com o acabamento finalizado, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Desse modo, a análise da pintura interna indica que a obra executada acompanhou parcialmente as diretrizes projetuais. As soluções apresentadas restituíram a unidade visual dos espaços internos. Entretanto, a utilização de argamassa de base cimentícia representa uma incompatibilidade material que pode comprometer o desempenho e a durabilidade das alvenarias históricas. Essa condição repercute na preservação dos valores patrimoniais do bem, considerando que a conservação envolve a manutenção dos valores históricos e culturais expressos nos atributos materiais da edificação (Jokilehto, 2002).

Do mesmo modo, a solução interfere na legibilidade histórica do espaço, uma vez que os revestimentos e acabamentos constituem parte de sua caracterização material e da compreensão de sua trajetória, conforme discutido por Brandi (2004). Assim, como o

desempenho da pintura depende do preparo adequado das alvenarias, a qualidade da intervenção mostra-se inadequada.

7.5 Esquadrias de madeira

No que se refere às esquadrias de madeira, o projeto executivo estabelecia como diretriz a preservação das peças em bom estado de conservação, por meio de revisão, lixamento, emassamento, pintura, substituição de vidros quebrados e reposição de ferragens danificadas. Nos casos de perdas parciais, previa-se a complementação de elementos faltantes conforme o modelo existente, enquanto as esquadrias irrecuperáveis, especialmente as carbonizadas nos incêndios, deveriam ser integralmente reconstituídas com base no desenho original.

Sob a ótica da sustentabilidade, essa diretriz apresenta relevância por priorizar a conservação das peças recuperáveis, reduzindo a substituição integral de componentes, o consumo de novos materiais e a geração de resíduos decorrentes do descarte de elementos ainda passíveis de aproveitamento. Essa abordagem se aproxima da compreensão de Elefante (2007) sobre a sustentabilidade associada à permanência e ao aproveitamento do ambiente construído existente, evitando que a substituição de componentes ainda recuperáveis implique consumo adicional de recursos.

Os registros anteriores à intervenção, apresentados nas figuras 42 e 43, evidenciam o avançado estado de degradação de parte das esquadrias, marcado por fissuras, desgaste da pintura, perda de vedação e comprometimento de componentes em madeira. Essa condição ajuda a compreender a adoção de intervenções diferenciadas, envolvendo tanto a recuperação quanto a substituição de peças, conforme o grau de conservação verificado em cada situação. Essa estratégia é coerente com a preservação do ambiente construído como prática sustentável, pois busca compatibilizar a permanência da matéria existente com a necessidade de recomposição dos elementos comprometidos, evitando tanto a perda de componentes históricos quanto a manutenção de peças sem condições adequadas de desempenho.

Figura 42 - Condições das esquadrias antes da intervenção, 2022.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Figura 43 - Condições das esquadrias antes da intervenção, 2022.



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Durante a execução da obra, apresentada na figura 44, observa-se a permanência das esquadrias como elemento importante da composição das fachadas. Ainda que as imagens do canteiro não permitam identificar com precisão todas as etapas executadas em cada esquadria, o acompanhamento visual indica a manutenção do padrão formal das aberturas, preservando proporções, caixilhos, venezianas e bandeiras. Essa continuidade sugere atenção à linguagem arquitetônica do edifício e contribui para a manutenção de sua legibilidade histórica, especialmente por conservar a relação entre cheios e vazios e o ritmo das aberturas que caracterizam a fachada.

A manutenção dessas características formais também contribui para a preservação dos valores patrimoniais associados à composição arquitetônica do edifício, uma vez que as esquadrias constituem atributos materiais relevantes para a compreensão de sua configuração histórica (Jokilehto, 2002). Além disso, a permanência das esquadrias como elementos

funcionais contribui para o prolongamento da vida útil da edificação, uma vez que esses componentes participam da proteção dos ambientes internos, da vedação dos vãos e da conservação física do conjunto.

Figura 44 - Condições das esquadrias na fase de emassamento durante a obra, 2024.



Fonte: Acervo de Arthuro Paganini, 2024.

Após a conclusão da obra, as esquadrias apresentam-se recompostas e integradas à leitura das fachadas, conforme se observa na figura 45, com pintura em tonalidade marrom-avermelhada e acabamento uniforme. As peças substituídas mantêm o desenho, a modulação e a proporção das aberturas originais, o que contribui para reforçar a unidade visual do conjunto e restabelecer a leitura formal da edificação. Essa permanência da linguagem projetual também pode ser verificada no interior, como mostra a figura 46, onde se observa a integração entre esquadrias, paredes e demais elementos restaurados.

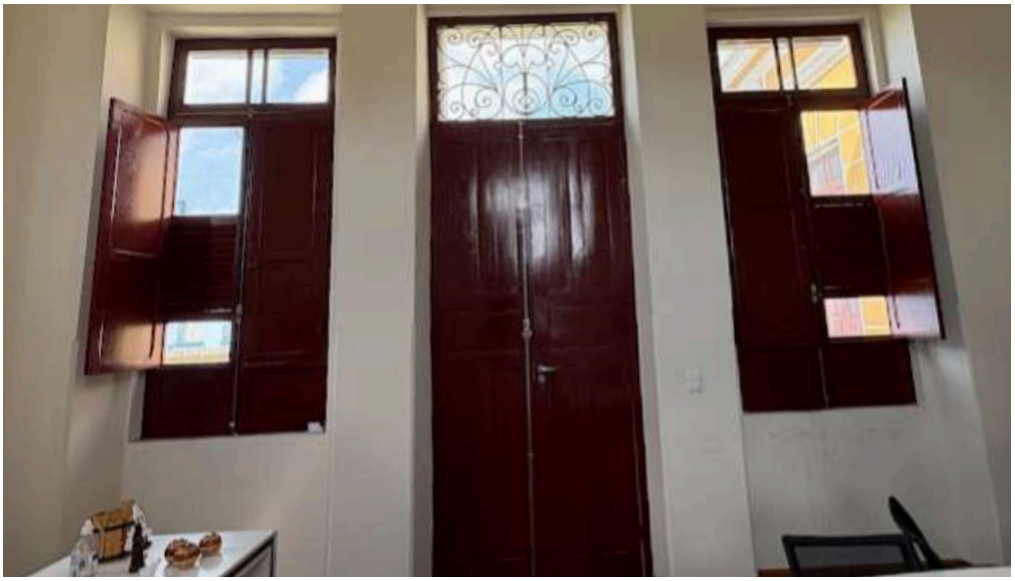
Dessa forma, ainda que parte das peças tenha sido substituída, a reconstituição baseada no modelo preexistente favorece a preservação dos valores patrimoniais associados à imagem arquitetônica e à ambiência interna do edifício. Nesse caso, a sustentabilidade da intervenção não se limita ao reaproveitamento material das peças, mas também à permanência de sua função arquitetônica, ambiental e simbólica no conjunto restaurado. Assim, a estratégia adotada se aproxima da compreensão de Rodwell (2007) sobre a conservação do patrimônio como uma prática relacionada à sustentabilidade, na medida em que a recuperação dos elementos existentes e sua permanência em uso contribuem para prolongar a vida útil da edificação.

Figura 45 - Esquadrias da fachada pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 46 - Vista interna das esquadrias pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Cabe ressaltar que, durante a visita in loco realizada após a inauguração do edifício, foi observada uma avaria pontual em uma das folhas da esquadria localizada na sala 06, conforme registrado na figura 47. A fissura localizada na junção do caixilho e o leve desgaste do acabamento superficial indicam a necessidade de manutenção preventiva, a fim de evitar o agravamento de patologias decorrentes da movimentação natural da madeira, da exposição às intempéries e do uso cotidiano.

Figura 47 - Condições de uma das esquadrias da Sala 06 pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

No entanto, a intervenção nas esquadrias evidencia correspondência entre as diretrizes projetuais e a solução executada, sobretudo no que se refere à manutenção da linguagem formal das aberturas e à substituição das peças comprometidas com base no modelo preexistente. Sob a perspectiva da conservação patrimonial, essa solução contribui para preservar a leitura arquitetônica do edifício, a continuidade de sua ambiência histórica e a legibilidade dos elementos que compõem sua fachada e seus espaços internos. Assim, a qualidade da intervenção mostra-se adequada, visto que a recuperação e reconstituição das esquadrias favorecem a permanência do edifício em uso, ao restabelecer condições adequadas de vedação, proteção e funcionamento dos ambientes.

7.6 Ferragens e Serralherias

As ferragens e os elementos de serralheria da Casa de Cultura Silvio Romero abrangem as bandeiras metálicas sobre os vãos de portas e janelas, os gradis, o portão de acesso e as grades dos vãos de ventilação localizados no embasamento da edificação (figuras 48, 49 e 50). Esses componentes participam da composição formal do conjunto e

desempenham funções complementares de fechamento, proteção, ventilação e ornamentação. Além de seu caráter funcional, esses elementos contribuem para a legibilidade histórica do edifício, conforme discutido por Brandi (2004), uma vez que integram a linguagem arquitetônica da antiga edificação escolar e reforçam a preservação de valores associados às suas características formais, históricas e arquitetônicas, considerando a importância do reconhecimento dos valores patrimoniais na definição das estratégias de conservação (Mason, 2002).

Figura 48 - Ferragens da bandeira da porta pós-intervenção, 2025.



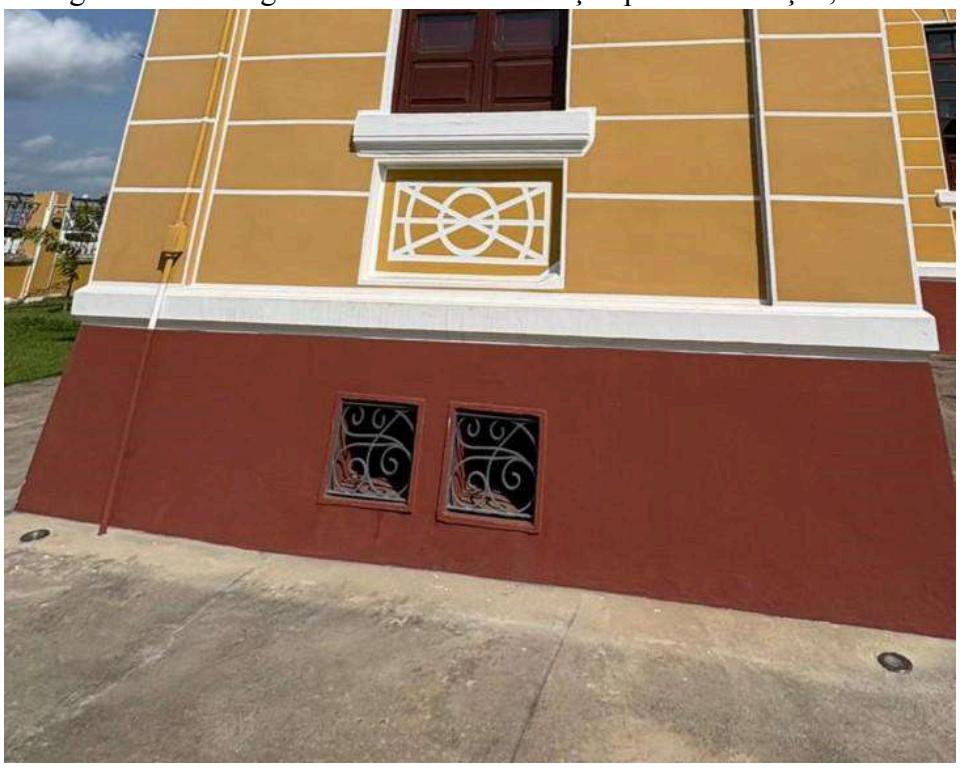
Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 49 - Portão de acesso e gradis pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 50 - Ferragens dos vãos de ventilação pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

O projeto executivo previa a conservação dos elementos metálicos originais sempre que possível, além do tratamento anticorrosivo e da repintura com esmalte sintético na cor grafite escuro. Essa diretriz buscava compatibilizar preservação material, proteção das peças e recuperação da leitura visual do conjunto. Nesse sentido, o tratamento anticorrosivo assume

importância não apenas estética, mas também preventiva, pois contribui para prolongar a vida útil dos elementos metálicos e reduzir a necessidade de futuras substituições, manutenções corretivas e geração de resíduos. Essa abordagem se relaciona à integração entre conservação e sustentabilidade discutida por Pinheiro et al. (2024), ao considerar que práticas de conservação podem incorporar estratégias que reduzam impactos ambientais e favoreçam a permanência dos bens culturais.

Após a conclusão da obra, a visita in loco permitiu observar que as orientações projetuais foram seguidas. Os elementos metálicos mantiveram o desenho ornamental em ferro trabalhado, com elementos curvos e simétricos associados à composição formal do edifício. As peças apresentam acabamento uniforme e foram pintadas em tonalidade compatível com a especificação prevista no projeto. A conservação desses elementos permite manter referências materiais que integram a caracterização histórica da edificação, aspecto também evidenciado no Teatro Erotídes de Campos, no Engenho Central, onde a permanência das vigas de ferro do antigo galpão contribui para a compreensão de sua origem.

Observa-se ainda a instalação de um plano de vidro sobre o elemento metálico nas bandeiras, solução que auxilia na proteção contra intempéries, reduzindo o acúmulo de umidade e partículas sólidas. Essa medida contribui para a longevidade das peças e para a preservação da leitura histórica do conjunto, mantendo visíveis os detalhes do trabalho artesanal do ferro.

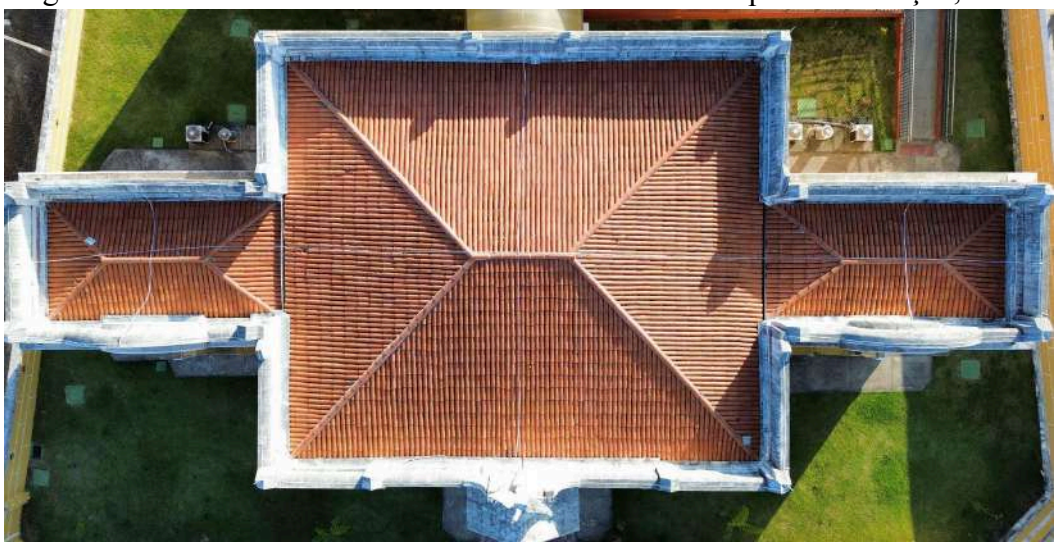
Desse modo, a intervenção nas ferragens e serralherias apresenta resultado adequado quanto à articulação entre conservação patrimonial e sustentabilidade. A permanência dos elementos metálicos, associada ao tratamento de proteção e à manutenção de sua função ornamental, de ventilação, fechamento e segurança, contribui para a preservação da materialidade existente e para a continuidade da leitura arquitetônica do edifício. Assim, a qualidade da intervenção mostra-se adequada, pois se expressa tanto na recuperação visual desses componentes quanto em sua capacidade de permanecerem em uso, reduzindo perdas materiais e reforçando a preservação do ambiente construído.

7.7 Cobertura

No que se refere à cobertura, as fotografias aéreas permitem observar que esse elemento foi reconstituído durante o processo de restauração, em conformidade com as especificações do projeto executivo, que previa a utilização de telhas cerâmicas vermelhas do tipo capa e canal, com reprodução do modelo tradicional (figura 51). O registro anterior à

restauração (figura 52) indica que a edificação apresentava cobertura em quatro águas, configuração prevista em projeto e executada em obra. A manutenção dessa lógica volumétrica contribui para a preservação dos valores patrimoniais do antigo Grupo Escolar Silvio Romero, uma vez que restitui um componente fundamental para a leitura arquitetônica do edifício e para o reconhecimento de sua configuração histórica.

Figura 51 - Cobertura da Casa de Cultura Silvio Romero pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 52 - Condições da cobertura do Antigo Grupo Escolar Silvio Romero, 2023.



Fonte: Acervo de Mejdrone, 2023.

O beiral embutido e o coroamento em platibanda foram restituídos, contribuindo para a preservação da volumetria original e para a manutenção da legibilidade histórica do bem. Nesse caso, a cobertura não atua apenas como elemento técnico de proteção, mas também como componente da imagem arquitetônica da edificação, participando da composição formal do antigo Grupo Escolar Silvio Romero (figura 53). Além disso, a recomposição desse

sistema tem relação direta com a permanência do edifício em uso, pois a cobertura exerce papel essencial na proteção das alvenarias, dos acabamentos internos, dos demais elementos restaurados e na própria condição de habitabilidade da edificação.

Figura 53 - Condições da cobertura da Casa de Cultura Silvio Romero pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Contudo, apesar da adequação visual da cobertura, a observação mais detalhada das imagens revela pequenas irregularidades no alinhamento das telhas e algumas quebras localizadas, aspectos que podem comprometer o desempenho do sistema, sobretudo quanto à proteção contra infiltrações (figuras 54 e 55). Esses pontos indicam que a qualidade da intervenção não depende apenas da recomposição formal do elemento, mas também de sua eficiência técnica e de sua durabilidade.

Pela perspectiva da sustentabilidade, tais fragilidades são relevantes porque eventuais falhas de estanqueidade podem comprometer a conservação física do edifício, acelerar processos de degradação e demandar futuras substituições ou manutenções corretivas, ampliando o consumo de recursos e a geração de resíduos. Essa relação entre conservação do patrimônio, desempenho da intervenção e sustentabilidade reforça a necessidade de considerar, de forma integrada, a permanência física do bem e a durabilidade das soluções adotadas, conforme discutido por Pinheiro et al. (2024).

Figura 54 - Detalhe das condições da cobertura da Casa de Cultura Silvio Romero pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 55 - Detalhe das condições da cobertura da Casa de Cultura Silvio Romero pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Além disso, não foi possível confirmar, pela documentação analisada, se a estrutura de madeira foi inteiramente substituída ou parcialmente reaproveitada, o que limita a avaliação quanto à preservação da materialidade histórica da cobertura. Essa ausência de informação restringe a análise da solução executada, uma vez que o reaproveitamento parcial da estrutura existente poderia indicar menor consumo de novos materiais e menor descarte de componentes construtivos. Ainda assim, a homogeneidade do conjunto e a ausência de deformações visíveis sugerem que o sistema foi executado de modo compatível com as especificações do projeto, restabelecendo uma condição fundamental para a proteção física e para a adaptação do edifício ao novo uso cultural.

Assim, a análise da cobertura evidencia que a qualidade da intervenção mostra-se adequada parcialmente: por um lado, a solução foi efetiva quanto à recomposição da volumetria e ao restabelecimento da função protetiva do edifício, aspectos fundamentais para sua permanência em uso. Contudo, as quebras pontuais e as irregularidades no alinhamento das telhas indicam fragilidades que podem comprometer o desempenho do sistema, sobretudo em relação à estanqueidade e à proteção contra infiltrações.

7.8 Inserções contemporâneas

As inserções contemporâneas observadas na intervenção da Casa de Cultura Silvio Romero abrangem rampas de acessibilidade, anexo de sanitários, instalações prediais aparentes e adequações internas de uso, como climatização e iluminação artificial. Essas intervenções respondem às exigências normativas e funcionais necessárias à adaptação do edifício ao novo uso cultural, buscando assegurar acessibilidade, conforto ambiental e condições adequadas de funcionamento. Segundo Plevoets e Van Cleempoel (2011), a adaptação de edifícios existentes a novos usos envolve a articulação entre as características preexistentes e as novas demandas funcionais. Nesse sentido, as inserções contemporâneas constituem elementos importantes para a permanência do edifício em uso, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de conciliar as demandas contemporâneas com a preservação das características preexistentes.

A rampa de acessibilidade, implantada na lateral do edifício e direcionada à entrada posterior, cumpre função relevante ao possibilitar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida à edificação (figura 56). Sua localização, no entanto, revela uma solução parcial quando analisada sob o critério da adaptação ao uso. Ao manter o acesso frontal principal por escadaria, a intervenção preserva a leitura histórica da fachada e sua composição original, mas desloca o percurso acessível para uma entrada secundária, o que limita a plena equidade de acesso ao espaço principal. Desse modo, a solução evidencia uma tentativa de compatibilizar a preservação da fachada histórica com as exigências contemporâneas de acessibilidade, ainda que o resultado revele uma tensão entre conservação patrimonial e inclusão universal. Essa questão é relevante para a sustentabilidade da intervenção, pois a permanência do edifício em uso não se limita à sua recuperação física, mas envolve também sua capacidade de acolher diferentes públicos de forma adequada e socialmente inclusiva.

Figura 56 - Rampa de acesso da Casa de Cultura Silvio Romero pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

O anexo dos sanitários e a área coberta adjacente configuram inserções necessárias ao funcionamento contemporâneo do edifício, sobretudo por atenderem às demandas de uso público, permanência e adequação normativa (figura 57). O volume anexo apresenta linguagem arquitetônica contemporânea, marcada por geometria predominantemente ortogonal, superfícies contínuas e menor complexidade compositiva. Sua análise torna-se relevante não apenas por sua função, mas sobretudo pelos efeitos que sua implantação, materialidade e configuração formal produzem sobre a leitura da edificação histórica e sobre a relação entre preexistência e nova intervenção.

Figura 57 - Volume anexo da Casa de Cultura Silvio Romero, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Do ponto de vista volumétrico, o anexo constitui uma massa construída expressiva, implantada junto ao corpo histórico e com presença visual significativa na composição do conjunto. Enquanto a edificação preexistente apresenta uma volumetria marcada pela articulação entre planos, ornamentos, frisos, molduras e ritmo de aberturas, o novo volume assume configuração predominantemente prismática e regular. Essa diferenciação contribui para reconhecer a intervenção como uma adição posterior, uma vez que não há tentativa de reprodução da linguagem ornamental do edifício histórico.

Entretanto, a composição do novo volume apresenta caráter excessivamente monolítico e pouco articulado, estabelecendo uma relação pouco qualificada com a complexidade volumétrica da edificação histórica. A ausência de recortes, reentrâncias ou variações que estabeleçam uma transição entre o novo e o antigo faz com que o anexo se apresente como uma massa justaposta ao edifício preexistente, em vez de constituir uma inserção volumétrica articulada ao conjunto. Dessa forma, embora a diferenciação formal contribua para a legibilidade temporal da intervenção, a configuração e a proporção do novo volume intensificam sua presença visual e interferem na leitura da volumetria histórica.

A relação entre cheios e vazios no volume anexo também reforça essa condição. Nele, predominam planos opacos, interrompidos por poucas aberturas. Essa configuração contrasta com a fachada da edificação histórica, na qual os vãos participam de maneira mais significativa da composição arquitetônica e estabelecem ritmo, proporção e hierarquia visual. A diferença entre essas duas configurações contribui para distinguir a intervenção contemporânea da preexistência, uma vez que não há reprodução direta dos padrões de abertura do edifício histórico. Contudo, essa característica intensifica seu peso visual junto à edificação histórica e reforça a percepção do novo volume como uma massa autônoma e pouco articulada à composição preexistente.

A composição das fachadas apresenta planos extensos e contínuos, revestidos por material de modulação regular e tonalidade próxima àquela empregada na edificação histórica. A escolha estabelece uma relação cromática entre os volumes e contribui para sua integração visual ao conjunto, mas também produz certa aproximação material entre a construção contemporânea e a preexistência. Essa condição cria uma situação ambígua: enquanto a geometria e a composição do anexo permitem identificar sua temporalidade distinta, a semelhança cromática reduzem parcialmente a distância perceptiva entre antigo e novo.

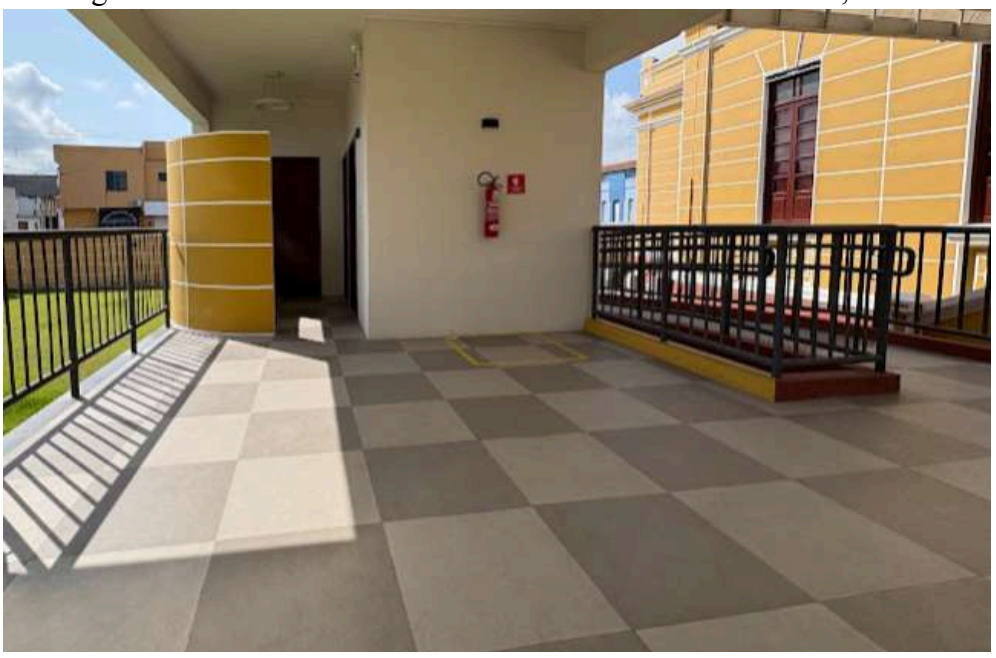
A cobertura de estrutura metálica que percorre o corredor de conexão entre o anexo e a edificação principal e os degraus da escada, assim como o uso do piso porcelanato quadriculado em tons de cinza no ambiente interno do anexo, produz uma presença visual marcante, cuja relação com a materialidade e a ambiência da edificação histórica se mostra pouco integrada ao conjunto (figuras 58 e 59).

Figura 58 - Volume anexo da Casa de Cultura Silvio Romero, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 59 - Hall do anexo da Casa de Cultura Silvio Romero, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 60 - Vista interna do sanitário masculino, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

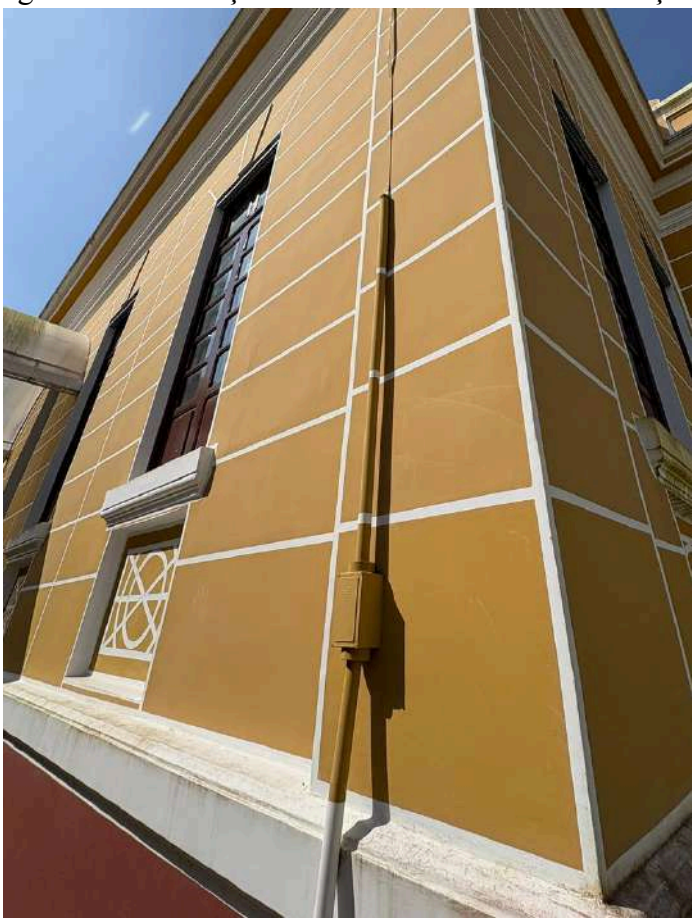
Embora o novo volume apresente linguagem formal distinta, sua materialidade não demonstra o mesmo nível de elaboração observado nos estudos de caso apresentados. No Teatro Erotídes de Campos, no Engenho Central, por exemplo, a utilização de elementos em vermelho para novas inserções — como planos de fechamento, portões, escada externa e estrutura do palco — estabelece um contraste deliberado com os materiais preexistentes, contribuindo para identificar visualmente as intervenções contemporâneas sem comprometer o reconhecimento da materialidade histórica. No anexo da Casa de Cultura Silvio Romero, por sua vez, a contemporaneidade manifesta-se principalmente pela geometria simplificada do volume e pela utilização de elementos construtivos de caráter mais convencional, como a estrutura metálica e o piso em porcelanato.

Nesse sentido, apesar de existir uma distinção formal entre o novo e o antigo, percebe-se menor exploração da materialidade como recurso de qualificação da intervenção contemporânea. Assim, o anexo contribui para viabilizar o uso cultural do edifício; contudo, sua solução material e visual indica que a adaptação funcional poderia ter alcançado maior equilíbrio entre a distinção contemporânea, a compatibilidade com a preexistência e a preservação dos valores patrimoniais do conjunto restaurado.

No que se refere às instalações prediais aparentes, observa-se a presença de eletrodutos e caixas técnicas sobrepostos à fachada (figura 61). Esses elementos técnicos atravessam superfícies marcadas por frisos, molduras e contrastes cromáticos, criando uma camada pouco integrada à composição restaurada. Assim, ainda que as instalações sejam necessárias à adaptação do edifício ao novo uso, sua forma de inserção fragiliza a qualidade da intervenção, pois tensiona a compatibilização entre funcionalidade, preservação dos valores patrimoniais e legibilidade arquitetônica do antigo Grupo Escolar Silvio Romero.

Pela perspectiva da sustentabilidade, a opção por instalações aparentes pode representar uma estratégia menos invasiva e mais favorável à manutenção futura; contudo, a disposição desses elementos sobre áreas expressivas da fachada compromete parcialmente sua integração visual ao conjunto restaurado. Desse modo, diferentemente da solução observada na Praça das Artes, em que as novas inserções são formalmente diferenciadas e articuladas à preexistência, a exposição das instalações técnicas diretamente sobre a fachada da Casa de Cultura Silvio Romero introduz elementos que interferem na leitura de suas características arquitetônicas.

Figura 61 - Instalação elétrica na fachada da edificação.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Da mesma forma, a instalação das unidades condensadoras de ar-condicionado na área externa da edificação, dispostas diretamente sobre o gramado e em posição visível, produz interferência na leitura visual do conjunto (figura 62). Essa situação evidencia uma tensão em relação à compreensão de Fouseki et al. (2020), que entendem a conservação como uma prática dinâmica, na qual os valores atribuídos ao patrimônio se relacionam às características materiais, espaciais e aos usos do bem. Nesse caso, embora esses equipamentos sejam necessários, sua introdução modifica a percepção do espaço externo e interfere em características que participam da ambiência histórica da edificação.

O impacto poderia ser minimizado por meio de estratégias de posicionamento mais discreto, ocultação técnica ou tratamento paisagístico, de modo a reduzir sua presença visual e preservar a leitura volumétrica e a qualidade ambiental do conjunto restaurado. Nesse caso, a inserção dos equipamentos revela uma tensão entre atualização funcional e preservação da ambiência, pois a busca por conforto e funcionamento adequado não foi plenamente conciliada com uma solução de menor impacto visual sobre o edifício e seu entorno imediato.

Figura 62 - Instalação de equipamentos de ar-condicionado na parte externa da edificação.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

No interior do edifício, a climatização e a iluminação artificial foram incorporadas como parte das adequações necessárias ao novo uso cultural. No caso da iluminação, observa-se a adoção de luminárias circulares suspensas que permanecem visualmente

evidentes no ambiente (figura 63). Embora sua tonalidade clara reduza parcialmente o contraste com o forro e as paredes, o desenho das peças e sua disposição no espaço introduzem uma camada técnica de forte presença visual, que se distancia da ambiência histórica da edificação.

No caso do aparelho de ar-condicionado, a instalação apresenta maior interferência, uma vez que sua implantação na parede exige passagens técnicas para conexão com a unidade externa, implicando intervenções na alvenaria e comprometendo a materialidade histórica do bem. Assim, embora essas adequações contribuam para o conforto ambiental e para a permanência do edifício em uso, a qualidade da intervenção mostra-se parcial nesse aspecto, pois as soluções adotadas não conciliam plenamente desempenho funcional, preservação material e legibilidade dos espaços internos.

Figura 63 - Interior da Sala 04 pós-intervenção, 2025.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

De modo geral, a análise das inserções contemporâneas evidencia que as diretrizes previstas no projeto foram atendidas quanto à incorporação dos elementos necessários à acessibilidade, ao funcionamento dos sanitários, à atualização das instalações prediais, à climatização e à iluminação dos espaços internos. Essas soluções contribuem para a adaptação do edifício ao novo uso cultural e para sua permanência em funcionamento. No entanto, a qualidade da intervenção mostra-se adequada parcialmente, pois algumas soluções apresentam integração limitada com a materialidade, a ambiência e a legibilidade histórica do antigo Grupo Escolar Silvio Romero.

7.9 Síntese avaliativa

A partir da análise comparativa entre o projeto executivo e a obra executada, foi possível sistematizar os principais resultados obtidos em relação à qualidade da intervenção na Casa de Cultura Silvio Romero. Para isso, o quadro 02 reúne os elementos analisados, os aspectos observados em cada item, os critérios de análise adotados e o valor atribuído à intervenção, considerando sua contribuição para a preservação dos valores patrimoniais, a legibilidade histórica do bem, a adaptação ao uso, a permanência da edificação e a preservação do ambiente construído como prática sustentável.

Para a atribuição dessa classificação, considerou-se adequada a solução que apresentou correspondência entre as diretrizes projetuais e a execução da obra, contribuindo para a permanência do edifício em uso, para a conservação da materialidade, para a legibilidade histórica e para a preservação dos valores patrimoniais, sem introduzir conflitos significativos com a preexistência. A classificação adequada parcialmente foi atribuída aos elementos que atenderam à função geral de recuperação, adaptação ou recomposição, mas apresentaram fragilidades relacionadas à fundamentação histórica, à compatibilidade material, ao desempenho construtivo, à integração visual ou à articulação entre projeto e execução. Por sua vez, a classificação inadequada foi atribuída às soluções que se afastaram de atributos relevantes da edificação histórica ou das diretrizes projetuais, comprometendo a leitura do bem, a compatibilidade entre materiais e sistemas construtivos ou sua conservação no decorrer do tempo.

Essa síntese permite visualizar, de forma conjunta, em quais elementos a qualidade da intervenção se mostrou adequada, adequada parcialmente ou inadequada.

Quadro 02 – Síntese da análise da qualidade da intervenção na Casa de Cultura Silvio Romero. (continua)

Elemento analisado	Aspectos analisados	Critérios de análise	Síntese da análise	Qualidade da intervenção
Pintura e elementos cromáticos da fachada	Tratamento das superfícies, recomposição dos elementos decorativos, paleta cromática e registros históricos.	Preservação dos valores patrimoniais; legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	Recupera a fachada e seus elementos formais, mas a base vermelha apresenta fundamentação histórica insuficiente.	**Adequada parcialmente**
Forro de madeira	Configuração original, tipologia prevista, solução executada, volumetria, ventilação, ambiência acústica e leitura construtiva.	Preservação dos valores patrimoniais; legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	A solução executada não corresponde ao forro original nem à tipologia prevista no projeto.	**Inadequada**
Piso de madeira	Estado de degradação, substituição integral, recomposição visual, segurança, estabilidade e funcionalidade.	Preservação dos valores patrimoniais; legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	A substituição restabelece as condições de uso, segurança e funcionalidade dos ambientes internos.	**Adequada**
Pintura das paredes internas	Recuperação dos paramentos, recomposição dos rebocos, acabamento claro, compatibilidade material e reboco de base cimentícia.	Preservação dos valores patrimoniais;legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	A unidade visual foi restituída, mas o reboco de base cimentícia compromete a compatibilidade material.	**Inadequada**
Esquadrias de madeira	Recuperação, reconstituição, desenho original, vedação, proteção, funcionamento e avaria pontual.	Preservação dos valores patrimoniais; legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	Mantém a linguagem das aberturas e restabelece proteção, vedação e funcionamento.	**Adequada**

Quadro 02 – Síntese da análise da qualidade da intervenção na Casa de Cultura Silvio Romero. (conclusão)

Elemento analisado	Aspectos analisados	Critérios de análise	Síntese da análise	Qualidade da intervenção
Ferragens e serralherias	Bandeiras metálicas, gradis, portão, grades de ventilação, tratamento anticorrosivo, repintura e vidro protetivo.	Preservação dos valores patrimoniais; legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	Conserva os elementos metálicos, mantém sua função e contribui para o prolongamento de sua vida útil.	**Adequada**
Cobertura	Cobertura em quatro águas, telhas capa e canal, volumetria, função protetiva, alinhamento, quebras e estrutura de madeira.	Preservação dos valores patrimoniais; legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	Recompõe a volumetria e a função protetiva, mas apresenta fragilidades no desempenho das telhas.	**Adequada parcialmente**
Inserções contemporâneas	Rampa, anexo de sanitários, instalações aparentes, condensadoras externas, climatização e iluminação artificial.	Preservação dos valores patrimoniais; legibilidade histórica do bem; adaptação ao uso, permanência e reuso adaptativo.	Viabilizam o uso contemporâneo, mas apresentam integração limitada com a preexistência.	**Adequada parcialmente**

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico discutido, foi possível compreender que a preservação do ambiente construído constitui uma prática sustentável ao se apresentar como estratégia relevante diante dos impactos da construção civil, sobretudo por evitar demolições, reduzir a demanda por novos recursos e prolongar a vida útil do estoque edificado. Quando aplicada a bens de valor histórico e cultural, esta prática não se limita à permanência física da edificação ou à economia de recursos materiais. Trata-se, também, de uma abordagem que envolve a continuidade de uso, a conservação da materialidade, a preservação da legibilidade histórica e a manutenção dos significados sociais atribuídos ao bem. Desse modo, é necessário assegurar que suas transformações respeitem seus valores patrimoniais, sua leitura histórica e sua capacidade de permanecer socialmente significativa no presente.

Nesse sentido, a análise da Casa de Cultura Silvio Romero demonstrou que a intervenção se insere neste debate e constitui uma prática sustentável ao recuperar uma edificação histórica em estado de abandono e reinseri-la em condições de uso no contexto urbano. A restauração possibilitou a recomposição de elementos arquitetônicos, a recuperação de superfícies degradadas, a reconstituição de componentes comprometidos e a incorporação de adequações necessárias ao funcionamento do edifício.

Os resultados também evidenciam que a qualidade de uma intervenção em patrimônio edificado não depende apenas das diretrizes projetuais, mas, sobretudo, da efetividade com que essas diretrizes são executadas. Na Casa de Cultura Silvio Romero, as análises indicaram qualidade da intervenção adequada, como a recuperação das esquadrias, das ferragens e do piso de madeira; adequada parcialmente, como a definição cromática pouco fundamentada do embasamento da fachada, as fragilidades observadas na cobertura e a integração limitada de algumas inserções contemporâneas; e inadequada, como a solução adotada para o forro de madeira e o uso de reboco de base cimentícia nas alvenarias internas. Esses resultados demonstram que a intervenção apresentou fragilidades na articulação entre concepção e execução das soluções projetuais, o que pode comprometer a integridade material, a legibilidade histórica e a conservação da edificação ao longo do tempo.

Outro aspecto relevante diz respeito à mudança de uso da edificação após a intervenção. O projeto foi concebido para abrigar a Academia Lagartense de Letras, com programa vinculado à cultura, à memória, à literatura e à fruição pública. No entanto, após restaurado, o edifício passou a exercer função administrativa pública, abrigando o Gabinete do Governo, a Secretaria de Governo e Inovações, a Secretaria de Comunicação e a Secretaria

de Planejamento e Orçamento. Essa alteração compromete parte do sentido atribuído ao projeto, pois desloca a edificação de uma função cultural para um uso administrativo que não havia orientado originalmente as decisões projetuais.

Essa mudança produz impactos importantes. Em primeiro lugar, reduz o potencial de apropriação pública e cultural do edifício, limitando sua função como espaço de memória, encontro, formação e produção cultural, uma vez que o uso administrativo restringe a possibilidade de acesso, permanência e realização de atividades culturais abertas ao público, que estavam associadas à função originalmente prevista. Em segundo lugar, introduz demandas funcionais distintas daquelas previstas no projeto, como maior carga administrativa, necessidade de postos permanentes de trabalho, equipamentos, mobiliário, climatização, fluxos internos e instalações compatíveis com rotinas burocráticas. Quando essa alteração ocorre sem planejamento prévio, tende a gerar adaptações posteriores, soluções improvisadas e novos impactos sobre a materialidade e a ambiência da edificação.

Apesar dessas fragilidades, a intervenção não pode ser compreendida apenas por suas inadequações. A reativação da Casa de Cultura Silvio Romero representa um avanço em relação ao estado anterior de abandono, pois permitiu a permanência da edificação na paisagem urbana, a recomposição de sua presença simbólica e a continuidade de sua participação na história da cidade. Nesse sentido, o caso analisado demonstra que a recuperação de edifícios históricos deve ser considerado um caminho importante para a preservação do ambiente construído, sobretudo quando possibilita interromper processos de degradação, evitar perdas materiais e reinserir o bem na dinâmica urbana contemporânea.

Entretanto, a análise também evidencia que esse caminho precisa ser conduzido com maior rigor técnico, conceitual e programático. Não se deve tratar a intervenção em patrimônio edificado apenas como recomposição física ou atualização funcional. As soluções adotadas precisam preservar a legibilidade histórica, respeitar a materialidade do bem, compatibilizar novos elementos com a preexistência e manter coerência entre o uso previsto, o projeto executado e a função efetivamente implantada.

Assim, a Casa de Cultura Silvio Romero evidencia que a preservação do ambiente construído como prática sustentável não se encerra na restauração da edificação ou em sua reinserção em uso. A sustentabilidade, nesse contexto, depende da permanência qualificada do bem, isto é, da articulação entre conservação material, preservação dos valores patrimoniais, adequação funcional, manutenção contínua e apropriação social. Desse modo, a pesquisa contribui ao demonstrar que futuras intervenções em bens históricos devem considerar não apenas a recuperação do edifício, mas também a qualidade das decisões

projetuais, a efetividade de sua execução e a coerência do uso como condições fundamentais para assegurar sua conservação ao longo do tempo.

Além das contribuições relacionadas à compreensão da preservação do ambiente construído como prática sustentável, a pesquisa apresenta uma contribuição de caráter metodológico ao sistematizar um percurso de análise que articula os referenciais teóricos, os estudos de caso, a documentação do projeto, a observação da edificação e a comparação entre as soluções projetadas e aquelas efetivamente executadas. A partir desse percurso, a preservação dos valores patrimoniais, a legibilidade histórica e a adaptação ao uso foram adotadas como critérios para a avaliação da intervenção, permitindo identificar não apenas seus avanços, mas também as tensões e fragilidades decorrentes das decisões projetuais e de sua execução.

Esse percurso pode constituir um referencial para pesquisas futuras dedicadas à análise de intervenções em edificações históricas, especialmente aquelas que busquem compreender a relação entre preservação, transformação e permanência do bem. Nesse sentido, a pesquisa não se restringe à análise da Casa de Cultura Silvio Romero, mas oferece possibilidades de aplicação em outros estudos de caso, nos quais os critérios e procedimentos aqui empregados possam ser retomados, adaptados e ampliados conforme as características de cada edificação e de cada intervenção.

REFERÊNCIAS

AGOPYAN, Vahan; JOHN, Vanderley Moacyr. **O desafio da sustentabilidade na construção civil**. Volume 5. São Paulo: Editora Blucher, 2011.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL ARQUITETURA. **Teatro do Engenho Central de Piracicaba**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://brasilarquitetura.com/project/teatro-de-piracicaba>. Acesso em: 27 julho 2026.

BRUM, Cristiane Vieira Cabreira. **Patrimônio sustentável: a experiência francesa e a realidade brasileira**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CERETO, Carlos Eduardo; MELLO, Nilvania Aparecida de. **Sustentabilidade e desenvolvimento na América Latina: uma releitura crítica a partir da perspectiva cepalina**. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev8n1-033>. Acesso em: 24 maio 2026.

ELEFANTE, Carl. **The greenest building is... one that is already built**. Forum Journal, Washington, v. 21, n. 4, p. 26–37, 2007.

ESTEVES, Ivana Perucci; SOUZA, Renato César Ferreira de. **Sustentabilidade e gestão das cidades históricas: uma proposta a partir das ideias de Dennis Rodwell**. Vernácula Territórios Contemporâneos, v. 2, n. 6, 2024.

FEILDEN, Bernard M. **Conservation of historic buildings**. 3. ed. Oxford: Architectural Press, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FOUSEKI, Kalliopi; NEWTON, David; CAMACHO, Krisangella Sofia Murillo; NANDI, Sohini; KOUKOU, Theodora. **Energy efficiency, thermal comfort, and heritage conservation in residential historic buildings as dynamic and systemic socio-cultural practices**. Atmosphere, Basel, v. 11, n. 6, art. 604, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GHISELLINI, Patrizia; CIALANI, Catia; ULGIATI, Sergio. **A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems**. Journal of Cleaner Production, v. 114, p. 11-32, 2016.

GLOBAL ALLIANCE FOR BUILDINGS AND CONSTRUCTION (GLOBALABC); UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Global status report for buildings and construction 2024/25**. [S. l.]: GlobalABC; UNEP, 2025.

GROOT, Caspar; VEIGA, Rosario; PAPAYIANNI, Ioanna; VAN HEES, Rob; SECCO, Michele; ALVAREZ, José I.; FARIA, Paulina; STEFANIDOU, Maria. **RILEM TC 277-LHS report: lime-based mortars for restoration – a review on long-term durability aspects and experience from practice**. Materials and Structures, v. 55, n. 10, art. 245, 2022. DOI: 10.1617/s11527-022-02052-1.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN); OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA (OEC). **Relatório da 1ª etapa da pesquisa patrimônio cultural, economia e sustentabilidade: pressupostos teóricos e revisão da literatura**. Brasília, DF: IPHAN; OEC, 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável**. Organizador: Luiz Philippe Torelly. Brasília, DF: IPHAN, 2012. 70 p. (Anais, v. 3).

JOKILEHTO, Jukka. **A history of architectural conservation**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002.

KATAPIDI, Ioanna. **The role of conservation policies in local understandings of heritage in living heritage places: a Greek testimony**. International Journal of Heritage Studies, v. 29, n. 4, p. 275-293, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13527258.2023.2181377>. Acesso em: 24 maio 2026.

KERR, Gustavo Madalosso. **A Praça das Artes e o Centro Cultural dos Correios: uma reflexão sobre a dimensão pública da arquitetura no Vale do Anhangabaú**. Dissertação de mestrado: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

KRUGER, Abe; SEVILLE, Carl. **Construção verde: princípios e práticas em construção residencial**. Adaptação de S. H. Obata. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

LABADI, Sophia; GILIBERTO, Francesca; ROSETTI, Ilaria; SHETABI, Linda; YILDIRIM, Ege. **Heritage and the Sustainable Development Goals: policy guidance for heritage and development actors**. Paris: ICOMOS, 2021. 134 p. ISBN 978-2-918086-87-1.

LAGARTO NOTÍCIAS. **Princípio de incêndio é registrado no antigo prédio do Grupo Escolar Silvio Romero**. Lagarto, 12 maio 2018. Disponível em: <https://www.lagartonoticias.com.br/2018/05/12/principio-de-incendio-e-registrado-no-antigo-predio-do-grupo-escolar-silvio-romero/>. Acesso em: 24 maio 2026.

MACARTHUR, Ellen. **Towards the circular economy: economic and business rationale for an accelerated transition**. Cowes: Ellen MacArthur Foundation, 2013. v. 1.

MACDONALD, Susan. **Preserving post-war heritage: the care and management of modern buildings**. Shaftesbury: Donhead, 2011.

MASON, Randall. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: DE LA TORRE, Marta (org.). **Assessing the values of cultural heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. p. 5–30.

MONTEIRO, Claudefranklin. **Dia histórico para a cultura lagartense – o Grupo Escolar Sílvio Romero resiste**. Lagarto Notícias, Lagarto, 1 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.lagartonoticias.com.br/2023/06/01/dia-historico-para-a-cultura-lagartense-o-grupo-escolar-silvio-romero-resiste/>. Acesso em: 24 maio 2026.

MOTTA, Márcia Siqueira de Carvalho. **Grupos Escolares: arquitetura e modernidade na educação brasileira (1890–1930)**. São Paulo: Annablume, 2002.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade a Arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos (1911-1926)**. Dissertação de mestrado: UFS , Aracaju, 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Aos Pés da Águia Alada: Os Grupos Escolares e a Infância Sergipana nos Tempos de Graccho Cardoso (1922-1926)**. Interfaces Científicas, Educação, Aracaju, V.2, N.3, p. 59 – 70, Jun. 2014.

NEVES, Rafael Burlani; PATISSI, Eliezer. **Políticas públicas sustentáveis para o patrimônio cultural edificado: estudo das contribuições de modelos de conservação preventiva aplicados no Brasil e Espanha**. Mix Sustentável, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 47-61, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 21**. Rio de Janeiro: ONU, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PINHEIRO, Catarina; BEAUMONT, Anna; CARDINALI, Francesca; MARRA, Annalisa; MOLINARI, Daniela; FIFE, Gwendoline; WAGNER, Julia; GALACHO, Cristina; SOUTHWICK, Caitlin. **Access to sustainability in conservation-restoration practices**. Sustainability, v. 16, n. 7675, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su16177675. Acesso em: 14 abr. 2026.

PLEVOETS, Bie; VAN CLEEMPOEL, Koenraad. **Adaptive reuse of the built heritage: concepts and cases of an emerging discipline**. London: Routledge, 2019.

PORTAL A8SE. **Prédio histórico do Grupo Escolar Silvio Romero é atingido por incêndio**. Aracaju, 22 jul. 2021. Disponível em: <https://a8se.com/noticias/sergipe/predio-historico-do-grupo-escolar-silvio-romero-e-atingido-por-incendio/>. Acesso em: 24 maio 2026.

PRUDON, Theodore H. M. **Preservation of modern architecture**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

RODRÍGUEZ, María Victoria Rosique; RUIZ-SANTAELLA, Carmen de Prado; BARBUDO, María Ángeles Jordano. **Contribution of cultural heritage resources to the 2030 agenda SDGS**. Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development, v. 15, n. 4, p. 860-875, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-06-2023-0090>. Acesso em: 24 maio 2026.

RODWELL, Dennis. **Conservation and sustainability in historic cities**. Oxford: Blackwell, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Grupo Escolar Sílvio Romero – Lagarto-SE. *In*: OLIVEIRA, João Paulo Gama; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Morais; COSTA, Rosemeire Marcedo (org.). **Educação primária: instituições e práticas educativas em Sergipe no início do século XX**. São Cristóvão: Editora UFS, p. 66-74, 2024. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/19577/2/EducacaoPrimariaSergipeInicioSeculoXX.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 28 agosto 2026

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WILKINSON, Sara; REMOY, Hilde; LANGSTON, Craig. **Sustainable building adaptation: innovations in decision-making**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2014.

YIN, Robert Kuo-Zuir. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZEIN, Ruth Verde; DI MARCO, Anita. **Sala São Paulo de concertos: revitalização da Estação Júlio Prestes: o projeto arquitetônico**. São Paulo: Alter Market, 2001.

APÊNDICE A - ARTIGO SUBMETIDO E APROVADO NO 8° SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO

GRUPO ESCOLAR SILVIO ROMERO: contraponto entre a restauração realizada e uma visão alternativa de requalificação

SILVIO ROMERO SCHOOL GROUP: A Counterpoint Between the Executed Restoration and an Alternative Requalification Vision

CRUZ, MILENA N.N. (1); RIBEIRO, PEDRO V. S. (2)

1. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação Em Engenharia Civil
Rua F, 262-A, Laudelino Freire, 49400-000, Lagarto-SE
milenanascimentoarquiteta@gmail.com

2. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação Em Engenharia Civil
Rua Nossa Senhora das Dores, 478, Suíssa, 49052-170, Aracaju-SE
pedrovsribeiro@academico.ufs.br

EIXO TEMÁTICO: 4

RESUMO

A cultura e a arte desempenham papel central na valorização da identidade coletiva. Em Lagarto, Sergipe, a carência de espaços voltados a manifestações culturais limita o acesso da população às expressões artísticas e compromete a preservação do patrimônio imaterial. Este artigo apresenta uma proposta alternativa de requalificação para o Grupo Escolar Sílvio Romero, edifício histórico local que, à época da concepção do anteprojeto, encontrava-se em estado de abandono. A proposta previa a restauração e ampliação da edificação com vistas à implantação de um Centro de Arte e Cultura, articulando conservação patrimonial, funcionalidade contemporânea e valorização da cultura local. Em 2024, contudo, o edifício passou por uma intervenção conduzida pelo poder público, desvinculada da proposta acadêmica. Nesse contexto, o estudo realiza uma análise comparativa entre a intervenção executada e a proposta alternativa, a partir de critérios como autenticidade, compatibilidade com a memória coletiva, acessibilidade, sustentabilidade e apropriação social do patrimônio. A investigação revela como diferentes abordagens projetuais impactam a permanência significativa dos bens culturais, ressaltando a importância de diretrizes que integrem conservação física, reativação funcional e participação comunitária. O trabalho contribui para o debate sobre estratégias de requalificação do patrimônio edificado, defendendo soluções que conciliem permanência e renovação, de modo a garantir a continuidade dinâmica do bem cultural no cotidiano da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio histórico; memória cultural; conservação e restauração; requalificação; sustentabilidade sociocultural.

ABSTRACT

Culture and art play a central role in valuing collective identity. In Lagarto, Sergipe (Brazil), the lack of spaces dedicated to cultural expression limits public access to artistic manifestations and hinders the preservation of intangible heritage. This article presents an alternative proposal for the adaptive reuse of the historical building known as Grupo Escolar Sílvio Romero, which was abandoned at the time the project was conceived. The proposal envisioned restoring and expanding the structure to create a Center for Art and Culture, integrating heritage conservation, contemporary functionality, and the promotion of local culture.

However, in 2024, the building underwent a government-led restoration unrelated to the original academic project. In this context, the study conducts a comparative analysis between the official intervention and the alternative proposal, based on criteria such as authenticity, compatibility with collective memory, accessibility, sustainability, and social appropriation of heritage. The investigation highlights how different design approaches influence the meaningful continuity of cultural assets, emphasizing the importance of strategies that combine physical conservation, functional reactivation, and community engagement. This study contributes to the debate on historical building rehabilitation, advocating for integrated solutions that reconcile permanence and innovation, ensuring the dynamic continuity of cultural heritage in everyday urban life.

KEYWORDS: Historical heritage; cultural memory; conservation and restoration; adaptive reuse; sociocultural sustainability.

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural edificado é essencial para a manutenção da memória coletiva, da identidade social e da valorização da cultura local (Riegl, 1903; Choay, 2006). Edifícios históricos, em especial, desempenham papel central nesse processo, ao materializarem significados simbólicos, valores sociais e narrativas construídas ao longo do tempo (Jokilehto, 1999). No Brasil, tem-se intensificado o debate sobre conservação e requalificação de bens patrimoniais, especialmente diante das transformações urbanas e das novas demandas de uso que desafiam a permanência desses elementos no tecido urbano contemporâneo (IPHAN, 2016; Brasil, 2020).

No município de Lagarto, estado de Sergipe, o antigo Grupo Escolar Sílvio Romero representa o único edifício tombado como patrimônio histórico, configurando-se como marco identitário para a população lagartense. Construído no início do século XX, o prédio permaneceu por anos em estado de abandono, o que motivou a elaboração de um anteprojeto arquitetônico que propunha sua requalificação como Centro de Arte e Cultura. A proposta previa a restauração da edificação e a implantação de novos espaços destinados a apresentações artísticas, oficinas e exposições, com vistas à dinamização cultural da cidade e à valorização do patrimônio edificado. O projeto foi concebido com base em princípios de sustentabilidade, acessibilidade, conforto ambiental e integração urbana (Brandão, 2015; Lara; Evangelista, 2020).

Em 2024, no entanto, o edifício foi restaurado por iniciativa do poder público, em uma intervenção desvinculada da proposta acadêmica. Embora tenha trazido novos sentidos ao espaço, a intervenção também suscitou questionamentos quanto às estratégias adotadas, à preservação da autenticidade e à relação com a memória coletiva local (ICOMOS, 1964; ICOMOS, 1994). Nesse contexto, este artigo propõe uma análise comparativa entre a proposta alternativa de requalificação e a restauração executada, discutindo os impactos de cada abordagem sobre a conservação do patrimônio e sua apropriação social.

A investigação fundamenta-se em três eixos analíticos: a autenticidade e a integridade do bem cultural, com base nos princípios teóricos da conservação (Jokilehto, 1999; ICOMOS, 1994); a adequação funcional dos espaços às demandas culturais contemporâneas (Lira, 2011); e o impacto sociocultural das intervenções sobre a comunidade local. A partir dessa análise, busca-se compreender de que modo diferentes estratégias de intervenção em edificações históricas podem contribuir, ou não, para a continuidade significativa do patrimônio, ressaltando a importância de projetos enraizados na história, na cultura e nas necessidades atuais das populações que os utilizam (Choay, 2006; Brandão, 2015).

CULTURA, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INTERFACES ENTRE IDENTIDADE COLETIVA, ESPAÇOS CULTURAIS E GESTÃO NO BRASIL

A cultura e a arte desempenham papel central na formação dos indivíduos e no fortalecimento da identidade coletiva, sendo elementos fundamentais para o desenvolvimento social e a preservação da memória histórica. No Brasil, os conceitos de arte, cultura e patrimônio cultural assumem uma importância estratégica na valorização da diversidade e na construção de uma sociedade plural. Nessa perspectiva, a preservação do patrimônio histórico e cultural configura-se como um instrumento essencial para a manutenção dos valores simbólicos que constituem a base da identidade social (Cabral, 2012).

Espaços dedicados à produção e difusão de expressões artísticas, como os centros de arte e cultura, têm se consolidado como equipamentos fundamentais para a democratização do acesso às manifestações simbólicas da sociedade. Definidos como instituições voltadas à elaboração, disseminação e valorização de práticas culturais e bens simbólicos (Neves, 2013), esses centros são herdeiros de uma tradição que se fortaleceu na Europa a partir da década de 1950, como alternativa à cultura de massa (Coelho, 1989), e que, no Brasil, ganhou impulso nas décadas de 1970 e 1980, exigindo investimentos estruturados por parte do Estado. A criação desses espaços está diretamente associada à compreensão da cultura como processo dinâmico e intergeracional, vinculado ao patrimônio cultural material e imaterial, e à promoção do pertencimento social (Santos, 1983; Coli, 1995).

A trajetória das políticas públicas culturais no Brasil revela, entretanto, um cenário marcado por avanços e retrocessos. A partir da década de 1930, o Estado brasileiro iniciou uma série de intervenções no setor, ora com fins repressivos, ora com ações afirmativas, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que se destacou como órgão central da política cultural até a década de 1960 (Rubim, 2007). Durante o regime militar, houve estagnação cultural e intensa censura às manifestações artísticas e intelectuais (Barbalho, 2007). Com a redemocratização, foram instituídas novas diretrizes, como a Política Nacional de Cultura e a criação de instituições como a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), oriundo do antigo SPHAN (Barbalho, 2007).

Apesar de avanços pontuais, como os observados durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, entre 2003 e 2008, que ampliou o alcance das políticas culturais e defendeu a diversidade cultural na UNESCO (Rubim, 2007), os últimos anos foram marcados por desmonte institucional. Desde 2019, houve reestruturações administrativas, como a transferência da Secretaria Especial da Cultura para o Ministério do Turismo (Ministério da Cidadania, 2020), perseguições à Lei Rouanet (Nery, 2022), e vetos a legislações emergenciais como as Leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo, posteriormente derrubados pelo Congresso Nacional (Agência Câmara de Notícias, 2022; Pincer, 2022; Splash, 2022).

A Lei Rouanet, em especial, passou a ser alvo de intensos questionamentos após críticas públicas de artistas, como a dupla sertaneja Zé Neto e Cristiano, sobre o uso de recursos públicos em projetos culturais de grande porte, o que levou a investigações sobre eventuais irregularidades (Stähler, 2022; G1, 2022).

Diante desse panorama, observa-se um contexto de fragilidade e instabilidade nas políticas culturais brasileiras, que evidencia a necessidade de um planejamento estruturado e de abordagens sensíveis que assegurem o direito à cultura como dimensão fundamental da cidadania. Este artigo propõe, assim, uma reflexão sobre as interfaces entre cultura, patrimônio e políticas públicas, considerando a importância dos centros culturais como estratégias de valorização da identidade coletiva e requalificação urbana. A análise considera não apenas os aspectos conceituais e históricos, mas também os desafios atuais da gestão cultural no Brasil, ressaltando a urgência de ações integradas que garantam a continuidade e a significância do patrimônio cultural em sua função social.

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Apesar das instabilidades nos recursos culturais, a requalificação de edifícios históricos continua sendo fundamental para a preservação da memória e o fortalecimento das identidades locais. Entre as iniciativas de preservação, destacam-se as estratégias que equilibram a conservação com a adaptação de novos usos. A adaptação de bens arquitetônicos históricos é crucial para integrar esses espaços à dinâmica urbana contemporânea.

Exemplos brasileiros como a Praça das Artes (SP), o Teatro Erotídes de Campos (SP) e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CE) ilustram como preservação e inovação podem coexistir, promovendo a revitalização de áreas históricas e fortalecendo a identidade cultural local. A análise desses casos nacionais revela diretrizes eficazes para a conservação do patrimônio, demonstrando o potencial da adaptação de espaços históricos às demandas contemporâneas.

PRAÇA DAS ARTES

O projeto Praça das Artes, idealizado pelo arquiteto Marcos Cartum em parceria com o escritório Brasil Arquitetura, liderado por Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci, teve como foco a restauração e reabilitação do Antigo Conservatório Dramático Musical de São Paulo, um edifício tombado. Além de preservar a construção original, a proposta integrou o conservatório a um novo complexo arquitetônico, composto por edificações contemporâneas e espaços de convivência, destinados a atividades culturais diversas, como música, dança, teatro e exposições.

Com uma área total de 28.500 m², o conjunto arquitetônico apresenta um pavimento térreo livre, onde volumes distintos de concreto aparente pigmentado criam um espaço fluido e integrado ao tecido urbano. A nova configuração estabelece um diálogo entre elementos preservados, como o edifício do Conservatório e a fachada do Cine Cairo, e as novas estruturas, promovendo um equilíbrio entre preservação e inovação. A intervenção respeitou as características históricas do edifício tombado, realizando adaptações pontuais, como a mudança da cor do teto, para harmonizar estética e funcionalmente o espaço às novas demandas. Dessa forma, o projeto mantém a identidade do patrimônio ao mesmo tempo em que atualiza sua função, consolidando-se como um marco cultural na cidade de São Paulo.

TEATRO EROTÍDES DE CAMPOS

O Teatro Erotídes de Campos integra o conjunto arquitetônico do Antigo Engenho Central, um complexo histórico situado às margens do Rio Piracicaba. Originalmente denominado "armazém 6", o edifício foi restaurado e adaptado para se tornar um teatro multifuncional, capaz de receber espetáculos de dança, música, teatro, cinema e outras atividades culturais. O Engenho Central, inaugurado em 1882 como parte da modernização industrial

da produção açucareira e alcooleira, contava com um sistema ferroviário próprio e foi tombado como patrimônio histórico, cultural e ambiental em 1989. A partir de iniciativas da administração municipal, o espaço passou por um processo de requalificação, sendo o Teatro Erotídes de Campos o primeiro edifício a receber um projeto arquitetônico detalhado, desenvolvido pelo escritório Brasil Arquitetura.

O projeto manteve as características industriais originais do antigo armazém, preservando elementos como o pé-direito elevado, janelas arqueadas e paredes de tijolos aparentes, enquanto incorporava tecnologias contemporâneas para garantir conforto acústico e qualidade cenográfica. Com capacidade para 422 espectadores, o teatro inclui galerias, bar, restaurante, salas de ensaio e camarins, além de um palco inovador que pode ser aberto tanto para o interior do edifício quanto para a área externa, transformando a praça adjacente em uma extensão da plateia. A intervenção equilibrou tradição e inovação, respeitando a materialidade original do edifício ao mesmo tempo em que inseriu novos elementos arquitetônicos e tecnológicos, criando um espaço dinâmico que valoriza a memória industrial e cultural de Piracicaba.

CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA

O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, localizado em Fortaleza, Ceará, é um dos principais complexos culturais do Brasil. Idealizado em 1993 e inaugurado em 1999, o centro foi projetado pelos arquitetos Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo, com uma área de 33 mil metros quadrados, e integra-se ao Centro Histórico de Fortaleza e à Praia de Iracema. O projeto arquitetônico faz uma homenagem ao líder abolicionista Chico da Matilde, também conhecido como Dragão do Mar. O centro desempenha um papel estratégico na requalificação da antiga zona portuária e na valorização de edificações históricas importantes para a cidade, contribuindo para a preservação do patrimônio edificado e evitando sua degradação.

Com uma média de 1,5 milhão de visitantes anuais, o Centro Dragão do Mar é um dos principais polos de turismo cultural do estado. Sua programação abrange diversas atividades artísticas e culturais, com acesso gratuito ou a preços simbólicos, atendendo tanto a população local quanto a públicos nacionais e internacionais. O complexo conta com museus, teatros, cinemas, um planetário e uma praça para shows, além de bares e lojas de artesanato no entorno. Arquitetonicamente, o centro é caracterizado por volumes

geométricos monumentais, amplas aberturas para luz natural e jardins em diferentes níveis, criando um ambiente propício para a interação social e o fomento à arte e à cultura, gerando também impactos positivos na economia local.

A análise dos projetos da Praça das Artes, do Teatro Erotídes de Campos e do Centro Dragão do Mar evidencia como a arquitetura pode atuar na valorização do patrimônio edificado ao articular preservação, reuso e inovação. Em comum, esses casos revelam abordagens projetuais que respeitam a memória material e simbólica dos edifícios, ao mesmo tempo em que os reintegram à dinâmica sociocultural contemporânea. As intervenções demonstram a relevância do planejamento técnico sensível ao contexto histórico e às demandas atuais, contribuindo para a permanência ativa do bem cultural. Esses exemplos servem, portanto, como base para a análise das estratégias, ou da ausência delas, aplicadas na restauração do Grupo Escolar Sílvio Romero, discutidas na seção seguinte.

HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E ARQUITETURA ESCOLAR EM LAGARTO (SE): O ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

Localizado na região Centro-Sul do estado de Sergipe, a aproximadamente 75 km da capital Aracaju, o município de Lagarto possui uma área territorial de 968,921 km² e uma população estimada em 106.015 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Esse contingente populacional posiciona Lagarto como a terceira cidade mais populosa do estado.

Além de sua relevância demográfica, Lagarto destaca-se por sua importância histórica, sendo considerada a terceira vila mais antiga de Sergipe. Segundo Fonseca (2002), os primeiros registros da colonização local remontam a 1575, quando missionários jesuítas encontraram uma aldeia indígena Kiriri, liderada pelo cacique Surubi, nas margens dos rios Piauí e Jacaré. Nessa ocasião, foi erguida uma capela dedicada a São Tomé, seguida da construção de uma escola para os indígenas. De acordo com o IBGE (2012), o distrito de Lagarto foi formalmente criado em 1703, tendo sido elevado à categoria de vila em 1698 e, posteriormente, à condição de cidade em 20 de abril de 1880, data que se tornou o marco oficial de sua fundação.

A etimologia do nome Lagarto é objeto de diferentes interpretações. Segundo registros da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (2020), duas versões são amplamente

aceitas: uma delas refere-se à existência de uma formação rochosa com formato semelhante a um lagarto, enquanto a outra aponta para a marca de um lagarto em um brasão deixado por uma família de nobres portugueses. Contudo, não há consenso sobre qual das versões corresponde à origem oficial do nome do município.

Além de seu patrimônio histórico, Lagarto preserva uma rica tradição cultural, evidenciada por diversas manifestações folclóricas. Entre os principais grupos culturais da cidade, destacam-se os Parafusos, a Chegança, as Taieiras, as Quadrilhas, a Silibrina, os Cangaceiros e a Zabumba, cada um representando diferentes aspectos da história e identidade local. Essas manifestações, reconhecidas como patrimônio imaterial, desempenham papel essencial na valorização da cultura popular e na transmissão de saberes ancestrais.

Dentre essas expressões, o grupo Parafusos, criado em 7 de setembro de 1897, é um dos mais emblemáticos da cultura lagartense. Conforme o Museu da Arte Sergipana (s/d), sua origem remonta ao período colonial, quando escravizados em fuga utilizavam vestimentas femininas para se disfarçar e alcançar os quilombos. Esses trajes, compostos por várias camadas de anáguas brancas e um chapéu cônico, criavam uma aparência espectral, alimentando o imaginário popular. Após a abolição da escravidão, a tradição permaneceu viva, sendo institucionalizada pelo padre José Saraiva Salomão, que nomeou o grupo em referência ao movimento giratório dos brincantes, semelhante ao de um parafuso. A apresentação do grupo é marcada pelo uso de tambores e triângulos, reforçando sua identidade rítmica e simbólica enquanto representação da resistência da população negra.

Outra importante manifestação cultural do município é o Festival da Mandioca, realizado anualmente desde 2009 durante os festejos juninos. Considerado patrimônio cultural imaterial, o evento atrai visitantes de diversas cidades da região, movimentando setores como comércio, turismo e serviços.

No campo das manifestações artísticas contemporâneas, destacam-se os eventos Sarau da Caixa D'água e Som na Praça, idealizados por Afonso Augusto e organizados em parceria com poetas e artistas locais. O Sarau da Caixa D'água, ativo desde 2014, ocorre mensalmente na Praça da Caixa D'água, promovendo apresentações de música, teatro, poesia e outras expressões artísticas. Já o Som na Praça, iniciado em 2015, surgiu da

necessidade de ampliar a oferta de espaços para apresentações culturais, sendo realizado aos domingos na Praça Filomeno Hora. Conforme Farias (2022), ambos os eventos desempenham um papel fundamental na promoção da cultura local, oferecendo espaço para artistas independentes e fortalecendo a cena cultural da cidade.

Dessa forma, Lagarto se consolida como um centro de efervescência cultural em Sergipe, preservando suas tradições folclóricas ao mesmo tempo em que fomenta novas iniciativas artísticas, essenciais para a dinamização da vida cultural local e a valorização da identidade regional.

No contexto do patrimônio edificado, destaca-se o Antigo Grupo Escolar Sílvio Romero (Figura 1), cuja história remete à década de 1920, período de grande impulso nas políticas educacionais e urbanas em Sergipe. Durante o mandato de Graccho Cardoso (1921-1923), diversas obras foram realizadas com o intuito de modernizar as cidades sergipanas, tanto na capital quanto no interior, por meio da implantação de grupos escolares como marcos do progresso. Segundo Santos (2012), o Grupo Escolar Sílvio Romero foi inaugurado em 23 de dezembro de 1924, sendo a primeira escola pública de Lagarto. A edificação foi implantada na Rua Major Mizael Mendonça, no local da antiga cadeia municipal, simbolizando as transformações impulsionadas pelas ideias de higiene, ordem e civilização.



Figura 1 – Inauguração do Grupo Escolar Silvio Romero, 1924.
Fonte: Revista FON-FON. Ano XIX, nº 35, Rio de Janeiro-RJ. 29.08.1925, p. 56.

A construção segue os padrões tipológicos adotados naquela gestão, com fachadas imponentes, elementos decorativos e a presença da escultura da águia, símbolo do governo de Graccho Cardoso (Santos, 2014). Tais edificações refletiam não apenas a função educacional, mas também os valores estéticos e políticos da Primeira República. No entanto, a instituição teve seu funcionamento interrompido por razões políticas nas décadas seguintes. Segundo Bastos (2015), com a ascensão de governos getulistas, muitas dessas escolas foram descaracterizadas ou desativadas, sendo o edifício de Lagarto reutilizado para abrigar cursos profissionalizantes e repartições públicas.

A partir da década de 1990, o edifício foi gradualmente abandonado. A restauração promovida em 1999 permitiu sua utilização como Memorial de Lagarto e Biblioteca Pública, mas o novo fechamento em 2010 levou ao agravamento da deterioração. Incêndios ocorridos em 2018 e 2021 evidenciaram o estado de vulnerabilidade da edificação (Figura 2). Somente em 2023, após mobilização popular e institucional, foi autorizada nova intervenção pelo governo estadual. As obras de restauração e ampliação foram concluídas em 2024, marcando a reabertura do imóvel como Casa de Cultura Silvio Romero.



Figura 2 – Grupo Escolar Silvio Romero, 2022.
Fonte: Acervo da autora, 2022.

A análise tipológica da edificação revela sua importância arquitetônica e simbólica no contexto urbano de Lagarto. Localizado no centro da cidade, em lote de 1.525,97 m², o

edifício possui área construída de 297,65 m² e é voltado para a Praça do Rosário, em um entorno heterogêneo com uso misto. A linguagem arquitetônica do edifício (Figura 3) remete ao ecletismo com influências neoclássicas, evidentes na composição simétrica da fachada principal, ornamentação em estuque e presença do frontão triangular com escultura da águia.



Figura 3 – Grupo Escolar Silvio Romero pós intervenção, 2024.
Fonte: Acervo de Max Carlos, 2024.

Implantado sobre porão alto, o edifício é acessado por escadas que solucionam o desnível do terreno. Internamente, apresenta planta simétrica com corredor longitudinal central e salas dispostas lateralmente. Os elementos construtivos e de acabamento, como assoalhos de madeira de lei, forros geométricos e esquadrias almofadadas com bandeiras em ferro forjado, evidenciam o cuidado técnico e estético empregado na obra. A ventilação cruzada proporcionada pela disposição das esquadrias reflete os princípios higienistas da época, voltados à promoção da saúde pública.

A cobertura em telhados de quatro águas, o uso de telhas cerâmicas tipo capa e canal, e a platibanda com ornamentações diversas completam o conjunto formal da edificação, cujo valor histórico, arquitetônico e simbólico justifica sua preservação e atual revalorização como espaço cultural. Assim, o antigo Grupo Escolar Sílvio Romero constitui exemplar significativo do patrimônio edificado de Lagarto, articulando memória, identidade e arquitetura escolar no contexto sergipano.

PROPOSTA ACADÊMICA DE REQUALIFICAÇÃO: CENTRO DE ARTE E CULTURA SÍLVIO ROMERO

Diante da importância histórica, simbólica e afetiva do antigo Grupo Escolar Sílvio Romero para a cidade de Lagarto, e considerando seu prolongado estado de abandono, elaborou-se, como Trabalho de Conclusão de Curso da autora em 2022, uma proposta de requalificação arquitetônica e funcional do edifício. A ideia central consistiu na criação de um Centro de Arte e Cultura (Figura 4), capaz de preservar o bem tombado, ressignificar sua presença no cotidiano urbano e promover sua reinserção na dinâmica sociocultural da cidade.



Figura 4 – Maquete eletrônica da Proposta do Centro de Arte e Cultura Silvio Romero, 2022.
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A proposta acadêmica partiu do reconhecimento da carência de equipamentos culturais adequados no município, especialmente voltados à valorização das manifestações artísticas locais, como música, teatro e dança. Assim, o edifício histórico foi pensado como sede de um novo equipamento cultural público, que articule preservação patrimonial, acessibilidade e incentivo à produção artística lagartense, consolidando-se como espaço de promoção tanto do patrimônio material quanto do imaterial.

A intervenção proposta (Figura 5) baseia-se na restauração das partes deterioradas da edificação, na conservação dos elementos arquitetônicos originais e na readequação dos

ambientes internos para novos usos, respeitando as características formais e construtivas do imóvel. Além disso, foram projetados espaços complementares que suprissem demandas contemporâneas de uso, como sanitários acessíveis e depósito, ausentes na construção original em razão das concepções higienistas e funcionais da época.

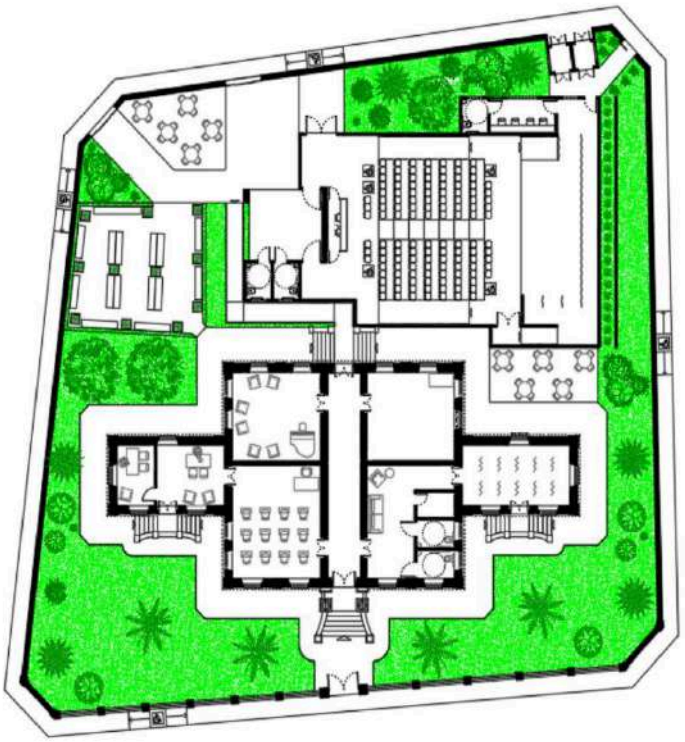


Figura 5 – Planta baixa do Centro de Arte e Cultura Silvio Romero, 2022.
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Na área posterior do lote, foi prevista a construção de novos volumes arquitetônicos, como um auditório com infraestrutura completa (foyer, palco, coxias, camarins, cabine técnica e sanitários), uma casa de lixo e espaços de convivência, todos conectados à edificação histórica por meio de circulações integradas. Esses acréscimos foram planejados de forma a não competir visualmente com o edifício original, mantendo-se em segundo plano em relação à volumetria e materialidade preexistente.

O programa de necessidades contempla ainda salas específicas para aulas de música, teatro e dança, setor administrativo, hall de entrada, sala de exposição e sanitários adaptados. Um dos desafios enfrentados pelo projeto foi a questão da acessibilidade,

uma vez que o pavimento térreo do edifício encontra-se elevado a 1,25 metros do solo e originalmente era acessado apenas por escadas. Para superar essa barreira, a proposta incluiu a implantação de uma rampa na parte posterior da edificação, garantindo o acesso universal ao conjunto e promovendo a integração entre o antigo e o novo.

Como estratégia de aproximação com a comunidade e valorização da identidade local, parte das paredes do auditório foi destinada à arte urbana, funcionando como painéis para grafites elaborados por artistas lagartenses previamente selecionados. A proposta não apenas estimula a ocupação simbólica do espaço, como também atua no enfrentamento de práticas de vandalismo anteriormente recorrentes no edifício. Outra solução de destaque foi o uso de uma parede de cobogós na fachada oeste do auditório, como resposta às condições climáticas identificadas em estudo solar. Esse elemento tradicional, recorrente em construções da região, proporciona sombreamento e ventilação natural, contribuindo para o conforto térmico e a coerência estética da proposta.

Outros aspectos projetuais foram definidos com o intuito de reforçar a memória e o caráter simbólico do edifício, como o uso de madeira em pergolados e mobiliários coletivos, a aplicação das cores utilizadas nas intervenções anteriores (amarelo e branco nas alvenarias, bordô nas esquadrias), além da valorização da vegetação nativa no paisagismo. Tais escolhas demonstram uma preocupação em preservar a autenticidade do bem tombado e garantir que a nova intervenção atue de forma complementar, e não concorrente, à arquitetura existente.

Em síntese, a proposta acadêmica buscou conjugar preservação patrimonial, funcionalidade contemporânea e promoção cultural, contribuindo para a continuidade da história do edifício enquanto espaço de referência para a memória coletiva da população lagartense. Ao propor um novo uso social ao bem, respeitando suas características arquitetônicas e ampliando seu potencial como equipamento cultural, a intervenção evidencia o papel da arquitetura na mediação entre passado e futuro, tradição e transformação.

REQUALIFICAÇÃO OFICIAL DO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO: SEDE DA ACADEMIA LAGARTENSE DE LETRAS

A requalificação oficial do antigo Grupo Escolar Sílvio Romero foi realizada por meio de projeto desenvolvido pelo escritório Libório Gândara Arquitetura, contratado via licitação

pública. A diretriz central da intervenção foi a preservação da edificação original, cuja importância histórica e simbólica para a cidade de Lagarto é amplamente reconhecida. O edifício já havia passado por alterações anteriores, notadamente nos anos 1980, quando parte das instalações sanitárias foi demolida. Na proposta atual, esses volumes foram reconstituídos em anexo, com base em registros fotográficos da época.

A intervenção consistiu na aplicação de um retrofit para instalação da sede da Academia Lagartense de Letras, instituição cultural recentemente criada no município. De acordo com o Memorial Descritivo do projeto, o programa de necessidades foi formulado a partir de reuniões entre representantes da Academia e da Secretaria Municipal de Turismo, órgão contratante da obra. O objetivo foi adaptar o edifício às exigências técnicas e funcionais contemporâneas, mantendo sua integridade arquitetônica.

A nova organização espacial distribui os usos da seguinte maneira: a ala direita do edifício abriga a sala de reuniões, biblioteca e administração; a ala esquerda foi destinada a oficinas, cursos, exposições, memorial, triagem, reserva técnica e copa. No anexo posterior, foram implantados sanitários acessíveis, atendendo às normativas de acessibilidade exigidas atualmente.

Durante o processo de elaboração do projeto, foi sugerida pela Academia Lagartense de Letras a inclusão de um auditório na parte posterior do terreno. Em resposta, o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) indicou como alternativa a implantação de uma concha acústica ao ar livre. Essa estrutura, entretanto, não foi incorporada ao escopo da obra executada, estando presente apenas em tracejado nas plantas como previsão futura (Figura 6). No entanto, a viabilidade de sua construção é questionável, uma vez que os degraus de acesso ao palco da concha sobrepor-se-iam à cobertura dos sanitários recém-construídos, comprometendo tanto a funcionalidade quanto a integridade dos volumes existentes. Tal sobreposição evidencia a necessidade de reavaliação da proposta de ampliação, a fim de assegurar a compatibilidade entre os elementos do conjunto arquitetônico e paisagístico.

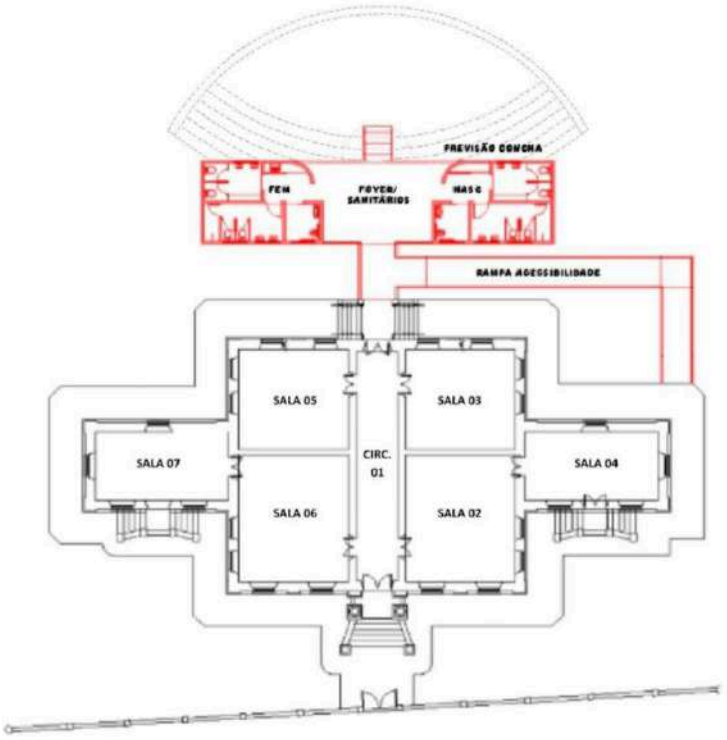


Figura 6 – Planta baixa da Casa de Cultura Silvio Romero, 2023.
Fonte: Libório Gândara Arquitetura, 2025.

A proposta oficial adotou como premissa o respeito à integridade estilística do edifício, promovendo a preservação e restauração dos elementos construtivos originais em bom estado, como as esquadrias e a caixa mural. A cobertura, os forros e os assoalhos comprometidos também foram integralmente reconstituídos, garantindo a estabilidade estrutural e a recuperação da ambiência original.

A análise comparativa entre a proposta acadêmica de requalificação e a intervenção oficial executada revela abordagens distintas sobre o papel do patrimônio edificado na vida urbana contemporânea. A proposta acadêmica, concebida como um centro de arte e cultura, prioriza a multifuncionalidade e o dinamismo das práticas culturais, propondo a inserção de novas atividades artísticas, espaços de convivência e equipamentos de apoio — estratégias que visam garantir uso contínuo e engajamento comunitário. Por outro lado, a intervenção oficial adotou uma abordagem mais conservadora, voltada à instalação de uma única instituição cultural, com escopo funcional mais restrito.

Ambas as propostas, no entanto, compartilham o compromisso com a preservação dos elementos arquitetônicos originais e com a valorização da história local. A divergência reside, sobretudo, na forma como cada intervenção busca promover o uso social do edifício e sua integração efetiva ao cotidiano da cidade. Nesse contexto, destaca-se a importância de estratégias de requalificação que articulem preservação, funcionalidade e participação social, contribuindo para a revitalização sustentável de bens patrimoniais e para a ampliação do acesso da população à cultura e à memória urbana.

ANÁLISE COMPARATIVA: INTERVENÇÃO DE 2024 E PROPOSTA ACADÊMICA DE REQUALIFICAÇÃO

A restauração do antigo Grupo Escolar Sílvio Romero, finalizada em 2024, representou um avanço significativo na valorização do patrimônio edificado de Lagarto, ao promover o resgate de um bem simbólico para a memória local. Entretanto, quando analisada sob a perspectiva da sustentabilidade e da função sociocultural, a intervenção revela limitações no que se refere à apropriação contínua pela comunidade e à ampliação do uso público do imóvel.

Nesse contexto, o anteprojeto de requalificação elaborado em 2022 pela autora — concebido como um Centro de Arte e Cultura — apresenta uma alternativa complementar, que articula conservação patrimonial com funcionalidade contemporânea e promoção da cultura local. Enquanto a intervenção de 2024 concentrou-se na restauração física e estética do edifício, a proposta acadêmica prioriza também a reativação sociocultural do espaço, propondo um novo programa de necessidades voltado à diversidade de usos.

Entre os principais diferenciais, destaca-se a incorporação de salas destinadas a oficinas de música, teatro e dança, bem como a inclusão de auditório e espaços de convivência, com vistas à dinamização do edifício como equipamento cultural ativo. Tal abordagem visa ressignificar o patrimônio, estabelecendo conexões entre a história local e as expressões artísticas contemporâneas.

A proposta acadêmica também trata com maior ênfase a questão da acessibilidade universal, propondo soluções arquitetônicas integradas, como a rampa de acesso conectada aos novos volumes anexos. Esses volumes foram concebidos de modo a respeitar a volumetria do edifício original, sem comprometer sua integridade visual.

No campo da sustentabilidade ambiental, a proposta destaca-se pelo uso de estratégias passivas, como a parede de cobogós na fachada oeste do auditório, que favorece a ventilação cruzada e o sombreamento natural, além da utilização de materiais locais e da valorização da vegetação nativa no paisagismo. No aspecto sociocultural, foram previstas superfícies destinadas à arte urbana, incentivando a atuação de grafiteiros locais e fortalecendo os vínculos identitários com o edifício. Contudo, a futura execução da concha acústica, prevista na intervenção realizada em 2024, implicaria na demolição parcial do anexo onde se localizam os sanitários acessíveis, comprometendo a integridade do conjunto e contrariando os princípios da sustentabilidade ao eliminar soluções já implantadas e desconsiderar os impactos sociais e ambientais dessa alteração.

Por sua vez, a intervenção de 2024, embora tecnicamente adequada na restauração de elementos arquitetônicos originais — como fachadas, esquadrias e coberturas —, não incorporou espaços adicionais nem adotou estratégias que garantam a vitalidade contínua do edifício como centro cultural. A ausência de um programa de uso consolidado, aliada à abordagem limitada em termos de acessibilidade e sustentabilidade, evidencia uma concepção conservadora, com efeitos restritos na dinamização do patrimônio.

Dessa forma, a proposta acadêmica, ainda que não executada, contribui significativamente para o debate sobre requalificação de edificações históricas. Ao conjugar conservação material com soluções voltadas à inclusão, à sustentabilidade e ao fortalecimento da cultura local, o projeto reafirma a possibilidade de uma abordagem integrada e sensível às demandas contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa entre a intervenção realizada em 2024 e a proposta acadêmica de requalificação permitiu identificar diferentes abordagens no tratamento do patrimônio edificado representado pelo antigo Grupo Escolar Sílvio Romero. Ambas evidenciam preocupação com a preservação da integridade do edifício, mas divergem quanto à abrangência de suas estratégias de requalificação.

A destinação do imóvel à Academia Lagartense de Letras, conforme previsto na intervenção executada, representa um avanço no reconhecimento da produção literária local, porém limita o potencial do edifício como espaço cultural multifuncional. A ausência

de um programa mais amplo, com usos diversos e integrados à vida cultural da cidade, reduz as possibilidades de apropriação comunitária e de continuidade funcional do bem.

A proposta acadêmica, por sua vez, oferece uma alternativa que alia preservação material a novos usos sociais e culturais, inserindo o edifício em uma lógica de ativação constante. Nesse sentido, a comparação com experiências exitosas, como a Praça das Artes (São Paulo), o Teatro Erotídes de Campos (Piracicaba) e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (Fortaleza), ilustra como a requalificação de edifícios históricos pode articular memória, inovação e participação comunitária.

Um ponto crítico observado na intervenção de 2024 refere-se à concha acústica prevista para uma etapa posterior. Sua implantação, tal como delineada, implicaria interferências visuais e físicas sobre estruturas recentemente construídas, como os sanitários acessíveis. Essa decisão reforça a importância de um planejamento integrado e de longo prazo, que leve em conta a compatibilidade entre os elementos projetados e o valor patrimonial do conjunto.

A efetiva consolidação do edifício como Casa de Cultura dependerá, sobretudo, da implementação de políticas públicas voltadas à sua gestão, programação e manutenção. Sem esse respaldo institucional, o risco de esvaziamento funcional permanece.

Por fim, destaca-se a necessidade de uma maior participação da comunidade nos processos decisórios relativos aos usos do patrimônio. A ausência de mecanismos de escuta pública ou de envolvimento direto da população compromete a legitimidade das escolhas e limita a apropriação coletiva do espaço. A experiência do Centro Dragão do Mar, que envolve a comunidade na gestão e nas atividades culturais, exemplifica o potencial transformador de uma abordagem participativa.

Em síntese, este estudo reafirma a relevância de estratégias de requalificação que integrem conservação patrimonial, inovação funcional e engajamento social. A vitalidade do patrimônio depende não apenas de sua integridade física, mas de sua capacidade de dialogar com o presente, contribuindo ativamente para a construção das identidades locais e para o fortalecimento da cultura como prática viva e plural.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Congresso derruba veto e garante R$ 6,8 bilhões para cultura**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/925277-congresso-derruba-veto-e-garante-r-6-8-bilhoes-para-cultura/>. Acesso em: 26 maio 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. **História do município de Lagarto**. 2020.

BARBALHO, André. **Políticas culturais no Brasil: uma análise histórica**. Revista Políticas Culturais em Revista, v. 1, n. 1, p. 21–34, 2007.

BASTOS, Eduardo. **Grupo Escolar Sílvio Romero: Um grito de socorro**. Edu Bastos Blogspot, 2015. Disponível em: <https://edubastos.blogspot.com/2015/10/grupo-escolar-silvio-romero-um-grito-de.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRANDÃO, Tânia M. **Sustentabilidade e patrimônio cultural: conceitos e práticas na requalificação urbana**. Rio de Janeiro: InterSaberes, 2015.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Diretrizes para conservação e restauração do patrimônio cultural edificado**. Brasília: IPHAN, 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural**. Brasília, 2020.

CABRAL, Alexandre. **Política cultural e identidade nacional**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Política cultural no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 33–47.

CENTRO DRAGÃO DO MAR DE ARTE E CULTURA. **História e missão**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.dragaodomar.org.br>. Acesso em: 26 maio 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COELHO, Teixeira. **Política cultural: teoria e prática**. São Paulo: Moderna, 1989.

COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

FARIAS, Thiago. **Sarau da Caixa D'água comemorará oito anos neste fim de semana**. Lagartense, 2022. Disponível em: <https://lagartense.com.br/sarau-da-caixa-dagua-comemora-oito-anos-neste-fim-de-semana-em-lagarto/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

FONSECA, José. **História de Sergipe**. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2002.

G1. **Governo federal abre investigação sobre artistas que captaram verba pública**. G1, São Paulo, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 26 maio 2025.

G1. **Investigações sobre a Lei Rouanet: irregularidades e controvérsias**. 2022.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **Carta de Veneza: princípios para a conservação e restauro dos monumentos e sítios**. Veneza, 1964.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **Carta do Burra: princípios para a conservação do patrimônio cultural**. Burra, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2021. Estimativas de população**. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de municípios brasileiros: Lagarto**. 2012.

JOKILEHTO, Jukka. **A história da conservação: princípios e práticas**. São Paulo: EdUSP, 1999.

LAGARTO NOTÍCIAS. **Incêndio é registrado no prédio histórico do Grupo Escolar Sílvio Romero em Lagarto**. Lagarto Notícias, 22 jul. 2021. Disponível em: <https://www.lagartonoticias.com.br/2021/07/22/incendio-e-registrado-no-predio-historico-do-grupo-escolar-silvio-romero-em-lagarto/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LAGARTO NOTÍCIAS. **Princípio de incêndio é registrado no antigo prédio do Grupo Escolar Sílvio Romero**. Lagarto Notícias, 12 maio 2018. Disponível em: <https://www.lagartonoticias.com.br/2018/05/12/principio-de-incendio-e-registrado-no-antigo-predio-do-grupo-escolar-silvio-romero/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LARA, Maria S.; EVANGELISTA, Roberto A. **Acessibilidade e sustentabilidade na requalificação de espaços culturais históricos**. Revista Patrimônio & Cultura, v. 5, n. 3, p. 123–140, 2020.

LIBÓRIO, Ana; GÂNDARA JR., Gândara. **Casa de Cultura Sílvio Romero. Lagarto-SE. Memorial descritivo: Projeto executivo de restauração e complementares de engenharia da restauração e reforma**, 2021.

LIRA, Cláudio A. de. **Funcionalidade e uso adaptativo em edifícios históricos**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 19, n. 2, p. 67–85, 2011.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Secretaria Especial da Cultura agora está vinculada ao Ministério do Turismo**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/cultura/secretaria-especial-da-cultura-agora-esta-vinculada-ao-ministerio-do-turismo>. Acesso em: 26 maio 2025.

MONTEIRO, Claudefranklin. **Dia Histórico para a Cultura Lagartense – O Grupo Escolar Sílvio Romero Resiste**. Disponível em: <https://www.lagartonoticias.com.br/2023/06/01/dia-historico-para-a-cultura-lagartense-o-grupo-escolar-silvio-rom ero-resiste/>. 1 de junho de 2023.

NERY, Felipe. **As mudanças recentes na Lei Rouanet e seus impactos no setor cultural**. Revista Cultura em Foco, v. 8, n. 2, p. 45–57, 2022.

NEVES, Helena. **Centros culturais: novos espaços para a cidadania**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS, 3., 2013, Recife. Anais. Recife: UFPE, 2013. s.p.

PINCER, Carla. **Veto às leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc reacende debate sobre financiamento cultural**. Nexo Jornal, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>. Acesso em: 26 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Teatro Municipal Erotídes de Campos**. Piracicaba: Secretaria Municipal da Ação Cultural. Disponível em: <https://www.piracicaba.sp.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2025.

RIEGL, Alois. **O culto moderno aos monumentos: seu caráter e suas origens**. São Paulo: Edusp, 1903.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Dia histórico para a cultura lagartense – O Grupo Escolar Sílvio Romero resiste**. Lagarto Notícias, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://www.lagartonoticias.com.br/2023/06/01/dia-historico-para-a-cultura-lagartense-o-grupo-escolar-silvio-romero-resiste/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Aos Pés da Águia Alada: Os Grupos Escolares e a Infância Sergipana nos Tempos de Graccho Cardoso (1922-1926)**. Interfaces Científicas, Educação, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 59-70, jun. 2014.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. **Praça das Artes**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/praca_das_artes>. Acesso em: 26 maio 2025.

SPLASH. **Congresso derruba veto de Bolsonaro e aprova Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo**. UOL Splash, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/07/06/congresso-derruba-veto-de-bolsonaro-e-aprova-leis-aldir-blanc-e-paulo-gustavo.htm>. Acesso em: 26 maio 2025.

STÄHLER, Pedro. **Críticas à Lei Rouanet: artistas e financiamento público no centro da polêmica**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 26 maio 2025.

ANEXO A - FICHAS FOTOGRÁFICAS

EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA FRONTAL

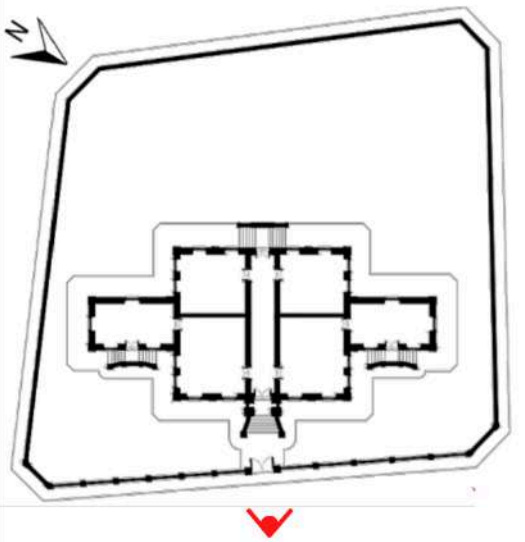
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE.
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública.
Data de inauguração: 1923.
Estado de conservação: ruim / deteriorado.
Data do registro: 20/10/22.
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira.

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada frontal apresentando a oxidação metálica dos portões principais da edificação, esquadrias danificadas e a presença de crosta negra sobre as ornamentações da platibanda, frontão e guarda-corpo.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA FRONTAL

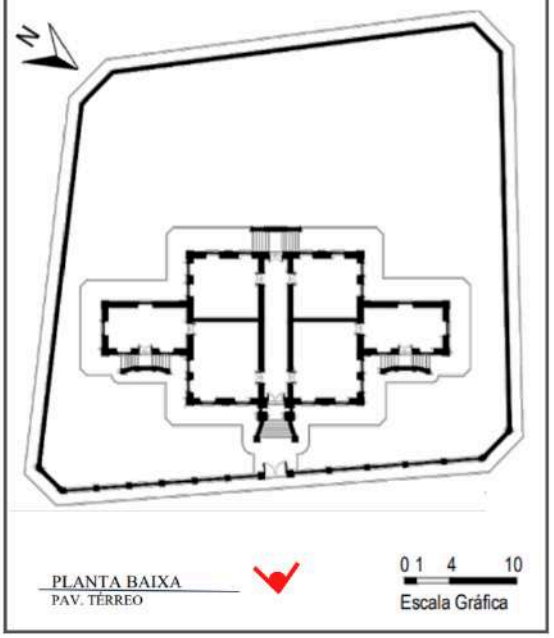
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica da visão geral da fachada frontal, exibindo a rua, passeio sem a presença de rampas acessíveis, ornamentação do palácio, presença de crosta negra, esquadrias danificadas, edcadaria central e as escadarias laterais.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022



EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA FRONTAL

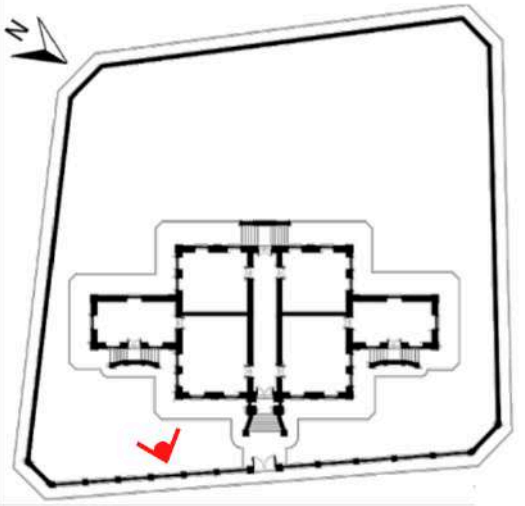
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada frontal mostrando o acesso secundário a edificação com esquadrias danificadas, crosta negra, vegetação indesejada e fissuras na alvenaria.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA LATERAL DIREITA

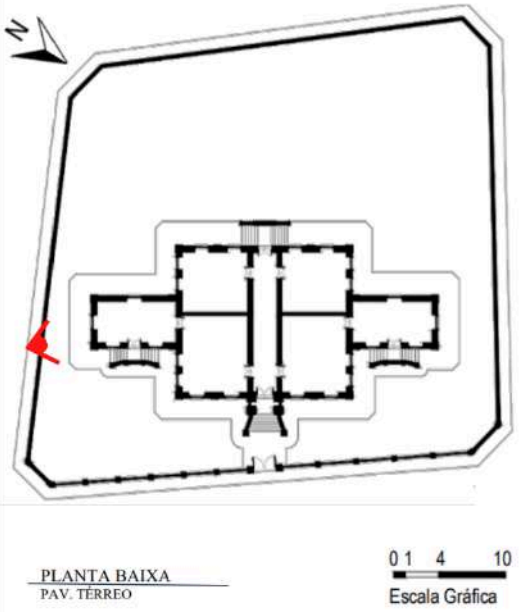
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero.
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada lateral com crosta negra na platibanda e na base da edificação, esquadria bastante danificada devido a um incêndio e a existencia de fungos e fissuras na alvenaria.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA LATERAL DIREITA E POSTERIOR

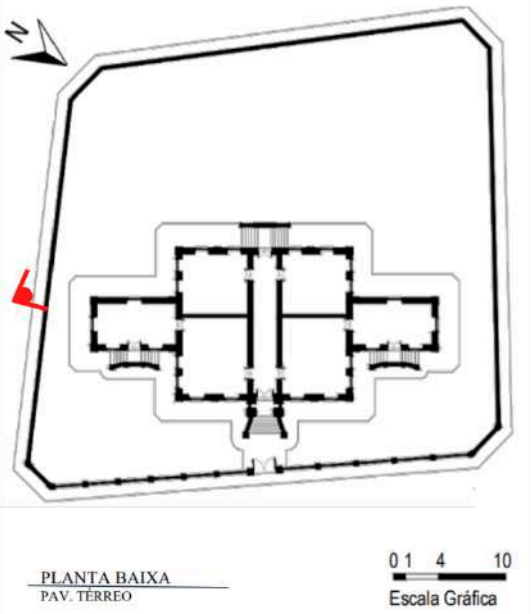
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira.

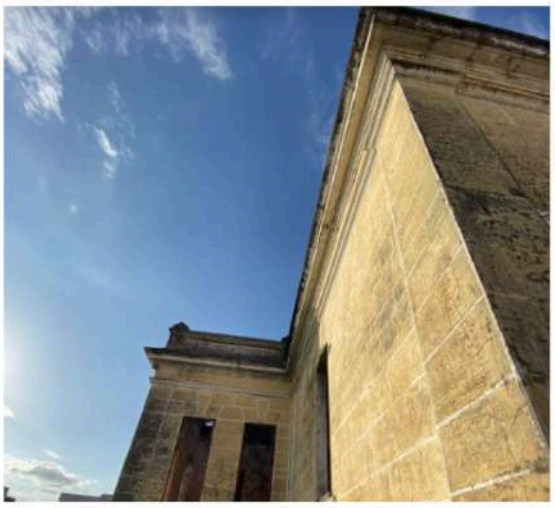
DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada lateral e posterior com a presença de mato alto, crosta negra na platibanda e base da edificação, ausência de esquadrias devido a um incêndio e a existência de fungos e fissuras na alvenaria.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA LATERAL DIREITA E FRONTAL

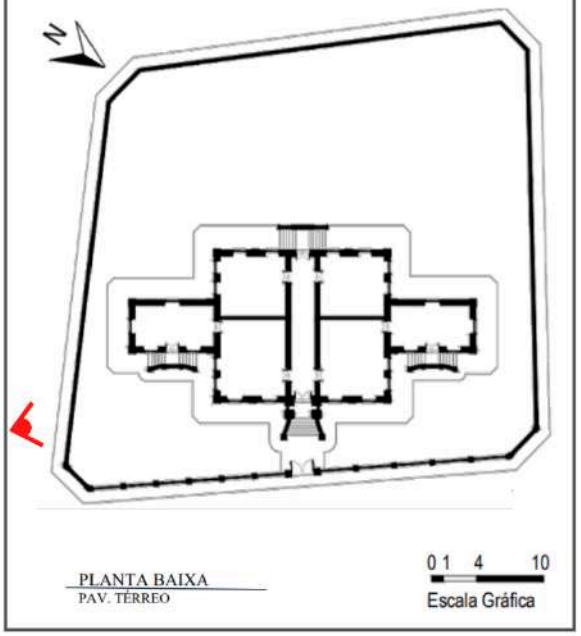
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada lateral e frontal com crosta negra na platibanda e muro, esquadrias faltantes e/ou danificadas devido ao incêndio, existência de fungos e fissuras na alvenaria e resquícios de vandalismo.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA FRONTAL

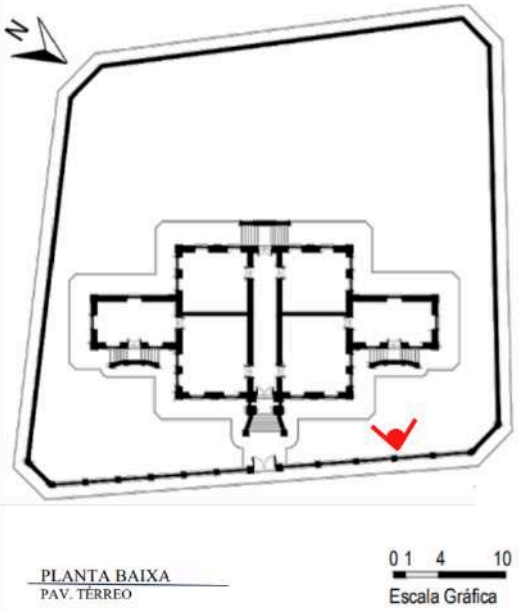
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada frontal mostrando o acesso secundário a edificação com esquadrias danificadas, crosta negra na base, platibanda e guarda-corpo e vegetação indesejada.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA LATERAL ESQUERDA

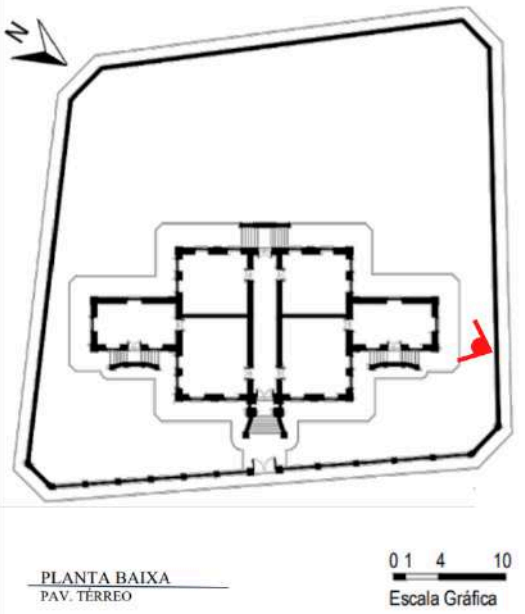
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: sem uso / abandonado
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada lateral direita com crosta negra na platibanda e na base da edificação, esquadria danificada.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA POSTERIOR

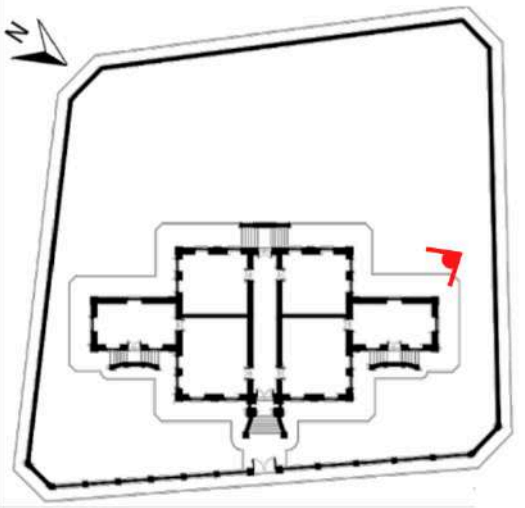
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: sem uso / abandonado
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada posterior com a presença de mato alto, crosta negra na platibanda e base da edificação e esquadrias danificadas.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA LATERAL ESQUERDA

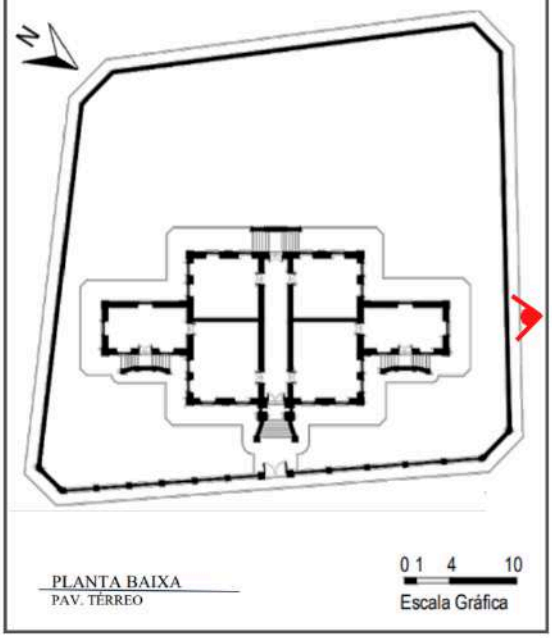
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

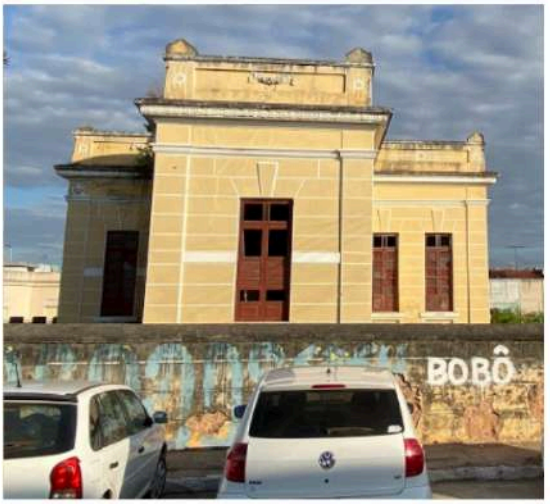
DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica da fachada lateral direita com crosta negra na platibanda e alvenaria, esquadrias danificadas, mato alto, presença de fungos no muro, resquícios de vandalismo e passeio de concreto simples e danificado.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA POSTERIOR

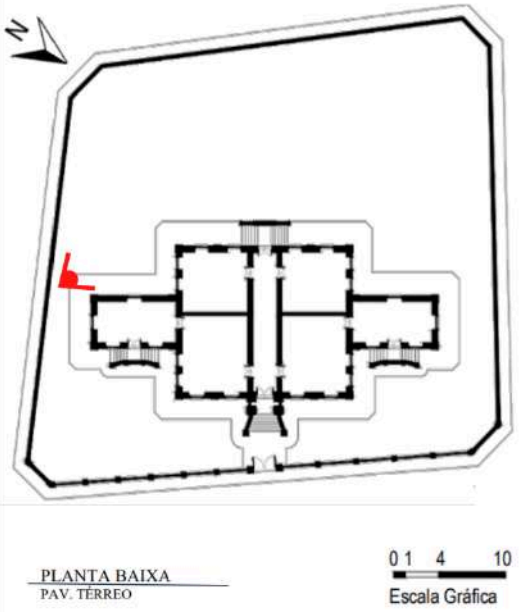
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública.
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de parte da fachada posterior com a presença de mato alto, crosta negra na platibanda e base da edificação, ausência de esquadrias devido a um incêndio e a existência de fungos e fissuras na alvenaria.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA POSTERIOR

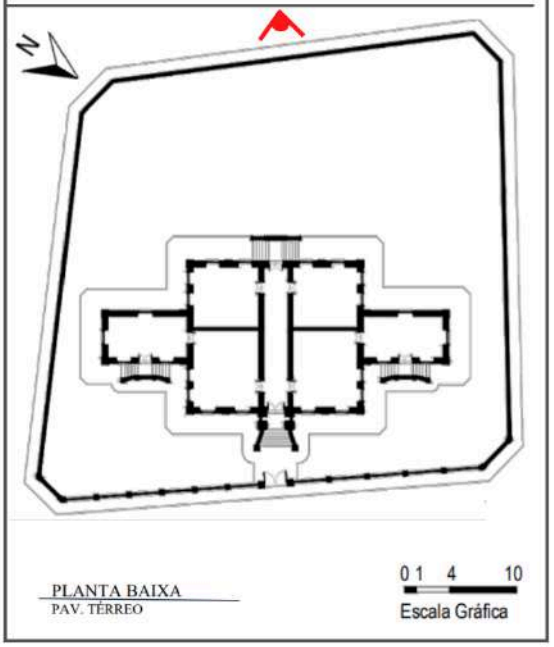
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica da fachada posterior evidenciando a altura do mato na área desprovida de edificação, presença de crosta negra na platibanda e muro, fungos no muro e danificação das esquadrias.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

MURO - QUINA CHANFRADA

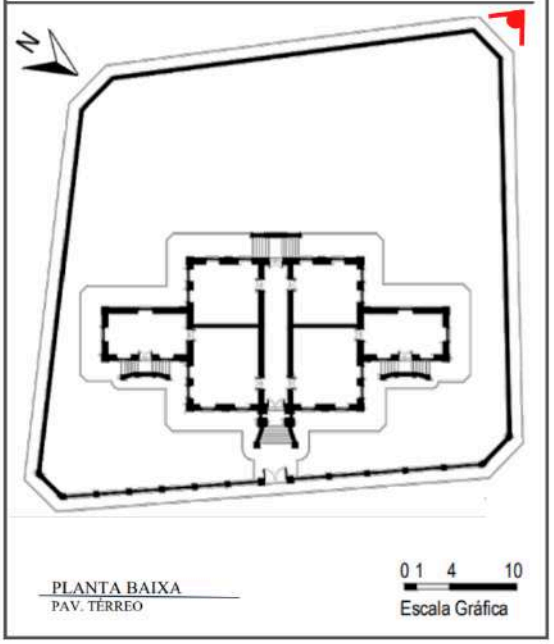
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

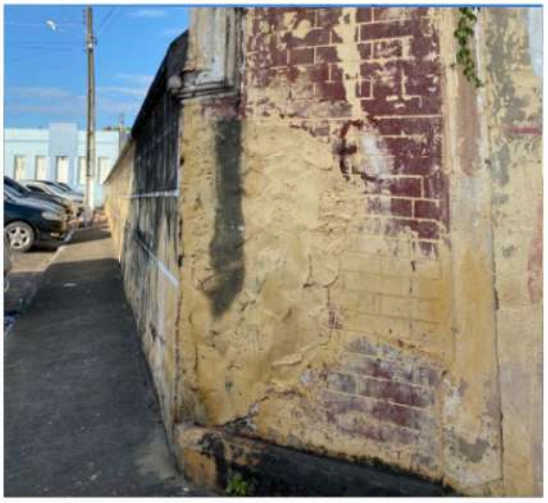
Tomada fotográfica da quina chanfrada do muro posterior com a presença de um acesso que foi, posteriormente, obstruído, presença de fungos e crosta negra na alvenaria, resquícios de vandalismo e passeio de concretp simples danificado.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

SECRETARIA

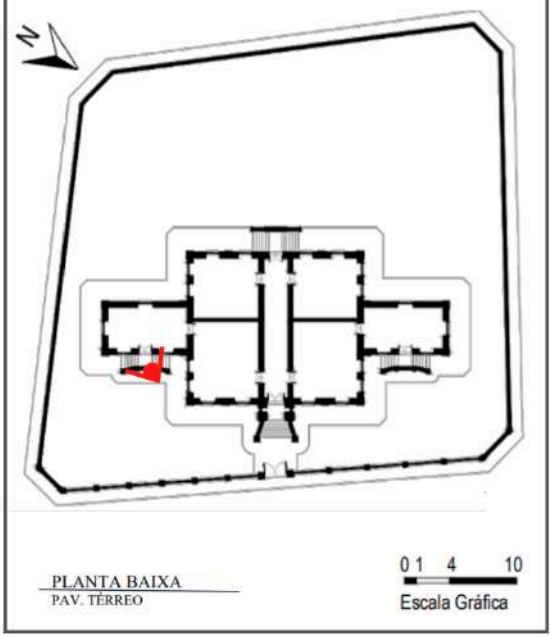
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica dos fragmentos da cobertura e esquadrias da secretaria carbonizadas devido ao incêndio, perda de parte composta de alvenaria de tijolos, presença de restos de revestimento das paredes danificadas, crosta negra, danificação do assoalho e presença de entulhos.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022





EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

SECRETARIA

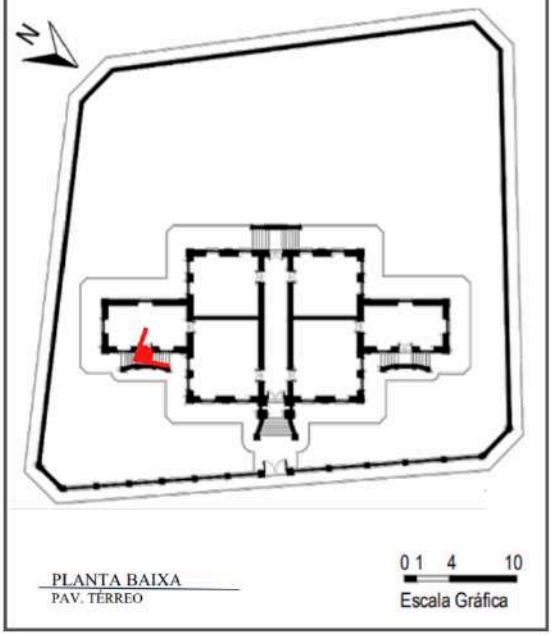
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE.
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica dos fragmentos da cobertura e esquadrias da secretaria carbonizadas devido ao incêndio, perda de parte composta de alvenaria de tijolos, presença de restos de revestimento das paredes danificadas, crosta negra, reboco pulverulento e com partes faltantes expondo a alvenaria a agentes externos, danificação do assoalho e presença de entulhos.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022



EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

SECRETARIA

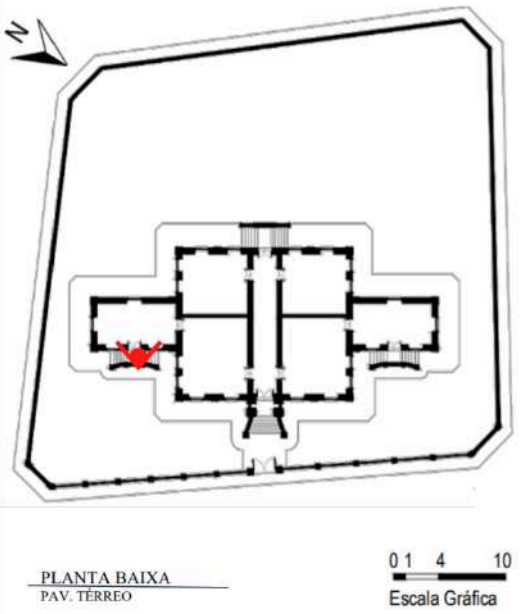
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1923
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operadora da câmera: Milena N. Nogueira

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica dos fragmentos da cobertura da secretaria carbonizada devido ao incêndio, perda de parte composta de alvenaria de tijolos, presença de restos de revestimento das paredes danificadas e crosta negra.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022



EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

FACHADA

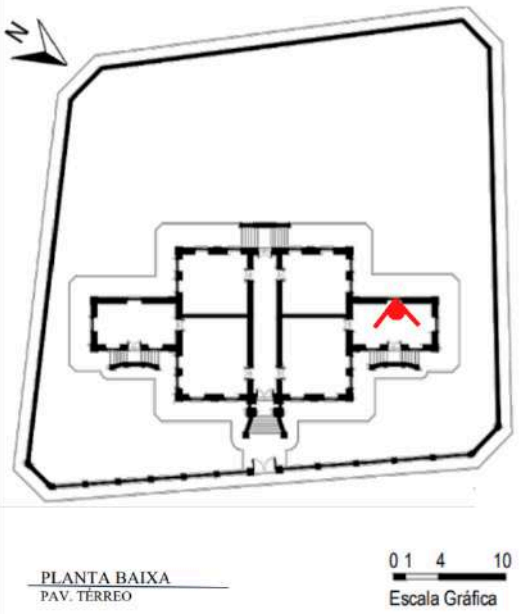
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1924
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operador da câmera: Alysson S. Barbosa

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica da parte superior das esquadrias da sala dos professores evidenciando a presença de cupins e forro de madeira com manchas consequentes de infiltração.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022



Fonte: Acervo de Alysson S. Barbosa

EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

SALA DE AULA

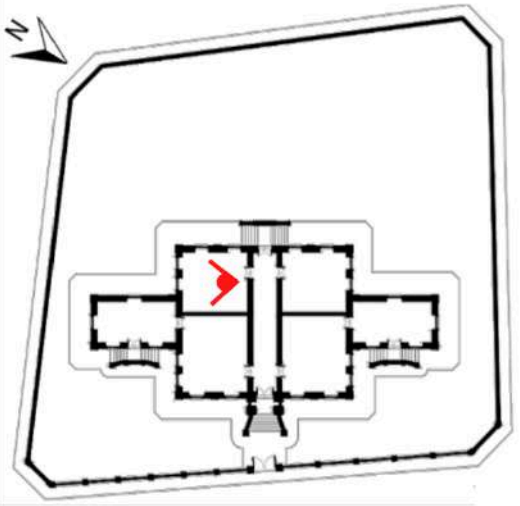
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1924
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operador da câmera: Alysson S. Barbosa

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de uma das salas de aula destruída por meio de incêndio provocado por usuários de drogas que frequentam ou até mesmo vivem no local, ausência de cobertura, danificação do assoalho, presença de entulhos, carbonização das esquadrias, presença de vegetação indesejável, reboco pulverulento e com partes faltantes expondo a alvenaria a agentes externos.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022



Fonte: Acervo de Alysson S. Barbosa

EDIFICAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR SÍLVIO ROMERO

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO

SALA DE AULA

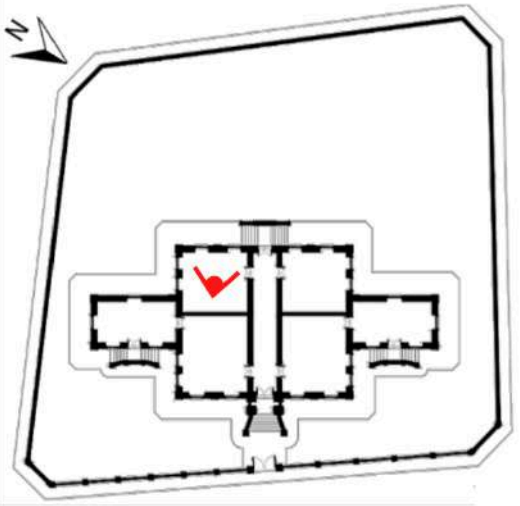
DADOS DO EDIFÍCIO

Endereço: Rua Major Mizael Mendonça, Centro, Lagarto - SE
Uso atual: Casa Cultural Silvio Romero
Uso original: escola pública
Data de inauguração: 1924
Estado de conservação: ruim / deteriorado
Data do registro: 20/10/22
Operador da câmera: Alysson S. Barbosa

DESCRIÇÃO

Tomada fotográfica de uma das salas de aula destruída por meio de incêndio provocado por usuários de drogas que frequentavamo local, ausência de cobertura, carbonização das esquadrias, reboco pulverulento e com partes faltantes expondo a alvenaria a agentes externos.

TOMADA FOTOGRÁFICA



SITUAÇÃO EM 2022



Fonte: Acervo de Alysson S. Barbosa